

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
SOBRE
POLÍTICAS INDUSTRIAIS DESCENTRALIZADAS

Brasília, 11 e 12 de novembro de 1996.

Dia 11 de novembro de 1996.

PAINEL 1 - Políticas Descentralizadas para o Desenvolvimento Industrial

Convidamos a tomar os seus lugares à mesa o Senhor Ivan Santos Leite, Presidente do Fórum de Secretários de Indústria dos Estados, e Secretário da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Sergipe. Dr. Ivan Santos Leite. Renato Baumann das Neves, chefe do escritório da CEPAL no Brasil. Luiz Fernando Tironi, Diretor de Planejamento e Políticas Públicas do IPEA. Flávio Tavares de Lyra, Representante do Ministério de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Marcos Tavares, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Passamos a palavra ao Dr. Luiz Fernando Tironi, Diretor de Planejamento e Políticas Públicas do IPEA, para as suas boas-vindas.

Muito bom dia a todos os senhores. Em meu nome e em nome do Dr. Fernando Rezende, Presidente do IPEA, que em razão de viagem ao exterior não pôde comparecer a esta cerimônia, eu gostaria de dar as boas-vindas a todos que aqui estão, e gostaria de agradecer o apoio que recebemos do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o apoio que recebemos do SEBRAE, no sentido de promover a divulgação deste evento, que, por tratar de um tema que envolve Estados e Municípios, é um tema que requereu um convite praticamente para várias instâncias, vários locais do território nacional, e esse apoio foi fundamental.

O nosso Seminário, ele marca uma continuação de um evento relacionado, de um evento realizado em 1995, que tratou de políticas industriais comparadas, onde foram apresentadas experiências da América

Latina, e experiências européias. Naquela oportunidade, ficou claro, patente, que haveria que se buscar formas criativas de apoio e de promoção do desenvolvimento industrial. As políticas industriais, ou a política industrial formulada centralizadamente, ela vinha apresentando certas limitações, do ponto de vista de questões, ritmos, como o desenvolvimento regional, o desenvolvimento da pequena empresa, geração de emprego, e coisas importantes como essas. Este evento, portanto, vem em desdobramento àquela primeira iniciativa.

Do ponto de vista do IPEA, o Seminário que agora se inicia representa também um momento bastante importante, porque ele deverá marcar o início de um trabalho que desenvolveremos, também em parceria com o escritório da CEPAL no Brasil, que é a constituição de uma rede de políticas industriais descentralizadas. Qual é a idéia, digamos, que norteará o trabalho da rede? A idéia é de que o IPEA possa constituir um banco de informações, em que estejam registrados trabalhos, estudos, pesquisas, realizados no Brasil, realizados na América Latina, realizados na América do Norte, realizados na Europa - talvez cheguemos até a experiências asiáticas -, de políticas industriais descentralizadas. Dessa forma, estaremos oferecendo às instâncias federal, estadual e municipal do Brasil e de fora do Brasil, um acervo de informações que julgamos da maior importância, no sentido de oferecer subsídios à formulação dessas políticas.

Para então encerrar, digamos, essa nossa intervenção, eu reitero os agradecimentos à presença de todos vocês, aos nossos colaboradores, e desejo um proveitoso período, hoje e amanhã, aqui neste auditório do Ministério do Planejamento e Orçamento. Agradeço a presença do Dr. Ivan Leite, Presidente do Fórum de Secretários de Indústria, Comércio e

Turismo, e Secretário de Indústria de Sergipe, o Dr. Renato Baumann, o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Dr. Marcos Tavares, e o Dr. Flávio Lyra, aqui ao meu lado, representando o Ministro da Indústria e do Comércio. Muito obrigado.

Passamos a palavra, então, ao Dr. Ivan Santos Leite, presidente do Fórum dos Secretários de Indústria dos Estados.

Dr. Luiz Fernando, Dr. Marcos Tavares, Dr. Flávio Lyra, Dr. Renato Baumann, senhores aqui presentes. É com satisfação... Vice-Presidente... Secretário Ivan Bueno, do Fórum de Secretários, senhores aqui presentes. É com satisfação que participamos desse evento, que entendemos, pelo seu próprio título, que ele visa a uma redução das enormes desigualdades regionais ainda existentes neste país. Porque, quando se trata de descentralização, obviamente e literalmente trata-se de tirar daquilo que está concentrado, daquilo que está centralizado, para poder também termos o atendimento a áreas periféricas. Seja a nível interno a cada Estado, seja a nível de Brasil. E é dentro desse enfoque que o Fórum de Secretários de Indústria, Comércio e Turismo, com muito prazer se soma a essas discussões, e espera poder dar sua parcela de contribuição, entendendo que no Brasil é necessário urgentemente uma política de desenvolvimento das regiões mais pobres, coordenada pela Federação, coordenada pela União, porque, na situação atual, o que nós temos presenciado são os Estados a disputar entre si. E claro que nesta disputa, aqueles que são mais fortes acabam levando vantagem. Então, entendemos que é imprescindível essa coordenação, imprescindível essa tomada de definição, essa tomada de

decisão, porque, a continuar como está, nós teremos uma altíssima concentração industrial na região Centro-Sul do país, em detrimento do Norte, Nordeste, e do Centro-Oeste. Tivemos na semana passada, na sexta-feira, no Uruguai, uma roda de negócios Brasil-Uruguai, ligada ao Mercosul; Mercosul esse que nós apoiamos, que nós entendemos que, do ponto de vista do Brasil é muito importante. Mas, num primeiro momento, para as regiões Norte e Nordeste, nós entendemos que ele ainda é bastante prejudicial. Daí por que ser necessário a discussão, a análise, o aprofundamento, de uma forma técnica, de uma forma aberta, de uma forma sem preconceitos, de uma forma sincera, do que se quer fazer em termos de política industrial descentralizada. Daí por que a nossa satisfação em participar dessa reunião, e nos pomos a dar o maior empenho do nosso Fórum, respaldado por discussões havidas durante todo o ano de 95 e 96, quando foram discutidas políticas industriais para o período 95 - 98. Embasados nestas propostas, nós pretendemos doar essa nossa participação Muito obrigado.

Passamos a palavra agora ao Dr. Renato Baumann das Neves, chefe do escritório da CEPAL no Brasil.

Muito obrigado. Em nome do escritório da CEPAL no Brasil, quero dar as boas-vindas a todos, e esclarecer que esse Seminário tem um formato todo peculiar. Não apenas ele difere de outras experiências, inclusive nas quais o escritório da CEPAL tem participado, de se discutir política industrial. Ele parte do suposto de que a forma de se fazer política industrial certamente numa economia complexa e federativa como a nossa, mudou. Eu

acho que a experiência das últimas décadas é bastante ilustrativa nesse sentido. As determinações de forma centralizada, de forma unívoca, não necessariamente têm tido a sua correspondência na execução. E, ao mesmo tempo, há um conjunto de iniciativas isoladas, a nível municipal, a nível estadual, que é fundamental se recuperar, e incorporar ao discurso nacional, ao discurso centralizado.

Isso impõe dois desafios. Vários desafios, mas sobretudo dois conjuntos de desafios. Um deles é esse próprio processo de incorporação das informações de experiências dispersas e localizadas. O outro é o desafio de tornar compatíveis essas experiências com ditames supra-nacionais. Por exemplo, todo o conjunto de acordos e limitações e determinações a que o país acedeu, em termos da Organização Mundial do Comércio. A arte está exatamente em se tentar balizar essas duas... esses dois componentes: o componente local e o componente de uma crescente inserção internacional. Foi com esse espírito que nós, do escritório da CEPAL no Brasil e o IPEA procuramos trazer para conhecimento e para debate várias experiências de alguns países da América Latina, vários especialistas de universidades européias, com experiência pessoal direta na formulação de política nos seus respectivos países de origem, e trazer a debate também as experiências de diversos Secretários de Indústria, ou seus representantes. Como bem o mencionou o Tironi, a idéia é que isso possa se concretizar num banco de dados, num conjunto ágil de intercâmbio de informações, que possa permitir um novo tipo de enfoque, na forma de se fazer política industrial.

Eu não quero me alongar mais. Eu acho que os votos são os mais favoráveis possíveis. Nós, como organizadores, não nos cabe maiores delongas, mas desejar votos de que as discussões sejam ricas, e que se

possam consolidar essa rede de informações da forma mais eficiente possível. Muito obrigado.

Passamos a palavra agora ao Dr. Marcos Tavares de Lyra, representante do Ministro da Indústria, Comércio e Turismo.

Autoridades que compõem esta mesa, minhas senhoras, meus senhores. Inicialmente, quero apresentar-lhes as desculpas do Ministro Dornelles, por não poder comparecer a este evento, como seria o seu desejo. No que diz respeito propriamente a este Seminário, gostaria de dizer-lhes algumas palavras.

Inicialmente, quero parabenizar o IPEA por essa iniciativa, que tem o duplo mérito de trazer à discussão um tema de política industrial. Tema nem sempre simpático a algumas correntes de pensamento, que ainda predominam na sociedade brasileira. Em segundo lugar, de reintroduzir na agenda do país os temas do desenvolvimento regional, do emprego, e da pequena e média empresa, como assuntos da política industrial, ou de uma política industrial, e não deixar que as questões do emprego, das desigualdades regionais, do atraso da pequena e média empresa apareçam simplesmente como uma consequência da livre operação das forças do mercado. Essa revalorização dos mencionados temas é um fenômeno hoje de caráter mundial, em decorrência dos efeitos da globalização sobre a estrutura industrial dos países, conduzindo em muitos deles a altas taxas de desemprego. Em viagem que realizei recentemente à Alemanha Oriental e ao centro e ao Norte da Itália, pude constatar pessoalmente que o papel das médias e pequenas empresas na estratégia industrial tem assumido posição

importante, não somente a nível dos governos, mas também dos que pensam as questões econômicas, fora do âmbito governamental. Na Alemanha Oriental, por exemplo, a taxa de desemprego hoje é de 24%; praticamente o dobro da taxa média da Alemanha como um todo. E é comum se atribuir esse diferencial de taxa de desemprego desfavorável à antiga Alemanha Oriental, à pequena participação que têm as pequenas e médias empresas na estrutura de sua produção, quitando a essa estrutura industrial a flexibilidade suficiente para se adaptar às mudanças derivadas da unificação das Alemanhas. Já no caso da Itália, dá-se uma situação contrária. A Itália, principalmente suas regiões Norte e Centro, apresenta taxas relativamente baixas de desemprego, e isto em parte é atribuído à estrutura industrial dessas regiões, onde predominam pequenas e médias empresas. Essas pequenas e médias empresas se mostraram bem mais flexíveis para se adaptar às mudanças trazidas pelo processo de globalização, e pelas mudanças a nível da produção, dentro da denominada especialização flexível.

Aqui no Brasil, a chamada “política de competitividade”, não obstante seu indiscutível mérito de haver trazido o país para o estado da arte em matéria de política industrial, inicialmente ignorou as questões de desenvolvimento regional, do desemprego, e da pequena e média empresa. Como se pode constatar no documento de política industrial e de comércio exterior, elaborado pelo governo no início dos anos ‘90, praticamente não se faz referência a nenhuma dessas questões. Isto, de certa forma, faz injustiça a um dos pais da política de competitividade, o Professor Michael Porter, que deixa bastante evidente, em seu já clássico livro, ainda que novo, “Vantagem Competitiva das Nações”, que a coordenação de atividades

econômicas a nível regional é um dos fatores determinantes da competitividade daqueles segmentos em que os países se destacam no mercado internacional.

Trata-se, entretanto, esta, de uma questão já em vias de superação. A atual política de proposta industrial elaborada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, e pelo Ministério de Ciência e de Tecnologia, considera a desconcentração geográfica da produção industrial como um de seus objetivos principais, e tem no apoio às pequenas e médias empresas uma de suas estratégias principais. É nessa linha de preocupação que o Ministério da Indústria e Comércio vem elaborando um projeto, para montar um sistema de oportunidades industriais no país. Trata-se de um sistema que será desenvolvido em articulação com os Estados, visando identificar, armazenar as informações sobre oportunidades de investimento, e fazer a promoção dessas oportunidades. É um trabalho que terá profundos rebatimentos sobre as questões da descentralização industrial no país.

A temática deste Seminário é, portanto, integrante desta nova fase da política industrial do país, que busca competitividade industrial desde uma ótica ampla e de longo prazo, e que, como tal, tem em conta as questões do emprego e do desenvolvimento regional. Ainda que sob uma ótica que difere da tradicional política industrial de substituição de importações, por quanto a preocupação básica, neste caso, é o aumento da eficiência produtiva. Pode-se, portanto, afirmar que este Seminário certamente contribuirá para que um conceito estreito da noção de competitividade, semelhante ao que levou o economista Paul Krugemann a escrever um artigo denominado “Competitividade: uma Perigosa Obsessão”, não será aplicado no Brasil. Nós estamos convencidos de que este Seminário contribuirá para que a

noção de competitividade que orientará as nossas políticas industriais terá em conta as questões de emprego, as questões de desequilíbrio regional. Muito obrigado.

Passamos finalmente a palavra ao Dr. Marcos Tavares, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento.

Bom dia, senhores. É um prazer estar aqui representando o Ministro Kandir na abertura deste Seminário Internacional sobre Políticas Industriais Descentralizadas. Também gostaria de manifestar minha alegria de ver mais uma iniciativa em parceria do IPEA e do escritório da CEPAL no Brasil, que têm promovido os debates de importantes temas, de questões nacionais.

A idéia desse Seminário nasceu de um outro Seminário, que foi patrocinado também pelo IPEA e pelo escritório da CEPAL no Brasil, sobre políticas agrícolas comparadas. Quer dizer, trata-se de uma coisa absolutamente conexa, que novamente nós vamos aqui tratar de trocas de experiências de diversas regiões, e de diversas unidades governamentais. O objetivo, portanto, do Seminário, como foi mencionado pelo Dr. Renato Baumann, e pelo Dr. Tironi, é trazer ao debate a experiência de várias regiões, ou unidades governamentais, e mostrar como elas estão formulando iniciativas para o desenvolvimento do setor industrial. Trata-se de uma seqüência de preocupações, tanto do escritório da CEPAL quanto do IPEA, quanto de vários órgãos governamentais, em particular o Ministério da Indústria e Comércio, como foi mencionado nas palavras do Dr. Flávio Lyra, inclusive relatando experiências que já estão sendo implementadas. No ano passado, neste mesmo auditório, discutiu-se também, um Seminário também

realizado nessa parceria. Eu estou enfatizando, porque eu acho que uma coisa importantíssima, a gente... Trata-se aqui também das experiências aqui de promover parcerias com Secretarias Estaduais. Quer dizer, Governo Federal e Governos Estaduais, e Governos locais. Isso é importante; daí estou enfatizando a parceria que está sendo realizada pelo IPEA e o escritório da CEPAL. No ano passado, discutiu-se aqui um Seminário sobre o desenho de políticas industriais. Nesse Seminário, foram destacados alguns parâmetros da política industrial, que deveriam condicionar, ou que deveriam ser levados em conta na formulação de políticas industriais. Dentre esses parâmetros, eu acho que poderíamos agregar em dois conjuntos. Os parâmetros, ou os condicionantes econômicos, e os parâmetros ou condicionantes institucionais. Nos primeiros, nos parâmetros econômicos, não é demais lembrar a questão da globalização, a questão do progresso técnico e da geração de emprego, da competitividade, da concorrência, da defesa do consumidor, da integração e da estabilização. Quer dizer, são parâmetros, são condicionantes, que têm que ser levados em conta na formulação da política industrial, ou das políticas industriais, quer nacionais, quer de caráter localizado.

Os parâmetros institucionais também têm que ser mencionados, e tornam-se extremamente importantes, sobretudo os de caráter internacional e regionais. Aí, nesse ínterim, eu gostaria de mencionar a questão da condicionalidade produzida pela OMC. Pela existência da OMC, e a existência dos acordos no âmbito da OMC. Também os acordos de integração internacionais e os regionais. A questão do federalismo, que no caso brasileiro é algo extremamente importante na formulação de políticas nacionais, na formulação de políticas que visem desenvolvimento regional,

que visem diminuir e reduzir o desequilíbrio regional. Também a questão relativa ao Estado, no que respeito à descentralização administrativa. Também são condicionantes importantes, que devem orientar, que devem-se ter presentes na formulação de políticas industriais.

Outro condicionante, do ponto de vista institucional, são as intervenções governamentais na economia, que devem-se produzir de forma cada vez mais regulador, e menos participação direta. Nesse sentido, está sendo previsto que se discuta nesse Seminário iniciativas de como as ações regionais e descentralizadas estão sendo formuladas, estão sendo implementadas para promover também o desenvolvimento da pequena e média empresa. De como elas podem obter ganhos de escalas com sua aglomeração na formação de “clusters”, etc. Como Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, não poderia deixar de mencionar a importância do estudo, acompanhamento e monitoramento de políticas descentralizadas, e aí, isso diz respeito não só às políticas industriais, como todas as políticas públicas. Essa questão da descentralização, ela deve ser um guia e uma orientação.

Essas iniciativas identificam que já está ocorrendo transferências de decisões do governo nacional, ou do governo federal, para outros níveis de governo. Evidentemente que, no caso brasileiro, como eu mencionei, a questão federativa nossa torna essa descentralização, ou o processo de descentralização algo muito mais complexo, muito mais difícil de ser promovido. Quer dizer diversos fatores, de diversas ordens, políticas, econômicas, etc., dificultam a realização ou a promoção dessa coordenação de políticas nacionais às políticas regionais. Eu falei “dificultam”, mas não impossibilitam. Eu acho que o recente exemplo de aprovação da lei do

ICMS mostra exatamente essa possibilidade. De como podemos desenvolver, formular, promover políticas nacionais absolutamente integradas com os interesses estaduais, com os interesses locais. Evidentemente que eu não estou dizendo que é simples, mas eu estou dizendo que é possível. Eu acho que esse tipo de exemplo deve ser considerado, não como limitador, mas como um desafio a ser vencido. Nesse sentido, também, o governo federal, ao ajudar a promover, formular as diversas iniciativas que podem e devem ser tomadas para o desenvolvimento industrial, no âmbito dos Estados, no âmbito dos Municípios, ele tem algumas limitações. Quer dizer, a União tem algumas limitações, tem alguns limites para fazer isso. Que ao mesmo tempo tem que... se sente obrigada no dever de ajudar nessa promoção, também tem condicionantes de caráter macro-econômicos para realizar, ou para desempenhar plenamente essa tarefa. São condicionantes importantes, porque a base da promoção do desenvolvimento industrial está, antes de tudo, a própria estabilização macro-econômica. Quer dizer, o ambiente macro-econômico vem antes da formulação de qualquer política pública, não é só política industrial. Quer dizer, nesse sentido, a União tem-se preocupado, tem a responsabilidade de fazer essa promoção, antes das questões setoriais. Novamente aqui, trata-se de desafio. Não se trata de impossibilidades. São desafios que temos que vencer, temos que enfrentar juntos.

Por outro lado, muitas vezes nos preocupa que os governos locais, governos estaduais ou governos locais, na tentativa de promover o desenvolvimento estadual, que é justo, é legítimo, às vezes nos enfrentamos em condições desiguais, e acabamos favorecendo, através da famosa Guerra

Fiscal, dando benefícios muitas vezes desnecessários. Desnecessários, porque acabamos premiando decisões que já seriam adotadas. Premiamos investimentos que já seriam adotados em qualquer condição. Então, na medida em que igualamos esse tipo de benefício, entre as diversas unidades, entre os diversos governos, isso deixa de ser um fator indutor da localização. Passa a ser simplesmente uma renúncia de decisões já tomadas, de decisões previamente tomadas. Então, precisamos também levar isso em consideração, na formulação das políticas.

Por último, gostaria só de enfatizar que, em termos de planejamento, políticas descentralizadas, as políticas descentralizadas abrem diferentes e interessantes alternativas de desenho de políticas públicas, com melhores resultados, e principalmente possibilidade de monitoramento e avaliação de seus impactos. Os impactos regionais, os impactos setoriais, os impactos sociais, como a questão do emprego, que é importantíssima na formulação dessas políticas.

Então, eu gostaria só de concluir desejando sucesso a todos os senhores nesses dois dias de trabalho, e que tenhamos condições de produzir os subsídios que foi mencionado pelo Dr. Tironi, que é o esperado desse Seminário, desses dois dias de trabalho aqui. Muito obrigado.

Convidamos já para subir à mesa, para formar o primeiro painel de Políticas Descentralizadas para o Desenvolvimento Industrial, os senhores participantes do painel.

Ricardo Varsano, Clélio Campolina Diniz, Regis Bonelli e Adriana Fernandes de Brito, e Roger Sugden. O coordenador é Ivan Santos Leite.

Eu vou... Com licença, eu vou aproveitar esse momento de remontagem da mesa para uma informação. Nós temos um programa do Seminário, do dia de hoje e do dia de amanhã, final, no seu formato final, mas que, tenho a impressão, talvez não tenha sido distribuído aos senhores na entrada. Então, nós vamos providenciar que isso seja feito ainda ao longo desta primeira sessão da manhã. Então, o programa está feito. Este é o final, o definitivo, só falta fazer com que chegue às mãos dos senhores. Vamos tentar fazer isso da forma o mais rápida possível. Obrigado.

Então, para darmos início ao primeiro painel, convido a presença do Dr. Ivan, comentarista, também para tomar assento à mesa.

Eu convidaria também o representante do Secretário da Indústria e do Comércio do Estado de São Paulo, Clóvis Corona, o Dr. Emerson Kapaz e o Dr. Corona.

Inicialmente, ouviremos uma explanação do Dr. Regis Bonelli, e lembramos aos apresentadores que o tempo que levará cada apresentação será de 15 a 20 minutos. Então, com a palavra o Dr. Regis Bonelli.

Eu queria propor aqui, nesses quinze a vinte minutos que nos cabem fazer uma pequena, digamos assim, reflexão em cima de algumas poucas leituras que Adriana Fernandes de Brito, que está sentada aqui na primeira fila, e eu mesmo fizemos sobre a questão das políticas industriais descentralizadas, procurando analisar as experiências européias nesse sentido, e se existe algum paralelo para essas experiências européias aqui no Brasil, e o que é que se pode concluir tentativamente disso.

Existe uma nota que nós fizemos, é uma nota longa, e pouco analítica, eu diria, porque ela está muito mais calcada na descrição do que se faz na Europa. Uma boa parte dela calcada na descrição, pelo menos na retórica da política industrial descentralizada européia, e uma parte também igualmente mais descritiva do que nós gostaríamos, do que se pode perceber de uma nova linha de política industrial descentralizada no Brasil. Então, como eu disse, é uma reflexão, essa nota deve ser vista como uma coisa muito preliminar. Eu não teria jamais a pretensão de dizer aqui que nós estamos com conclusões bem calçadas e bem acabadas, mas, levando em conta os objetivos desse Seminário, levando em conta a presença dos Secretários de Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia, e levando em conta, principalmente a presença dos nossos convidados europeus e latino-americanos, especialistas em políticas industriais descentralizadas, eu vou ter a ousadia de cometer aqui algumas conclusões parciais.

Bom o trabalho, então... Parte... O que que motivou esse nosso estudo, essa nossa tentativa de entender o que se faz no resto do mundo? Essencialmente, o fato de que a política industrial no Brasil não é mais a mesma, não pode ser mais a mesma, nós estamos com... Ninguém ignora aqui, passamos por uma crise fiscal do Estado, onde todo o tipo de benesse de cunho pecuniário fica muito dificultada, pelo fato de que o Estado brasileiro hoje atravessa um período de dificuldades, a questão do déficit público quotidianamente nos preocupa, e igualmente, o modelo de política industrial anterior, todo o mundo está cansado de saber, é um modelo que esgotou-se, não cabe mais no momento que corre. Quer dizer, é preciso uma certa inventividade, um certo engenho, para propor algumas coisas, apesar dos esforços que vêm sendo feitos, as formulações que vêm sendo feitas. O

que acontece é que alguns dos órgãos de política industrial no Brasil não têm mais os instrumentos que deveriam ter, alguns acham que podem até voltar a ter, para implementar de fato uma política industrial, inclusive porque não há consenso do que seja essa política industrial necessária. Falamos muito sobre isso, mas não existe nem sequer um certo consenso na sociedade brasileira sobre o que seja isso.

A busca, então, de formas alternativas, é que nos levou a refletir sobre a experiência de outros países, especialmente os europeus, que têm atravessado umas experiências interessantes, para dizer o mínimo, ao menos no plano conceitual, no plano da retórica, com resultados favoráveis. Essa experiência não é nova, essas agências, que nós vamos estar... a quem nos vamos estar creditando sucesso europeu, são agências que vêm desde o pós-guerra, como o IDA irlandês, a Casa Meso Giorno, na Itália, e coisas desse tipo. Mas é que na Europa, que tem uma certa tradição nesse tipo de coisa, como também no Brasil, as experiências centralizadas do passado não foram muito bem sucedidas. Quer dizer, ninguém ignora que apesar do sucesso parcial dos órgãos, das Superintendências de Desenvolvimento Regional, os três ou quatro que existiram no passado, mais a SUFRAMA, não podem ser propriamente consideradas um sucesso, em termos da disseminação para a totalidade das regiões dos resultados pretendidos.

Eu acho que é possível a gente comparar... Eu acho que essa é um pouco da ousadia que aqui se comete, é um pouco comparar essa experiência européia, pelo menos no plano conceitual, com uma - digamos assim - um embrião de uma nova política regional industrial para o Brasil, que vem-se firmando progressivamente com o tempo, que é essencialmente o conduzido a partir dos próprios Estados e principais Municípios. Tem

vários Municípios que praticam ou concedem incentivos, ou praticam algum tipo de política de atração de investimento, facilidades ao investimento, em capital fixo principalmente. Então, eu queria tentar traçar um paralelo entre essas duas coisas, ver o que que as lições dessas, digamos assim - pelo menos, a julgar pela literatura - bem sucedidas experiências europeias podem nos trazer, e se essas experiências dos Estados, o que os Estados têm feito, tem relevância nesse contexto, ou pode ser visto como uma coisa na mesma direção, ou algo semelhante.

Bom, a mensagem principal, para começar a dar um pouco mais de conteúdo a essa apresentação... A mensagem principal da nova política regional europeia é em princípio um tanto vaga, mas pode colocar entre aspas, como uma coisa assim... É que ela tenta mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno dos espaços regionais. É uma coisa que sai muito do domínio da política industrial centralizada de antigamente, e também do próprio domínio dos... da economia chamada economia industrial, para passar para a economia... para o domínio da economia regional. Nesse sentido então, nessa tentativa de mobilizar os espaços endógenos, passam a ter particular importância quatro pontos que são os pontos focais sobre os quais irá agir essa política, como nós vamos ver mais adiante. Esses quatro pontos são... de maior importância. Primeiro, as inovações tecnológicas, e a difusão territorial dessas inovações. Segundo, para repisar o que eu já disse, a responsabilidade dos governos regionais e locais sobre os problemas territoriais, e em detrimento das políticas conduzidas a partir do poder central. Terceiro, uma ênfase na atuação das pequenas e médias empresas, ênfase não apenas retórica, eu posso garantir, empresas essas caracterizadas com uma maior flexibilidade ante mudanças

nos processos produtivos de mercado, já de longa data. E, quarto, igualmente importante, a adoção de medidas em favor e em apoio do desenvolvimento de serviços de apoio à produção, inclusive, e com destaque ainda maior para os serviços de infra-estrutura.

Bom, a política... Essa política, obviamente, não é uniforme para todos os espaços regionais, ela deve ser capaz de atingir, de forma diferenciada, dado, como eu disse antes, o potencial endógeno de alguma forma identificado, dos distintos espaços. A conclusão a que eu vou tentar chegar é que para o caso brasileiro, isso também poderia ser assim. Isso também poderia ser assim. Esses últimos anos, então, o que nós temos assistido no Brasil é uma proliferação de fundos e ações a partir dos governos estaduais, e, em alguns casos, dos municipais, tentando exatamente agir na direção de propor novas medidas. A face mais visível, mais conhecida, e que hoje frequenta mais as manchetes dos jornais nesse processo é a chamada... Essa é, digamos assim, a ponta mais visível do iceberg, é a chamada Guerra Fiscal. A chamada Guerra Fiscal dos Estados da Federação, o Secretário ainda há pouco se referiu a ela, dizendo que ... Na qual os Estados mais fortes tendem a ganhar dos Estados mais fracos, mas é uma coisa que é reconhecida. Nós vamos tentar lançar alguma provocação, no sentido do que que a Guerra Fiscal está conseguindo, e logo depois, o Ricardo Varsano vai aprofundar muito exatamente esse aspecto, e eu não vou me deter mais aqui.

Bom, uma das conclusões importantes dos estudos europeus, e que eu destaquei aqui (eu não vou cobrir o trabalho todo, que é um trabalho de quarenta páginas, muito descritivo)... Mas, uma das conclusões mais importantes que fez, e uma das coisas que provocou a transição do modelo

anterior, de condução da política regional a partir de unidades do centro, o centro, no caso sendo o governo central, digamos, Espanha, Itália, Alemanha, Inglaterra, ou lá o que seja, para os governos locais, é que os incentivos anteriores - e isso é especialmente importante no caso brasileiro, vai ficar claro daqui a pouco - vinham beneficiando especialmente as empresas, e não as regiões. Em outras palavras, o jargão do economista de desenvolvimento regional, que eu não sou, mas o Clélio me corrigirá, se eu cometer algum excesso, o efeito multiplicador desses investimentos, desses investimentos incentivados, era muito pequeno. Isso beneficiava, portanto, as empresas, que em muitos casos se constituíam em enclaves, do que propriamente as regiões incentivadas.

O instrumento principal dessa nova política europeia são as chamadas ADR's - Agências de Desenvolvimento Regionais -, que são entidades com bastante autonomia de gestão. E o meu paralelo aqui, eu estou forçando um pouco a natureza, o paralelo no Brasil seriam os Estados ou as entidades dentro dos Estados da Federação, os Estados brasileiros, que têm também bastante autonomia de gestão, em diversos aspectos. Não autonomia absoluta, mas têm bastante autonomia de gestão.

A preocupação comum dessas ADR's, com o passar do tempo, veio sendo mais e mais com a política tecnológica, e a criação de novas empresas, em setores de ponta. Então, além dos traços anteriores, a evolução veio sendo muito nesse sentido. E, principalmente, os incentivos que essas agências tendem a oferecer. Os incentivos têm um corte cada vez mais horizontal, ou seja, incentivos que valem para todo o mundo, e não são, como o "industrial targeting", incentivos específicos para empresas, ou para setores específicos. Por exemplo, os serviços de informação tecnológica,

serviços de informação de pessoal para pesquisa, serviço de desenho industrial, criação de parques tecnológicos. Parques tecnológicos é um tema recorrente na literatura europeia sobre esse tema, e é uma das chaves do sucesso, acredita-se, dessas Agências.

Obviamente, o instrumento principal, que é a atividade financeira, não é abandonado. O apoio financeiro, o subsídio embutido em diversos mecanismos financeiros, não é abandonado. Mas, o que se observa também é uma conclusão desses estudos, é que a atividade financeira para capital de risco canaliza-se mais e mais para pequenas e médias empresas, de acordo com os quatro princípios básicos que eu mencionei antes, e para as atividades de infra-estrutura, especialmente com vertente tecnológica - telecomunicações, parques científicos, e coisas desse tipo. É o caso de perguntar, inclusive, se os nossos SEBRAE's regionais não seriam embriões, ou Agências, operando nessa direção. Além disso, ao contrário - e agora, um traço que provavelmente nos distingue, enquanto Estados brasileiros, da experiência europeia - existe, e existe cada vez mais, intensa colaboração entre essas agências, essas ADR's, com colaborações essencialmente bilaterais. São programas de colaboração, desenvolvimento conjunto de diversas atividades, que, ao que me consta, não existem no caso brasileiro. Será que seria possível pensar o mesmo aqui para o Brasil? É verdade que na Europa, todas essas coisas se processam sob uma força maior, que é a força da integração. Mas aqui, a integração, de certa forma já foi alcançada, já somos um país... De qualquer forma, fica o registro, fica a mensagem.

Obviamente essas agências não estão... A atuação delas não é imune a críticas. Existem diversas falhas, que a literatura tem apontado. Uma delas,

que eu frisei aqui, é... Eu acho que é interessante, me diz alguma coisa, embora a gente não saiba exatamente concluir o quê. Que as principais falhas se originam na falta de experiência empresarial de seus dirigentes. Ou seja, assim como nas agências centralizadas do passado, os dirigentes das ADR's são também burocratas, e isso teria um impacto negativo na implementação das políticas.

Nem todas elas se caracterizam por falta dessa experiência empresarial, e nem mesmo - é um traço também assinalado - pela mesma política de remuneração da administração pública. Em vários casos, as ADR's são projetadas para serem autônomas em relação à administração pública, ou diretamente fora da mesma, como um núcleo institucional de concentração e promoção conjunta com o setor privado empresarial, e outros agentes locais, como universidades, sindicatos, centros de pesquisa e desenvolvimento, e etc.

Os aspectos positivos não significam que essas ADR's são a panacéia instrumental da política industrial regional. Em particular, a experiência européia registra também que as possibilidades de êxito são tão mais limitadas quanto mais atrasada a região objeto de incentivo. Onde devia ser exatamente o oposto. Nós esperaríamos exatamente as mais atrasadas, os incentivos teriam um poder multiplicador maior. Mas, como várias das pré-condições, em termos de infra-estrutura, em termos de uma cultura empresarial tão ausente, nas regiões mais atrasadas o êxito tem sido menor.

O outro aspecto... Eu estou pensando aqui aspectos que eu acho importantes, que são os que têm mais relevância para a análise comparativa com o caso brasileiro. Um outro aspecto interessante é que a natureza da provisão de infra-estrutura propícia aos negócios também tem mudado nessa

experiência européia. Quer dizer, a tradicional oferta de terrenos e serviços locais está sendo suplantada, como eu disse antes, pela criação de parques de ciência e tecnologia, e centros de telecomunicações.

Os traços principais, objetivos e instrumentos dessa nova política de desenvolvimento regional de fato são seis. Eu vou citar, assim, rapidamente, para não tomar demais o nosso tempo. Entre aqueles quatro princípios básicos que eu mencionei antes, o primeiro é o auxílio a novas empresas, onde todos os países utilizam crédito subsidiado, de alguma forma, e serviços de informação e consultoria. Alguns, como a Bélgica e a França, usam também redução de impostos, e quase todos - esse eu queria sublinhar, porque, no caso do Brasil, só três Estados fazem isso, pelo menos formalmente: é um documento que eu vou citar daqui a pouco - auxílio à formação de pessoal.

Segundo, o segundo instrumento é o desenvolvimento da terceirização. Subsídios financeiros são utilizados, também, para desenvolver a terceirização. Não vou entrar em detalhes aqui.

Terceiro, promoção de exportações.

Quarto, desenvolvimento de atividades financeiras.

Quinto, promoção de emprego.

E sexto, desenvolvimento da educação e formação profissional.

Vou passar rapidamente pelo caso brasileiro, para chegar à conclusão preliminar que eu lhes prometi antes. O caso brasileiro, não se pode dizer que tenha sido um sucesso a experiência dos últimos mais de trinta anos, com a Superintendência do Desenvolvimento Regional. Então, as iniciativas novas em nível estadual, de atração e fixação de investimento, têm um maior interesse.

Os mecanismos vão desde a concessão de incentivos fiscais, até o apoio em infra-estrutura, simplificação de processos de registro das empresas, e coisas desse tipo. No entanto, essa política - esse é o ponto que eu vou deixar no ar - ela tem sido criticada em diversos "fronts", porque se do ponto de vista do planejador local, do encarregado a nível local, a nível regional, no Estado, por exemplo, ela faz todo o sentido, porque permite em princípio atrair para o seu território novos investimentos, do ponto de vista do planejador central, do ponto de vista do homem do governo federal, isso aí, essa situação pode embutir, e provavelmente embute, uma piora na situação financeira dos Estados, uma vez que o ICMS, que é a maior fonte de recursos estaduais, boa parte dos incentivos que são concedidos têm a ver com a redução desse imposto, ou postergação do recolhimento, ou coisa desse tipo. E, dado a famosa dívida dos Estados junto à União, 92 bilhões de Reais, é a última estimativa, qualquer dificuldade e redução na arrecadação do ICMS, ou postergação, ou algo desse tipo, rebateria, teria um rebatimento, tornando mais difícil a situação financeira do Estado como um todo.

Pode-se argumentar que o Estado, em vez de agravar a sua situação financeira, ele simplesmente deixa de... desloca o gasto de outros setores para esses. Aí, seria o caso, por exemplo... É o caso do cobertor curto. Está faltando educação, está faltando saúde, eventualmente, ou algo que o valha.

Existe o argumento, freqüentemente citado de que na verdade, nós não estamos retirando poder de arrecadação, nós não estamos deixando de arrecadar, porque o ICMS só existe porque a empresa se instalou ali. Então, se desloca a questão para outra órbita, que é a seguinte. Será que a empresa está vindo por causa do potencial Brasil, ou está vindo por causa do

incentivo? Assim como existe o “custo Brasil”, o famoso “custo Brasil”, o “risco Brasil”, existe também o “potencial Brasil”, que, por tudo o que nós temos aprendido, especialmente para o comportamento das empresas transnacionais, é o fator principal de atração. O “potencial Brasil”, como quer que se o defina, é dado por esse mercado fabuloso, e também, e principalmente, pelo fato de que já existe um considerável estoque de capital fixo, de propriedade de estrangeiros, já instalado. Que esse, por si só, já é um instrumento de atração. Isso faz com que... Tende a fazer com que as empresas venham a se instalar no Brasil.

Enfim nós temos, então, um caso de... Até que surja evidência fatural, nós temos um caso em aberto. As empresas viriam de qualquer maneira para o Brasil, as empresas transnacionais, a gente acredita nisso. Ou, as empresas estão vindo porque o Estado A, B ou C oferece incentivos.

Castelli e Perobelli, num trabalho feito esse ano para o IPEA, alegam que essa Guerra Fiscal é inócua, pois uma vez que todos os Estados adotam essencialmente os mesmos instrumentos, os benefícios fiscais e creditícios tendem a se anular, deixando de ser fatores para decisão locacional.

Não vou-me deter mais nesse ponto. Eu teria... Acho que já passei bastante do meu tempo. Só para terminar, eu teria mais uma série de comentários nessa linha, mas eu não vou fazer. Eu acho que o resultado, a conclusão a que eu gostaria de chegar, examinando - tem uns trabalhos na Confederação Nacional da Indústria, que permitem, listam por Estado todos os benefícios, agrupados em quatro benefícios e incentivos, agrupados em quatro categorias, e nós fazemos uma análise disso também, e nos detemos um pouquinho na descrição dos doze Estados mais agressivos. Na nota que fizemos, os doze Estados mais agressivos, em termos da concessão de

incentivos, descrevendo quais são os instrumentos. Parece que Minas é o mais bem sucedido, tem sido o mais bem sucedido nessa batalha. Batalha fiscal.

Mas, um ponto que eu queria deixar aqui como conclusão, além de todas as outras interrogações que eu deixei no ar, não tenho a pretensão de ter respondido a nada, a não ser procurar comparar, e ver se eu tiro lições de um caso para o outro, é que nós sabemos muito pouco. Eu, pelo menos, e a literatura publicada, nós sabemos muito pouco do resultado final, em termos de custos e benefícios, dessas novas formas de atração de investimento. A gente sabe muito pouco. Quer dizer, não existe, tanto quanto eu saiba, um trabalho que procure... ou a nível do Estado, ou para empresas específicas. Não sei se os Estados divulgam isso, se divulgam, eu já me desculpo pela minha falta de informação desde logo, antes que seja repreendido por alguns dos representantes dos Estados. Se os Estados divulgam esse tipo de informação, como é que esse cotejo de custos e benefícios, levando em conta todos esses fatores assinalados, como é que isso funciona. E, não sabendo dos resultados, em termos de custos e benefícios, não se sabe exatamente quem é que ganha e quem é que perde, nessa guerra fiscal nos Estados.

Era esse o meu ponto. Muito obrigado.

Agradecemos e parabenizamos pela explanação do Dr. Regis Bonelli, da Diretoria de Pesquisa do IPEA, e passamos a seguir a palavra para o Dr. Ricardo Varsano, também Diretor de Pesquisa do IPEA, com o mesmo tempo. Posteriormente à explanação dos expositores, teremos os

comentários dos comentaristas, e em seguida, esperamos haver tempo para que a platéia também possa fazer alguns comentários e questionamentos.

Com a palavra, o Dr. Ricardo Varsano.

Quando eu fui incumbido de escrever o trabalho para este Seminário, me deram o título “Guerra Fiscal - Quem ganha e quem perde”, e eu não tinha tempo, evidentemente, de fazer uma pesquisa mais longa, buscando trazer o que o Regis falou agora, que deveria ser feito em todos os casos, que é fazer uma análise profunda de custos e benefícios. Então, o que eu tentei foi montar alguma estrutura teórica, que me desse alguma forma de julgar, pelo menos qualitativamente, quem ganharia, quem perderia com essa guerra fiscal do ICMS, e chegar a alguma conclusão sobre ela, ainda que não tenha os números.

O primeiro ponto que eu queria assinalar é que recentemente, em setembro, foi aprovada uma lei complementar do ICMS, a Lei Complementar 87/96, e que essa lei traz no seu bojo uma série de aprimoramentos da legislação do ICMS; entre eles, primeiro, a adoção, enfim, depois de quase um século, de princípio de destino na tributação interestadual, em relação ao comércio exterior. Quer dizer, se deixou, pela primeira vez na República, de Estados tributarem exportações. As importações são todas tributadas, o que significa que, do ponto de vista nacional, nós temos hoje o ICMS como imposto de consumo. Quer dizer, tudo que é consumido no país, tudo o que é consumido no país é tributado, e o que é exportado, quer dizer, não é consumido no país, embora produzido no país, não é tributado.

Segundo, ocorreu também a desoneração dos bens de capital. Nós tínhamos o que se chama um imposto sobre de produto bruto, onde os bens de capital, conforme o tipo e o tamanho das empresas, eram tributados, passaram agora a... São tributados, mas geram um crédito para quem os adquirir, incorporar ao ativo permanente. Assim, que o crédito anula o imposto, então houve desoneração dos bens de capital.

E terceiro, se desoneraram os chamados bens de uso e consumo, o que significa que a partir de agora, a partir na verdade de parte agora e parte em 98, todos os insumos produtivos das empresas passam a gerar créditos de imposto, portanto se evita uma bi-tributação desses insumos.

No bojo do projeto de lei que gerou essa Lei Complementar, existiam também dispositivos que tratavam de guerra fiscal, tentando reforçar a legislação que hoje existe a respeito de isenções de ICMS. Essas disposições, na verdade, foram colocadas no projeto pelos próprios Estados. E depois, houve reação dos próprios governadores, no Senado, contra elas. Com isso, foi necessário, para salvar o resto dos aprimoramentos, que se fizesse um acordo, do Presidente da República com o Senado Federal, de modo que passasse o projeto sem mudanças, para que ele não retornasse à Câmara, e, ao mesmo tempo, o Presidente, do outro lado, vetaria então os artigos que se referiam à questão de isenção de ICM.

O Governo Federal adotou uma postura de fazer um veto radical, em tudo o que se tinha ali. Na verdade, muito mais do que os Senadores estavam pedindo, em nome dos governadores, para que ficasse em vigor plenamente a legislação que existia anteriormente. Então, não houve um vácuo legislativo, está em vigor a Lei Complementar 24 de 75, que de fato coíbe a guerra fiscal. Quer dizer, o que está lá na lei 24 de 75 é que isenções

e outros tipos de incentivos, inclusive os chamados incentivos financeiro-fiscais do ICMS só podem ser concedidos através de convênios do CONFAZ, do Conselho de Política Fazendária, que congrega todos os Estados, e esses convênios têm que ser aprovados por unanimidade. Qualquer coisa, isenção, incentivo do ICMS, dada fora dessas condições é considerado ilegal, e existem nas leis as previsões de sanções por causa disso.

O fato é que a lei está aí há vinte e um anos, e não é aplicada. Os Estados continuam a fazer guerra fiscal. Não seria mesmo necessário esse reforço que se tentou colocar na legislação agora, que era muito mais uma mostra de disposição política de combater a guerra fiscal, que na verdade pouco ajudaria, e que na verdade seria desobedecida da mesma forma. Então, o primeiro perdedor aí dessa história é a própria ordem legal. Nós temos Governos desobedecendo a própria lei do país. Isso certamente é uma perda para a Nação.

A segunda perda é da própria Federação. Evidentemente, na medida em que a guerra fiscal cria conflitos, dado que o que é ganho para um, é perda para o outro. Raramente numa dessas batalhas existe um jogo de saldo positivo - é de soma zero, ou até negativo em alguns casos. Quer dizer, a Nação como um todo ou não ganha nada, ou está perdendo. E então, também, a Federação perde com isso, porque se cria uma condição em que a cooperação fica mais difícil, onde estão dados esses conflitos.

O que se vê, portanto, é que, mesmo com vinte e um anos de vigência da Lei 24/75, continua a haver a guerra fiscal do mesmo jeito. E a questão é por que que essa guerra fiscal existe.

Bom, o que é que é essa guerra fiscal? Em geral, são incentivos de várias formas. Em geral, são incentivos financeiro-fiscais. Quer dizer, se dá alguma forma de crédito, em troca do imposto que foi pago, um crédito subsidiado, para ser pago quase nunca, e com isso, então, se consegue dar uma redução de imposto, ou uma devolução do imposto à empresa. E esse é o incentivo básico, que existe apesar de estar em diversas formas. O Regis, no trabalho dele, mostra algumas dessas formas, quais os Estados que estão usando as formas.

A guerra fiscal, então, continua, e o programa deve ser de incentivos econômicos. A idéia, então era ver quais são as condições razoáveis para que se dê um incentivo fiscal. Quando é que se deve dar um incentivo fiscal. Então, comecei com a idéia do que que é a tributação, afinal de contas. A verdade é que é um postulado básico das finanças públicas, não existe um custo na arrecadação de impostos em si. Tal custo do imposto é devido aos impactos que ele provoca na economia, via mudança no comportamento dos agentes. Que na verdade, a arrecadação em si é uma transferência de recursos monetários, ou de poder de compra do setor privado para o setor público. Supostamente, por trás disso, há uma idéia de que o uso público daqueles recursos é uma situação superior ao uso privado. Que vale a pena tributar, desde que o uso público tenha um valor para a sociedade maior do que o uso privado, mais o custo que a própria tributação impõe à sociedade, via distorções.

Então, nesse sentido, se se considerar estaticamente o problema, jamais haveria algum motivo para dar incentivo fiscal, uma redução de imposto. se o uso público é melhor, então para que fazer a renúncia fiscal? Se o uso público não é melhor, não cabe o incentivo, e sim acabar com

aquele imposto, e deixar de arrecadar. Do ponto de vista dinâmico, a coisa é um pouco diferente. Mesmo teoricamente, o que se vê é que os impostos, embora sejam mudados todos os dias, seja por Portaria de Secretário da Receita, ou de Secretário da Fazenda do Estado, ou de Secretário da Fazenda do Município, todo dia tem uma alteração praticamente, mas a estrutura básica dela, essa se mantém, é bastante estável. Volta e meia há alguma reforma, mas ela é bastante estável. O que pode estar acontecendo, então, até do ponto de vista teórico, é que surge uma nova oportunidade de investimento privado, uma nova oportunidade de uso de recursos, e seria interessante nesse caso, então, reduzir o uso público, e aumentar o uso privado. Nesse sentido, então, o incentivo pode ser encarado como uma redução marginal de imposto. Aí, em troca de alguma oportunidade de uso privado dos recursos, que é melhor do que a pública, que existia anteriormente. Cede-se um pouco dos recursos para o setor privado produzir mais, produz menos bens públicos.

Bom, quando é que seria razoável? Quando é que haveria mérito na concessão de um incentivo? Primeiro, somente no caso em que aquele investimento não se realizasse sem incentivo. Se ele vai-se realizar de todo modo sem incentivo, é preferível ter o investimento, e ao mesmo tempo ter, do outro lado, o bem público sendo provido.

Segundo, é importante que o novo uso do recurso seja efetivamente uma adição ao investimento no território da unidade considerada. E esse ponto é essencial. A menos que não seja usado para uma adição ao investimento, não vale a pena dar o incentivo.

Terceiro ponto, é importante que a apropriação dos benefícios que esse empreendimento vai trazer seja feita, pelo menos parcialmente, pelos

próprios residentes. De modo a que eles tenham um aumento do seu bem-estar, dado que eles vão, do outro lado, perder algum bem público, que está sendo provido pelo Governo.

Então, essencialmente, são essas três condições que eu coloco no trabalho, e aí começo a analisar. Bom, do ponto de vista nacional, e do ponto de vista estadual, quando é que isso ocorre? De um modo geral, o que se vê é que do ponto de vista nacional, é muito raro que essas condições sejam satisfeitas. Primeiro, considerando, por exemplo, o caso de exportações. No caso de exportações, é impraticável dar um incentivo de ICMS a uma empresa que exporte diretamente, posto que, primeiro, as exportações são todas isentas de imposto. Quer dizer, não há base para dar o incentivo. E, segundo, os próprios bens de capital que a empresa utiliza, a partir de agora, a partir de 1º de novembro passado, também passaram a não sofrer o ônus do tributo, e, com isso então, não há por que incentivar uma exportação.

Há, porém, o caso das exportações feitas indiretamente. Quer dizer, uma empresa produz, transfere, vende o produto com a outra, que comercializa para o exterior. Nesses casos, é possível dar um incentivo de ICMS, que na verdade é um subsídio direto à produção. Quer dizer, você concede uma redução de imposto para a empresa produtora, e ao mesmo tempo garante que a empresa comercializadora mantenha o crédito fiscal ao que ela tem direito. Com isso, então, na verdade está-se dando um subsídio à produção. Ocorre que em muitos casos, isso pode provocar o seguinte. A empresa comercial, que exporta, ser criada somente para se utilizar de incentivo. Nesse caso, nós estamos criando uma ineficiência econômica. Quer dizer, estamos criando alguma coisa a mais na cadeia produtiva, que

não tem nenhuma utilidade, exceto usar o incentivo. Existe uma ineficiência. São recursos da sociedade, que estão sendo usados ali em alguma coisa que não está produzindo nada. Apenas utilizando o incentivo.

Então, esse é o primeiro ponto.

Então, nas exportações, raramente poderia haver algum incentivo de ICMS, que seja realmente meritório.

Na questão da produção para mercado interno, aí vamos fazer uma distinção, que também vale para as exportações. Vamos fazer a distinção, dá para ver no mercado interno, entre empreendimentos de capital externo, e empreendimentos com capital nacional. No caso de empreendimentos com capital externo, fatalmente aquilo é uma adição ao investimento no país. Resta saber se aquela adição iria ser feita na ausência de incentivo, ou não. Se ela não for feita na ausência de incentivos, talvez valha a pena conceder o incentivo, e atrair o investimento, e com isso, uma renda futura maior para os residentes no país, do ponto de vista nacional.

No caso capital nacional, é preciso impor uma restrição a mais. Não só aquilo, aquele empreendimento não seria feito sem o incentivo, mas também resta saber se aqueles recursos não seriam usados para outro investimento, igualmente rentável para o país. Rentável, do ponto de vista social. Então, se esse for o caso, também não vale a pena conceder, do ponto de vista nacional, aquele incentivo. De todo modo, aquilo seria investido no país. Somente se aqueles recursos, ao invés de irem para investimento, fossem para consumo, ou para investimento no exterior, aí sim, o investimento seria justificado.

Claro está que existem algumas ações de política industrial, que são importantes, tipo desconcentração industrial, caso se deseje fazer, e

particularmente desenvolvimento regional. Mas, nesses casos, dar o incentivo através do imposto estadual, em geral tende a ser desastroso. Primeiro, e aqui já foi falado na introdução desse Seminário, a tendência é que os Estados acabem dando o incentivo para algum empreendimento que já viria para o país de toda a forma. Segundo, os Estados se debilitam, financeiramente com isso. Terceiro, a tendência é que os Estados financeiramente mais fortes, que são também os mais desenvolvidos, e os que têm concentração de produção, acabam sendo os vitoriosos nessa guerra fiscal que se forma. Porque, além dos incentivos, eles têm condições melhores de infra-estrutura, então, na igualdade de incentivos, acaba sendo atraída a empresa para onde houver melhor meio para a produção.

Então, de um modo geral, do ponto de vista nacional, não é válido dar o incentivo de ICMS, não há mérito nisso. Normalmente, o país vai perder, exceto num caso ou outro.

Bom, aí a pergunta que fica é: Será que nós temos um bando de governadores malucos, que ainda assim resolvem dar incentivos? Ou porque querem se privilegiar, em seus projetos pessoais? A história não é bem essa, também. O que se vê, dadas exatamente as mesmas condições, é que, mudando o foco territorial - quer dizer, agora, em vez da Nação, nós estamos falando em Estado -, da ótica do Estado, a coisa é completamente diferente. Da ótica do Estado, importa em geral dar o incentivo. Por quê? No caso das exportações, existe um problema sério, com a questão dos chamados ajustamentos de fronteira, no comércio inter-estadual do ICM. Hoje, existe uma alíquota interna de ICM em cada Estado - sei lá, da ordem de 18, por exemplo - e uma alíquota inter-estadual, que é menor, mas é positiva. Atrás desta condição, é perfeitamente possível que o Estado faça o

seguinte: ele atrai uma empresa produtora de produtos para exportar, mas que exporte indiretamente, através de uma empresa comercial, situada em outro Estado. Com isso, o que é que acaba acontecendo? Acaba acontecendo que aquele Estado pode dar um incentivo, acaba com alguma arrecadação, maior, porque na verdade não é zero, porque a empresa está vendendo para o mercado interno. Então, ele acaba podendo dar um incentivo, teve alguma arrecadação, que é menor do que a que ele poderia ter na ausência do incentivo, mas é maior do que zero, e quem paga a conta é o outro Estado. Que vai receber a mercadoria para exportar, vai ter que dar os créditos de imposto para a empresa comercial, e não vai receber nada na exportação. Então, é perfeitamente possível - e isso é uma distorção importante dessa sistemática de tributação inter-estadual -. Por causa disso, o Estado, atrair empresas exportadoras, e ainda ter vantagens, não só do ponto de vista econômico, como ainda do ponto de vista de arrecadação. No caso de produção para o mercado interno, seja ela feita com capital estrangeiro, ou com capital nacional, de um modo geral é vantajoso para o Estado dar o incentivo. Por quê? Porque ele vai estar atraindo para o território dele produção nova, renda nova, para os seus residentes, sem que ele tenha nenhum ônus com isso, em geral, ele vai perder a arrecadação, mas aquela arrecadação vai ser recuperada mais adiante, com a própria renda gerada, e o aumento de consumo no Estado.

Então é vantajoso também para ele, e é razoável, do ponto de vista daquelas condições que foram colocadas. Quer dizer, seria um investimento que não seria realizado no território do Estado, e que ele está atraindo para lá. Seria uma adição ao investimento no Estado, e traria benefícios

adicionais para os residentes, que mais do que compensariam as perdas devido à redução dos bens públicos que vão estar sendo produzidos.

Então, nesse caso, o que é que está acontecendo? De um lado, os próprios sinais econômicos estão criando um conflito entre o interesse nacional, e o interesse estadual. Evidentemente, o governador, por mais que se interesse pela Nação, está, por dever de ofício, preocupado em melhorar as condições do Estado dele. Então, ele vai tentar atrair as empresas para lá. Segundo, unir o útil ao agradável, certamente conceder incentivos é bom para o projeto político pessoal dele também.

De um modo geral, então, o Estado que der incentivo, ganha. Ganha no sentido de que está criando nova produção no Estado.

Bom, acontece que os mesmos instrumentos que o Estado A tem, um Estado B também teria. E esse Estado B também começa então a conceder os mesmos incentivos, e, como o B, o C, o D, e todos eles, no final das contas estão concedendo os mesmos incentivos. Com isso, começa a haver uma sangria muito maior, e muito mais espraiada por todo o país dos recursos públicos estaduais, e com isso então começa a questão da crise financeira dos Estados. Não só por isso ela existe hoje, mas também é agravada por isso. Ao mesmo tempo, dado que todos os Estados estão concedendo incentivos, e incentivos semelhantes, o que acaba acontecendo é que os incentivos não incentivam coisa nenhuma. Eles são puramente renúncias fiscais. Incentivo requer que haja diferenças entre locais, acabam não incentivando a coisa nenhuma. Moral da história: as empresas passam a exigir incentivo de todo modo, que para elas é um aumento de lucro, mas, ao mesmo tempo, vão tentar se localizar aonde houver melhores condições de produção. E é evidente que quem acaba ganhando com isso no final da

guerra são os Estados mais desenvolvidos, que têm mais condição financeira, têm mais capacidade de endividamento, e conseguem ao mesmo tempo dar os incentivos, e garantir uma infraestrutura melhor.

Então, acaba que a guerra fiscal também é inimiga do próprio desenvolvimento regional. Embora, a curto prazo, todos os governadores certamente tenham incentivos para dar, estímulo para dar incentivos fiscais.

Então, o que está acontecendo também é um conflito entre a melhor estratégia de longo prazo, e de curto prazo, para os governos estaduais. No curto prazo, certamente é melhor eles darem o incentivo, e enquanto não chegar nesse limite, onde todo o mundo esteja dando incentivos iguais, aquele Estado está ganhando. Só que a própria dinâmica da guerra fiscal é muito perversa: vai acabar todo o mundo empatado, com menos arrecadação, e sem nenhum estímulo. Então, esse é um ponto importante da guerra fiscal. Quer dizer, ela tem uma dinâmica onde é justo, é razoável que o governador queira dar o incentivo, não há miopia econômica do ponto de vista dele. Quer dizer, aquilo é melhor para ele enquanto não se chegar no limite onde todo o mundo está dando a mesma coisa. Enquanto isso, ele está ganhando. Quando chegar naquele ponto, ninguém mais ganha.

Então, na verdade, o que acontece com os Estados, é que eles quase sempre estão ganhando, o único caso em que não estão ganhando, é quando a empresa de todo modo já ia se localizar naquele Estado sem incentivo, e ele está dando incentivo à toa. Mas está ganhando por algum tempo. Depois de um certo tempo, acabou o ganho para todo o mundo. E a renúncia fiscal fica lá, um nível mais baixo de arrecadação, um nível mais baixo de provisão de bens e serviços públicos, e com isso, o próprio ambiente de produção se deteriora, e as empresas buscam sempre o melhor ambiente apenas.

Bom, adianta fazer lei para coibir a guerra fiscal? Eu acho que com vinte e um anos da lei de 75, 24/75, já está claro que não adianta. Adiantaria fazer alguma coisa adicional, do ponto de vista legal? Eu acho que não. Quer dizer, o que está acontecendo é a sinalização errada. A sinalização econômica está errada. A sinalização econômica está mostrando que o que deve ser feito pelo governador não é o que interessa ao país, e não é o que vai interessar ao Estado, a longo prazo. Mas aquela sinalização está dada para ele, ele realmente está agindo conforme aquela sinalização.

Um dos pontos principais dessa sinalização, é a tal da sistemática de tributação inter-estadual do ICMS. Hoje, quer dizer, eu tinha dito, do ponto de vista nacional, o ICMS é um imposto de consumo. Mas, do ponto de vista do governo do Estado, não é. Ele é um híbrido: meio imposto de consumo, meio imposto de produção. Quer dizer, na verdade, hoje uma parte do que ele arrecada depende do que ele produz, uma parte do que ele arrecada depende do que ele consome lá no Estado. Então, o que é que acontece? Como os fatores de produção têm muito mais mobilidade do que os consumidores de um modo geral, o imposto de produção é muito mais propício à guerra fiscal do que o imposto de consumo. Então, a solução seria mudar essa história. Fazer com que os Estados vejam o seu imposto com também um imposto de consumo. E a solução para isso é adotar o chamado princípio de destino, também no comércio interestadual.

Como o meu tempo está acabado... Quer dizer, no trabalho tem alguma coisa a mais sobre as dificuldades disso, mas o importante é esse ponto. Caso se adote o princípio de destino nas operações interestaduais - é isso que a proposta de emenda constitucional da reforma tributária que está

lá no Congresso tenta fazer, também - acaba boa parte do estímulo para a guerra fiscal. A guerra fiscal praticamente deixa de existir.

É isso.

Agradecemos ao Dr. Ricardo Varsano, que é o Coordenador Geral de Estudos Setoriais da Diretoria de Pesquisa do IPEA pelo seu trabalho, e certamente os comentaristas e os debatedores terão muito que pronunciar-se sobre os trabalhos apresentados.

Ouviremos agora o Dr. Clélio Campolina Diniz, que é o Vice-Presidente CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

Muito obrigado. Gostaria de agradecer o convite para participar desse debate. Eu não tenho um texto escrito sobre a problemática em si, se bem que eu tenho publicado recentemente uma série de trabalhos sobre a problemática regional, e a tendência à reconcentração industrial no Brasil.

Eu vou partir... Há um ponto de partida que vai orientar um pouco a minha fala, e esse ponto de partida é a idéia de que a desconcentração geográfica é conveniente, do ponto de vista de um maior equilíbrio espacial, e como caminho para a solução de problemas sociais. Embora a questão da pobreza esteja distribuída em todo o território nacional, eu penso que a questão da distribuição de renda no país passa também pela questão regional.

Então, o meu ponto de partida é a idéia de que nós deveríamos perseguir uma certa desconcentração geográfica da produção, principalmente no destino das regiões vazias, e com grande contingente populacional. Esse é o meu ponto de partida.

E a minha primeira constatação, que eu vou enfatizar aqui um pouco, é a idéia de que havia uma histórica concentração geográfica da produção no Brasil, principalmente da produção industrial, e que a partir do final dos anos 60, início dos anos 70 começou a haver uma política, ou começou a haver resultados de desconcentração, e que, a partir de aproximadamente 1986, 1987, nós começamos a assistir, embora a taxas menores, porque a desconcentração no Brasil se fazia do ponto de vista incremental, ou seja, não houve no Brasil até agora o processo de desindustrialização, como houve na Inglaterra, nos Estados Unidos, onde as plantas se deslocavam geograficamente. O crescimento regional no Brasil se faz de forma diferenciada, pelo incremento, e não pela transferência de planta, ou seja a transferência de planta é marginal. Há alguns casos na área metropolitana de São Paulo, mas não é ela que explica a desconcentração.

Então, o que nós estamos assistindo nos últimos anos, é uma tendência, uma reconcentração, um marco espacial. A área metropolitana de São Paulo esteve perdendo, e continua perdendo posição relativa. A área metropolitana do Rio de Janeiro está perdendo historicamente, e há uma tendência a meu ver de uma reconcentração industrial do meio de Minas para baixo. Ou seja, um conjunto de cidades de porte médio, e das metrópoles de segundo nível. Quando eu falo “metrópoles de segundo nível”, eu estou falando... comparo o primeiro nível, Rio de Janeiro e São Paulo, pela sua dimensão, com a área metropolitana de Belo Horizonte, de Curitiba, de Porto Alegre, principalmente. Então reconcentrando, do ponto de vista industrial, e uma rede de cidades de porte médio, também nessa macro-região, que vai do meio de Minas para baixo. Isso pode, além dos dados estatísticos precários, que a gente está utilizando, porque nós não

tivemos censo nos últimos dez anos. O último censo é de 85. Estamos trabalhando com dados de emprego industrial, que é o melhor indicador, de RAIS, alguns dados de ICMS, consumo de energia elétrica, ou coisas desse tipo, mas o que me parece que agora vai ser reforçado, é quando nós olhamos o destino geográfico dos investimentos que estão sendo decididos no Brasil. E eu consideraria que dois pacotes de investimentos estão sendo decisivos nessa reconcentração.

Um, é o segmento metal-mecânico, no qual está incluído toda a indústria automobilística. As montadoras, e as produtoras de partes e componentes. Todos os projetos que estão sendo decididos no Brasil nos últimos anos estão indo para o Estado de Minas Gerais, Sul do Rio de Janeiro, Estado de São Paulo, e Paraná. Até agora. Então, isso reforça essa concentração. Segundo, pelo recente anúncio de um novo polo petroquímico no Planalto Paulista, que já era esperado, do ponto de vista de uma análise lógica da localização. O Planalto Paulista oferece as melhores condições para um novo polo petroquímico, não só pela dimensão do mercado, como pela existência da maior refinaria, que é a refinaria de Paulínea. Com a chegada do gás da Bolívia, com todas as outras facilidades tecnológicas, mão-de-obra especializada, ou coisas desse estilo. Então, eu acho que o complexo metal-mecânico e o complexo químico vão reforçar significativamente essa reconcentração. Por outro lado, nós temos que contrastar isso com o fato de que nos últimos anos, embora se possa criticar as políticas federais, regionais, elas tiveram algum resultado. Do ponto de vista do Estado, foi decisivo o investimento direto, seja casos como o polo petroquímico da Bahia, o polo petroquímico do Rio Grande do Sul, siderúrgicas em Minas Gerais, no Espírito Santo, toda a parte de

fertilizantes, a área de mineração, etc. Quer dizer, as empresas estatais foram decisivas nesta desconcentração, que começou a ser esboçada nos últimos vinte anos.

Toda a parte de infraestrutura, e os incentivos. A mudança do papel do Estado, seja pela crise fiscal, seja pela nova concepção do Estado, estão demonstrando que não se pode esperar do Governo Federal as ações, como foram feitas nas últimas décadas. Então, isso reforça, por um lado, a reconcentração.

Em segundo lugar, esse movimento de desconcentração, que aconteceu a partir dos anos 60 - 70, se fez em cima do mesmo padrão tecnológico anterior. Ou seja, foi a indústria básica, a indústria metal-mecânica convencional, e agora nós começamos a assistir uma mudança tecnológica, que ainda é tímida no Brasil, mas que anuncia mudanças estruturais profundas. E o novo padrão tecnológico tem novos requisitos locacionais, onde infraestrutura moderna, mão-de-obra qualificada, mercado de trabalho profissional, infraestrutura de pesquisa, proximidade com a Universidade, e coisas do estilo, são altamente importantes. E essas condições estão, de uma maneira prioritária, na região Centro-Sul.

E, em terceiro lugar, a questão da abertura externa. A questão da abertura externa impacta de forma diferenciada as regiões. Seja porque as regiões que estão mais desenvolvidas têm melhor condição de desenvolver aqueles nichos de produção para competir no mercado internacional, à exceção, é óbvio, das “commodities” baseadas em recursos naturais. Essas vão para a fronteira de recursos naturais, seja a questão de agricultura, seja a questão mineral, mas a produção mais industrializada, de maior coeficiente tecnológico, vai para as regiões mais desenvolvidas. E, portanto, essas

regiões, supostamente, teriam melhores condições de inserção no mercado internacional.

E, em segundo lugar, a abertura também traz um componente regional muito forte, pelo impacto diferenciado da competição dos produtos importados. Então, nós acreditamos, também, que esse componente da abertura somaria, no sentido da reconcentração. Então, o meu diagnóstico, e eu escrevi uns dois ou três trabalhos sobre isso recentemente; o último trabalho chama “O Novo Mapa da Indústria Brasileira”. Eu estou exatamente mostrando essa tendência de reconcentração. Então, há uma tendência de reconcentração, e, por outro lado, e o Dr. Varsano enfatizou isso, há uma conivência do Governo Federal. Existe uma lei, é o Decreto-Lei 24 de 1975, que, na época, coibia um pouco a guerra fiscal, mas que depois foi abandonado, e o Governo Federal tem consciência disso, mas eu... Não está explicitado, mas fica a hipótese de que a reconcentração, ela tem um efeito produtivo mais eficiente no curto prazo. E, portanto, você é conivente com essa política de reconcentração, porque, do ponto de vista do crescimento de curto prazo, ela seria mais favorável. Ou seja, a relação macro-econômica, produto-capital, seria maior pela reconcentração, que você teria menor necessidade de investimento, para o resultado de produto. Então, eu acho que há essa conveniência, e aí, eu acho que falta uma questão muito séria, que é a ausência, do ponto de vista do Governo Federal, de uma política de longo prazo, onde você determinasse, ou indicasse, embora nós estejamos numa economia capitalista, qual é o padrão de desenvolvimento mais desejável. Eu, por exemplo, me dou o direito aqui, me perdoem, de criticar a ênfase nesse modelo automobilístico que está sendo feita nesse momento. Ou seja, todos nós sabemos que o efeito renda

sobre a demanda de automóveis é brutal. Você não precisa incentivar consumo de automóveis, porque o consumo é espontâneo: basta ter renda, que a população consome. Então, eu entendo que essas montadoras estariam vindo para o Brasil independente de incentivos, dada a visualização do potencial do mercado brasileiro. E o que está sendo feito é simplesmente uma renúncia macro-econômica a recursos tributários. É óbvio, do ponto de vista dos Governos Estaduais. É preferível ter investimento sem nenhuma receita tributária, do que não ter nada. Pelo menos, o investimento vai gerar emprego, e vai gerar efeitos multiplicadores sobre outras atividades. Então, do ponto de vista dos Governos Estaduais, faz lógica que você conceda todos os incentivos. Do ponto de vista macro-econômico, eu considero um grande equívoco. Eu acho que estou de acordo com os palestristas que me antecederam.

Então, essa é a primeira constatação. Está reconcentrando, sim, no Brasil, as orientações de investimento são no sentido de reconcentrar, e as mudanças estruturais, seja do papel do Estado Federal, seja das mudanças tecnológicas, seja da abertura, indicam o sentido de reforçar a concentração. É óbvio que eu não estou falando de reconcentração na área metropolitana de São Paulo, nem no Rio de Janeiro. É nessa rede, nessa área macro-geográfica, que vai do meio de Minas ao Nordeste do Rio Grande do Sul, na minha hipótese. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, é que, embora nós possamos criticar as políticas regionais federais, ou seja a política da Zona Franca de Manaus, da qual eu sou um crítico, seja a política da SUDENE, seja o fundo constitucional para a região Centro-Oeste. Essas políticas estão sendo hoje um desperdício, porque elas estão sendo absolutamente anuladas pelas políticas estaduais.

Os Estados têm melhores condições locacionais, e colocam em cima dessas condições locacionais mais uma plêiade de incentivos e doações, é óbvio que está anulando as políticas federais. Então, o que nós teríamos que pensar é como nós poderíamos re-estruturar as políticas regionais no Brasil, mas a existência desse conjunto de incentivos acaba anulando. Um políticas anulam as outras. O que está sendo feito é renúncia fiscal, de forma generalizada.

E o terceiro ponto, eu passo inclusive... Eu aproveito... Eu tinha feito aqui um levantamento das políticas regionais de Minas Gerais, que estão muito além dessas descritas pelo Professor Regis Bonelli. Aliás, a criatividade dos Estados é tão grande, e eu não sei de que data é esse documento da CNI, mas eu poderia dizer que já existe um conjunto de políticas de vários Estados. Existem casos de refinanciamento do ICMS, com correção monetária... Com correção de 50% do IGPM, ou 30% - depende da região, em cada Estado -. Ou seja, vai de 30 a 70%, com prazos de concessão de dez anos, e mais prazo de retorno de mais dez. Ou seja, já existem casos no Brasil com prazos totais de vinte anos. Olha, qualquer um de nós sabe que a inflação brasileira, embora esteja sob controle, as inflações mundiais dos países industrializados ainda são de 2% a 3% ao ano. Ainda que o Brasil chegue a um padrão inflacionário dessa natureza, prazo de vinte anos significa, na prática, uma doação desses recursos que estão sendo investidos.

Então, eu não sei se eu estou sendo um pouco antipático em falar isso aqui, diante dos representantes dos Estados. Muitos Estados estão concedendo isso, mas é concretamente o que está acontecendo. Eu acho um absurdo essa guerra fiscal, como está posta, porque ela é renúncia

deslavada, e uns instrumentos anulando os outros, e quem estão ganhando são só as empresas. É óbvio que as empresas têm que ter lucro, têm que ter resultado, mas isso tem que ser feito de forma a não eliminar a capacidade de arrecadação dos Estados. Caso contrário, não se faz política global nesse país, de mudanças estruturais que o país precisa. Eu não vou aqui voltar a enfatizar isso.

Então, como... Eu acho que já falei dez minutos. Vou gastar os outros cinco que eu tenho. Como pensar políticas regionais descentralizadas? Partindo do suposto de que, num país com a dimensão geográfica do Brasil, com as desigualdades regionais que existem, é necessário e conveniente pensar em política de desconcentração. Então, acho que a primeira coisa é a necessidade que o Governo Federal tem de repensar a problemática do equilíbrio federativo desse país. E repensar a problemática do equilíbrio federativo desse país vai levar a uma questão complexa, que é como enfrentar a questão da organização federativa e democrática, onde, supostamente, os Estados deveriam ter liberdade de ação. Eu acho que os Estados deveriam ter liberdade de ação, no limite daquilo que não fere os interesses da unidade nacional. E eu acho que aí, feriu os interesses da unidade nacional. O Governo da União teria que ter condições, ou liberdade, ou autonomia para coagir aquilo que é política estadual, que corrige, que conflita com os interesses da unidade nacional. E, nesse sentido, o que está acontecendo no Brasil é que os Estados ricos têm melhores condições de oferecer incentivos, e que, na prática, a autonomia estadual é qualificada, porque a hora que o problema das dívidas estaduais chegam aí a 92 bilhões de dólares, como foi dito aqui, que é a última estimativa, na prática todos nós sabemos que isso vai ser engolido pelo Governo Federal. Em algum

momento, o Governo Federal vai ter que engolir essa dívida estadual. Então, os Estados fazem renúncia fiscal, geram dívida interna, e depois transferem para o Governo Federal. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, eu acho que há consenso que você tem que fazer incentivos a resultados, e não a intenções. E parece que essas políticas que já estão postas por aí, a maioria delas, ao privilegiar o retorno do ICMS, está de certa forma privilegiando a produção, porque não a decisão de investimento inicial puramente. Então, eu acho que há consenso de que você tem que incentivar resultados, e não isenções, para não acontecer desvio, ou mau uso da política, como se fez no Brasil.

Em terceiro lugar, eu acho que as políticas clássicas hoje estão um pouco superadas. Não adianta você simplesmente dar incentivo. É preciso ver quais são os elementos locais decisivos. E eu então penso que a questão da educação, da infraestrutura nas suas várias dimensões, e da pesquisa são fundamentais hoje, para criar condições locais. Não adianta simplesmente você só dar incentivos fiscais, se não criar condições locais, para que essas regiões assumam em algum momento uma capacidade de autonomia produtiva. Os incentivos têm que ser temporários, e não permanentes. E, para que eles não sejam permanentes, você tem que criar condições regionais para a dinamização da produção.

Em quarto lugar, eu acho que os incentivos não podem... ou as políticas ser generalizadas, para qualquer atividade. Você deveria tentar identificar aquelas atividades que tivessem um efeito estruturante dentro de cada região. Que tivessem um efeito estratégico e estruturante dentro de cada região. É difícil identificar isso, mas eu acho que é possível. Identificar, dentro de cada região quais devem ser as prioridades a serem incentivadas,

para que você concentrasse os recursos, e alguns projetos, que pudessem ter efeitos estruturantes e multiplicadores, e não a pulverização de recursos.

E, nesse sentido, eu entendo que deveria dar privilégio a cadeias produtivas, um pouco no sentido de criar condições regionais, e não à empresa, de forma isolada. Ou seja, até pode ser que existam empresas que tenham uma capacidade estruturante tão grande, que, incentivando aquela empresa, ela seja capaz de criar um efeito multiplicador. Mas, tentar identificar as cadeias produtivas. E eu acho que é possível identificar essas coisas. Eu vou apenas, aqui, tomar a liberdade de dizer, por exemplo: toda a questão da irrigação do Vale do São Francisco - isso, eu acho que é capaz de gerar uma cadeia produtiva. Toda a problemática têxtil e confecções, por exemplo, no Nordeste brasileiro. Eu acho que isso aí gera uma cadeia produtiva. Toda a necessidade de você fazer um investimento, por exemplo, em pesquisa, na área de biotecnologia. Por exemplo, no Nordeste, eu acho que pode ter um efeito, se você quiser mudar a estrutura produtiva da Faixa Um da região nordestina. Toda a pesquisa na área da energia solar, ou coisas desse estilo - eu acho que esses projetos podem ter esse efeito. E, portanto, eu termino aqui enfatizando, na minha concepção, a urgente necessidade de que o Governo Federal, e só o Governo Federal pode fazer isso, retome as políticas regionais de desenvolvimento, coíba essa guerra fiscal, como ela está posta, mas que remonte os seus instrumentos, porque, talvez pegando a experiência que foi explicitada aqui, a experiência européia e outras experiências mundiais, que estão postas, e façam uma crítica em cima dos instrumentos que estão aí em funcionamento, e remonte esses instrumentos, para que a gente possa ter isso acasalado com um padrão de desenvolvimento de longo prazo, porque nós também não estamos

visualizando nesse momento nenhuma orientação de qual é o padrão de desenvolvimento desejado nesse país no longo prazo, qual é o projeto de nação que está mais ou menos.. e que deveria ser esboçado. São estas as considerações que eu tenho a fazer e acho que concluo concordando um pouco com os expositores que me antecederam, enfatizando a necessidade urgente de uma política regional de desenvolvimento que seja capaz de reorientar as decisões de investimento e de certa forma coibir um pouco essa guerra fiscal como está aí. Obrigado.

Agradecemos e parabenizamos ao Prof. Clélio Campolina Diniz e ele que está mais próximo do Mercosul fala com tanta ênfase, que no Nordeste fale talvez com uma ênfase dez vezes maior.

Dando sequência às nossas...

Só um detalhe. Eu falo sempre numa perspectiva nacional, nunca defendendo meu Estado. Eu falo como professor de universidade, então eu não sou aqui delegado do governo de Minas Gerais.

Perfeito. Comentário extremamente pertinente.

Dando sequência à nossas explicações teremos a apresentação do Prof. Roger Sugden, da Universidade de Birmingham.

Thank you very much. May I actually by thanking you for... by thanking the organizers for allowing me the opportunity to contribute to the discussions here. It is a pleasure to be back again and I am looking forward to the next couple of days.

What I am going to try and do actually is take discussion, to some extent in different directions, to some of the points that have been raised earlier on this morning, by looking at the perspective that might be adopted on industrial policy, towards decentralization, a much broader sort of fashion. I think decentralization is about far more, for example, than the fiscal wars that have been discussed, although that is an important aspect of this.

And I want to try and broaden the discussion in that way, putting particularly the role of smaller firms, and so on.

May I also, perhaps at the beginning, raise a word of warning. I think one of the big issues here is not to see industrial policy in terms of a particular instrument, and so on. I think, rather, it is important to see it in terms of the mix of instruments, the way we fit instruments together, the perspective with which we fit those instruments together. It's quite remarkable, for example, if you were to look as regards decentralization necessarily, but if you were to look at the set of policy instruments used in the lights of Britain and the US, of the last thirty years, and you compared them with the set of policy instruments used in Japan. They are very similar. The results are extremely different. And that is the way in which those policies have been mixed together, and the perspective from which they have been adopted. This is very important to take on board, I think.

There are three parts to the discussion that I want to introduce.

By the way, there is a very crude Spanish version of the paper, if people would prefer. I haven't brought it round, because it is extremely crude, but if anybody does prefer that, then if they ask me, I'll give them the Spanish version.

There are three areas I want to focus upon. Firstly, to look at the traditional of the industrial policy development, which is essentially a market-centered approach. And out of that, to point towards the desirability of what is being called here decentralization, which might be called democratization, as an approach to industrial development. And then, to take back the discussion of small firms. And to discuss small firms, essentially what I am going to try and do is to assert that there are various desirable factors that we should be looking for, in terms of the way in which we try to create appropriate groupings of small firms, and that will be key to the whole decentralization process, and then to begin to point to ways in which we might bring about those desirable clusters over time, through particular policies which I hope we will be able to discuss in the next two sessions.

So, first of all, then the market-centered approach.

One view of policy development is a traditional view, is essentially that development should be fostered by emphasizing the role of markets in some form. And this, typically goes down to emphasizing the role of large, and particular transnational firms, the inwards investors, which is presumably what underlies a lot of your concern with the fiscal wars and so on. Also, that is also the case in Europe. For example, it is a big issue in Central and Eastern Europe at the moment.

The question is whether or not such a focus is appropriate. Now, I think to answer that, we can look at the experience of countries like Britain and the US, which are arguably polar cases of the so-called "free market". Economies where these large corporations are extremely dominant. And, if we look at those economies, we will actually be able, I think to give

ourselves insights into what all economies dominated by such firms would look like. At the national levels, and at the global levels.

What I think we actually come up with is that these economies are characterized by inherent deficiencies, that are quite diverse. For example, they are characterized by uneven development, again within national economies, and at the global level. You can convincingly argue that where we allow large firms to dominate through the market in this way, we will actually have the simultaneous existence of both significant development and significant underdevelopment. We would have considerable inequalities of wealth and so on. You will see this within national economies as well, and indeed it has been pointed to this morning in terms of the impact of foreign investors in Brazil, I think, particularly in the North and in the South of Brazil, for example. The way in which the distribution of those investments would take place. And you would get problems over technological development, international trade, and so on. And I think the source of these problems is essentially the decision-making structure within our economies.

Now, I think the reason it is very important to tackle this issue, to understand this issue, or this debate, is because if the analysis I am going to present is in any sense appropriate, then that analysis, that the source of our problems would be the way forward, in terms of decentralization. It is important, I think, not to simply jump into a focus on decentralization, without knowing why decentralization matters. If we know why decentralization matters, we can therefore design the appropriate policies. Without understanding that perspective, I think we will get things wrong, and we will end up talking about mainly important issues, but issues that, to a certain extent, may also be underlying crucial points.

Let me try and pursue that analysis a fraction further.

In terms of the particular problem, what I would argue is that so-called “free market economies” are in fact planned economies. They are economies where the planning is undertaken by, in particular, by the modern, large transnational corporations. And, in modern language, what we actually have here is an issue of strategic planning in these economies, being embedded in the so-called corporate strategies of those corporations. That is the unit of planning that we are faced with. And the implication of that is quite startling: the modern corporation can be seen as a hierarchy, I think, in terms of layered decision making. Where the particularly important decisions are the strategic decisions. They are made by a small group of people involved with the corporation, and the implication of that is that the driving force determining the formation of plans in those corporations, and, thus, the formation of plans in the economies which those corporations are influential in is actually determined by the benefit to the strategic decision makers themselves. Now, what we have here is a major problem, potentially, because within a particular society, we presumably have a set of objectives. What we have is planning undertaken in organizations which also have a set of objectives. But the two might not meet. And that is the fundamental issue, it seems to me, that we need to be addressing in industrial policy.

And what we actually have is a problem of strategic failure. This is the point at the bottom there. It might well be that in the economies that we currently have, that there is a problem of the strategic decision making process in those economies not allowing societies to achieve their most desirable outcomes.

Now, what does that mean, in terms of particular industrial policies we should be pursuing? I think it is precisely that point that takes us to the importance of decentralized decision making in the policy process.

What I have argued so far is that if we leave industrial economic development in the hands of these large corporations, we have particular problems. And, therefore, we need this new approach.

The logic of the strategic failure approach tells us that the prime aim of industrial policy ought to be to readdress the fundamental source of our problems, namely the concentration of that strategic decision making in the hands of those small groups of people at the pinnacle of the large corporations, of the big investors. We actually need to tackle that head-on, otherwise we will necessarily continue to be faced with economies that suffer uneven development. That do suffer technological development being channeled down particular paths, and so on.

So, we need to find ways of appropriately involving more and more people affected by strategic decisions in the process of making those decisions. Now, one of the most important things to realize about this is that this is not simply a matter of structure. This is actually a matter of involving people in strategic decision making processes. Alongside that, it is not simply a matter of governments trying a regulatory role. Be those governments at any level. It is actually a problem of genuine decentralization to come out of the needs and desires of particular people in particular economies, without seeing the governments necessarily as the agents for recognizing what those desires are, and for influencing the actors in an economy in order to introduce those desires in a significant way. It is a very

important point. This is not simply, it seems to me, a matter of regulation. It is much deeper the fact.

Now, more specifically, it seems also that if we go into be wary of an economy which does focus on planning in the large corporations, that does focus in this concentration of decision making in this way, then it is obvious that we should be looking towards the possibility of smaller firms playing a more significant role. I am trying to chose my words carefully here. I think what we need to do is to take up the challenge that somebody else said this morning. What we are talking about here is a series of challenges. If there are problems, we should take up the challenge of seeing whether or not we can introduce development of economies through the role of smaller firms. Now, if we do that, what is especially interesting is that there is a considerable amount of evidence from, as I understand it, not simply Europe, but also experience in Brazil and elsewhere in South America. But we suggest that it is very important to look at groups of small firms. And, now, quite what we mean about that is not at all clear. This is undoubtedly where we do need more understanding, more research in these issues. It is not at all clear, there is a big language problem apart from anything else in this. People refer to “clusters”, they refer to “groups”, they refer to “districts”, and these things are different. For what it is worth, I am in fact going to call it yet another thing, which is “webs”. The reason I call them “webs” is because I don’t want to be tied to the idea that we have to be trying to introduce industrial districts, or something similar. Rather, what I want to introduce is a much more general approach, perhaps to get discussion and debate considering the vision of the sort of thing we might be looking for.

When we have some idea of this vision, maybe then we can design policies. That begins to take us down the road of realizing that vision. But we need to have some idea of a benchmark, some idea of where we would ideally like to be, in order to go down that particular road, I think. This is where I am going to become very assertive, in terms of bringing forward one or two suggestions.

It becomes ideal, in this sense... I am deliberately attempting to be ideal here, in certain ways, and I will then try to, towards the end of my comments, I will try and bring, in a sense, a bit... bring it back down to Earth. But also, what I am trying to do is to present a context in which some of the subsequent discussion might take place, a "might-be" position.

It seems to me that what we should be looking for, in terms of decentralizing economic development, is look to create webs where these would be large production units, taken as a whole, but where, within each web, the actual production takes place in small units. So, you get benefits of large scale, if you do this properly, and yet you get a very decentralized process, across the whole production activity. The idea would be to... There are different words for the same thing. I am crackling to try and convey the idea. But the idea would be to create nets of criss-crossing relationships between these small production units. Crucially, they wouldn't be vertical, in terms of how the large firm is vertically structured. The idea is not to have it vertical in those terms, but also it is not simply horizontal, in terms of sharing of information. We must be looking to do much more than share information, because we have to create the whole production process. While it does have to be information sharing, but there has to be far more.

The aim would be also, I think, to switch, cooperate with each other, by providing what I would call mutual support. The idea is that if we are to have production engaged in by small production units, that together make up a large whole, in order for those small units to obtain the benefits of economies of scale, for example, they would need to work with each other. In certain respects. Not in other respects, but where there are economies of scale, they would need to work with each other. This could be over a whole range of issues, to do with things like marketing of exports, or marketing of any activity, in fact. It could be to do with accounting, it could be to do with the design process, and so on.

What is also important is that within this web-type structure, we do not allow stagnation to take place, by allowing it to be closed. The culture, and this is unusual language for an economist, in many ways, to worry about culture, but the culture that needs to be created is one in which new firms are allowed and encouraged to emerge. If you don't get new firms emerging and so on, the whole process is locked in on itself, and will wither away, it seems to me. We need a dynamism, and dynamism can only come out of creating and allowing new potential to actually reveal itself.

In this last bullet point, on the overhead here, I am going even more deeply on this culture issue as well, because it seems to me that crucially this process is about people. And it is about freeing people to actually be able to pursue their full potential, and to put their full potential into the production process. This is not typically what happens in large firms at the moment, certainly, in some crucial respects. What we actually need to do is to create a culture in which people can actually work together, as individuals, recognizing their place in a wider collective context, to evolve,

unpack, and trust in their ability to find successful ways forward. In this way, we wouldn't be having a stifling or a constraining environment. What happens to the typical large firm, for example? Dramatically what we see over strategic decisions is that most of us aren't allowed to participate at all in that crucial decision making process. We are channeled into different areas. That stifles people. And if we don't want inefficient outcomes, we shouldn't be stifling people. Necessarily, that sort of economy must be inefficient.

Now, I have chosen my words carefully, in the sense that I said we should be taking up the challenge. I am not saying it is very easy to cope with these sorts of situations, but the implications, if we don't take up that challenge, we will necessarily be left with inefficient economies. Because necessarily, we are accepting situations in which people are constrained and stifled, which seems to me to be fundamentally, quite wrong.

But, in practice, there is a problem, because people will get themselves in potentially powerful situations, and they will look to use these powerful situations in order to further their own benefits, and will look to stifle others. So, if we were successful, in initially, for example, creating groups of what I have called webs of smaller firms, it could well be that particularly important firms within those webs, particularly important individuals in those firms, would attempt to use their positions to obtain a dominant position within the economy. Now, we need to be aware of those issues, and design industrial policies that actually take those issues on.

And in particular, it seems to me, we shouldn't try and suppress such conflicts. This does have actually an important implication, I think, for tax issue, that has been addressed already this morning. There are conflicts

between peoples. There are conflicts between regions. What happens in economies like Britain's, for example, tends to be that those conflicts are suppressed. They are suppressed by a hierarchical organization. Now, what I am talking about here is not suppressing those conflicts, but, rather, looking for new ways forward, by recognizing that the conflicts exist.

So, often when people talk in the way I am talking today, they say: "Oh, but you are imagining a world without conflict". It is actually the reverse. We must accept conflict, see that there is conflict, and look for processes by which those conflicts are resolved to mutual advantage. So, when you have your fiscal war, that has lasted whatever it is - twenty-one years, I think. From the 1975 law. The key issue, it seems to me, is not simply to accept that that necessarily has to go on, but look for new processes by which the States do talk, do interact, in a way that actually looks for them to all benefit. It is clearly that... I am sorry: I shouldn't say "clearly". I don't know anything about the Brazilian case to suggest this, but it is true in Britain. We have a similar sort of issue in Britain, and it is clearly inefficient. And we actually need to be looking for different processes, it seems to me.

Now, the other issue that I would like to finish on here is that I think we should also be imaginative about the way in which we look at these webs, in different forms. There are two things I want to say here. Firstly, I think within a particular region, within your States of Brazil, for example, it is important to look to create these successful groupings. But I don't think it is inconsistent with that decentralized approach to see the States properly working together. And to see those groups potentially working together;

groups of firms working together. So that you create webs that span the States.

And similarly, I think what we should be looking for, if I can really try to take the discussion even further... We should be looking to create what I call multinational webs. The Mercosul, potentially, might be important for you here, I think. It seems to me that if you were to identify particular industries that are likely to be very important to your futures, for various reasons, if similar industries are so identified in other countries, and particularly your neighbors in the first instance, your geographical neighbors in the first instance, there is a lot to be said for your attempting to work together, with groupings not only in Brazil, but also groupings in similar sectors, in neighboring countries. In order to create an internationalism, from which again you can all benefit. That is the key. So, if you want to export your products to the US, or Europe, or somewhere, there may be a lot to be said for groupings working together, across national borders. And in this way, I think you actually get quite a different vision of the future.

And, again, this contrasts sharply with the way in which these issues tended to be looked at in the past.

I began my comments this morning by, in a sense... well, actually criticizing the role of large, particularly transnational firms. When people criticize the role of such firms, the conclusion that listeners reach very quickly, or readers reach very quickly, it seems to me, is that to criticize the large transnationals is in fact to advocate a centralized approach within a particular Nation. There is good reason for people thinking that. Classic contributions of the literature clearly take that line, and this bullet point here is a quote from one of the classics, Steven Himer, where he takes a critical

view of transnationals. He forms a vision of what the world would look like when dominated by these large firms, which is this idea of uneven development. And he concludes that the way out of this is to actually have production organized centrally, within a particular Nation. Now, that seems to me to be again necessarily stifling and constraining. What we should actually be looking for is not to stifle, by seeing things within a particular Nation, but to free people, so that they actually look across Nations, and take advantage of that sort of internationalism, and it seems to me to be an extremely important way forward.

Now, in conclusion, two points. This is, in a sense, attempting to put forward what one might call some sort of vision of where we should be looking for. Obviously the big issue is how do we begin to move down that road. It seems to me that we do need to learn from experience in different parts of the world, and this, I think, is a big issue to some extent already this morning, and I think even more so in the second session of this Seminar. We need to learn from experience, to find out particular ways in which we can proceed. And then we do actually design the specific policies.

That is the concern, in the particular, of the third session of this Seminar, as I understand it.

But there are two issues I want to draw your attention to at this stage. Firstly, it seems to me crucial that we don't simply talk in terms of economic policy. If we could design appropriate decentralized approaches to economic development, we have to be looking at the social and at the economic together. I don't really know how to explain what I mean by this, because, to be honest, I think it is something I have only begun to understand recently, although I have seen the words for a lot of years. But is actually

crucially to really fuse together the social and the economic. This is a clear lesson, from at least the Italian industrial districts, for example. It is not the question of having a society and some sort of separate economy. It is clearly an issue that what happens in an economy is integrally concerned with the whole process that involves social development. And we have to take those issues on board, and there are some clear lessons from the Italian industrial districts that we could point to.

And the second issue, and my final point, is that this must be seen as long run. This morning, people have already referred to the importance of taking a long run approach to industrial policy. It is crucial that this is seen as long run, and, in fact, my own view is that perhaps the most important issue is to introduce education policy into this. Because the implication of the analysis I am talking about here is that people really matter. And, if people really matter, is actually a question of those people finding out for themselves. I don't mean research, to tell people what is going on. I mean actually people finding out themselves, and having institutional structures that enable them to develop and to for their views on what should be done. And enable them to do that together. So, we need education institutions which serve these purposes. So, for example, if we are to look for developing successful groupings of small firms in any region in any country, then one of the first issues we should address is: "Are there appropriate education institutions, that would enable that process to be taken forward?" We actually also, I think, if we are to take on the idea of an alternative internationalism, the idea of multinational webs, we should be looking to create multinational education institutions. And what it requires is, as a first instance, we should look in Brazil to particular regions that have successful

groups of small firms, and we should say to ourselves now: “Are there things that we could be doing, which would help to create those firms to go forward, in a social and economic context, by furthering this learning process, by seeing how people can interact, learn from each other, learn with each other, for example, to find new innovation possibilities?” This actually requires that talking, that interaction, and we should, for example, say: “Do we have the appropriate educational institutions?”

OK. Thanks very much.

Parabenizamos e agradecemos o Professor Roger Sugden, e, na seqüência, teremos os comentários do Dr. Renato Corona Fernandes, representando o Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Governo de São Paulo, dentro do tempo de dez minutos.

Bom, de fato, por tudo o que foi dito, eu vou, na realidade eu vou dividir em dois blocos. Primeiro, a questão da guerra fiscal, e depois, o que a gente está chamando, em São Paulo de desenvolvimento local. E fazer algumas perguntas nesses dois blocos.

Bom, na questão da guerra fiscal, por tudo o que foi dito, fica claro que é uma relação absolutamente intrópica. Quer dizer, não tem a menor sinergia entre os Estados, e é uma relação onde todos perdem. Conforme já foi salientado aqui. Nós, lá em São Paulo, no trabalho da Secretaria, no atendimento a empresas, enfim, já atendemos várias empresas. existem investimentos garantidos, tanto nacionais, quanto internacionais, na ordem de 14 bilhões de dólares, que vão gerar 300.000 empregos, aí nos próximos dois anos.

Até agora, esses investimentos, eles não foram obtidos graças a incentivos fiscais oferecidos. São Paulo não tinha a lei de incentivos fiscais, e portanto procurou concentrar a competitividade do Estado muito mais nos seus fatores de qualidade, ou seja, as Universidades, os centros de pesquisa, a mão-de-obra, a logística, enfim, do que em fatores econômicos, como os incentivos fiscais, por exemplo.

Naturalmente, a gente tem algumas experiências aí, internacionais, e embora a realidade seja diferente, nos Estados Unidos, por exemplo, a gente tem algumas anotações do Cockler, o que aconteceu com a guerra fiscal, com os incentivos, quando começaram, na década de 70. E ele divide em três análises. Uma, é que as expectativas, com relação aos incentivos oferecidos não foram preenchidas. Quer dizer, você teve vários casos de fábricas, como a Volkswagen, em Scranton, que foi instalada em 70, recebeu incentivos em 78 milhões de dólares, fechou em 88. A Chrysler, que recebeu incentivos de 90 milhões em Illinois, também fechou, e assim por diante. Uma série de empresas que receberam incentivos originalmente, posteriormente fecharam. Por quê? Porque, ele acredita, e eu concordo com isso, que uma empresa que é atraída a partir de incentivos, é um investimento bastante vulnerável, porque daqui a alguns anos, daqui a dez, daqui a quinze, daqui a vinte anos, ela pode ser seduzida por algum outro Estado, para se mudar, mudar o seu local de instalação. Quer dizer, então fica muito fragilizada essa relação. Sobretudo, e a gente transferindo para o Brasil, se você tem esses prazos, como você citou, Clélio, esses prazos de dez anos de postergação, mais dez anos para pagar. Então, são coisas muito vulneráveis. Não existe nenhuma garantia de que a empresa vá permanecer no território, no Estado que lhe deu os incentivos.

Então, aí, no caso americano, a mídia começou a questionar, a própria sociedade começou a questionar, e os governadores, que originalmente ganhavam, como você citou, começaram a perder as eleições ao longo do tempo, quando verificaram que faltavam recursos para a educação, faltavam recursos para a saúde, faltavam recursos para o transporte, e para outras atividades de infraestrutura do Estado, decorrentes desse novo investimento. Onde não cabia a renúncia fiscal.

Uma outra questão, que também aconteceu lá, e que dá para a gente transferir para cá, é que houve na década de 90, em função da recessão americana, a capacidade... Quer dizer, o Estado não tinha mais capacidade de investimento. Então, de um lado, ao mesmo tempo que estava demitindo funcionário, cortando serviço público, e elevando imposto, não dava mais para explicar para a sociedade, diante desse quadro, como é que se faria para renunciar a impostos e tributos decorrentes de novos investimentos.

Então, a partir desse quadro, eles identificaram, e isso agora está muito menor nos Estados Unidos, que de fato, cada Estado tinha que procurar as suas vantagens competitivas, cada Estado tinha que potencializar suas vantagens intrínsecas, e, sobretudo, ter uma articulação federal, uma articulação com o Governo americano, para verificar quais os setores importantes, o que de fato tem que ser estimulado, como é que se vocaciona, e assim por diante. E, claro, potencializando novamente a questão dos fatores de qualidade: capital humano, enfim, os centros de pesquisa, as Universidades, e assim por diante.

Então, de fato, a gente recentemente teve no Brasil um investimento de uma empresa, num Estado, que, enfim, o investimento da empresa seria de 315 milhões, os incentivos oferecidos, em valor presente, situam-se na

ordem de 600 milhões. Então, tem um trunfo de 285 milhões, que foi um incentivo adicional ao valor do investimento previsto pela empresa. Esse artigo do Celso Ming, inclusive, que se esses 600 milhões tivessem sido distribuídos 200 mil dólares para cada pequena ou média empresa, já que a gente falou bastante nela, você teria... Se cada pequena ou média empresa tivesse obrigação de gerar somente um emprego, você teria 3 mil novos empregos, em pequenas e médias empresas, ao invés de 400 empregos, que foi a quantidade de oferta de emprego gerada por esse investimento, com o custo de 1 milhão e meio de dólares por emprego. Quer dizer, então, de fato é uma coisa insana: não dá para compactuar com esse tipo de visão.

Bom, e aí vem... Vamos fazer a pergunta já, ou deixa as duas perguntas para o final? Como é que vocês preferem?

Bom, então a primeira pergunta, na questão da guerra fiscal, é a seguinte. É para o Ricardo. Eu gostei muito da tua abordagem, mas eu acho que tem um outro aspecto, que talvez a gente precisasse abordar, ou pensar, enfim. A gente tem percebido que algumas empresas, de determinados setores que já estão instalados em São Paulo, quando vem algum concorrente do exterior, que atua no mesmo segmento, e esse concorrente vem com incentivo fiscal forte, nessa linha - dez anos, mais dez, e assim por diante -, essa empresa, que já está instalada, em São Paulo, ou em Minas, ou no Rio Grande do Sul, enfim, que seja no mesmo setor, ela começa a perder competitividade. Ela começa a... Aí, você tem dois problemas. De um lado, você está tendo a renúncia fiscal, no Estado que está oferecendo, e, de outro lado, você está comprometendo a operação de uma empresa já instalada, que já gera emprego, etc., etc. Então, essa é uma pergunta.

E a segunda, ainda dentro da guerra fiscal, é o seguinte. Os governadores ganham, é. Eu acho que os atuais governadores, ganham. Agora, como as leis são muito compridas, dez anos de postergação, mais dez para pagar, e os outros? Então são essas duas.

Professor Ricardo. Eu pediria apenas deixar o comentário... a resposta das perguntas. Pode ser formulada.

Bom, então, quanto à guerra fiscal, é isso, e as perguntas são essas.

Só para finalizar, nós estamos para começar implantando, então, a partir de janeiro, com a posse dos novos prefeitos, o projeto que chama-se “Estratégia Competitiva do Estado”. Bom, na realidade, e na abertura falaram isso aqui, eu não lembro quem foi que falou, na realidade não é invenção da roda. Trata-se de um conjunto de experiências, que estão devidamente sistematizadas, experiências que já existem num âmbito municipal em todos os Estados da Federação, e o que a gente está procurando é reunir essas experiências, e entender os “links” entre essas experiências. Sistematizar e integrar os vários projetos de desenvolvimento, produto das iniciativas locais, das iniciativas municipais. E a gente acha que nada melhor do que um poder local, do que a sociedade local, para definir o seu projeto de desenvolvimento, ou seja, definir para onde quer ir, definir qual é a sua vocação, e, mais que isso, gerir esse plano, não é? E, para gerir esse plano, a gente pretende estimular a criação de agências de desenvolvimento local. Uma composição preferencialmente tripartite, ou seja, você reunir o poder público nas tarefas que lhe competem, ou seja na minimização da burocracia, no atendimento, enfim; a iniciativa privada

identificando as demandas, fazendo o marketing da região, as vantagens competitivas da região; e o conhecimento; instrumentalizando a ação desse grupo. Ou seja, conhecimento, eu estou colocando, pode ser o SEBRAE, pode ser uma Universidade local, ou uma Universidade próxima, enfim, uma forma de você atrair o conhecimento para participar desse grupo, na discussão com a sociedade.

Bom, basicamente, o papel dessa agência, e aí faz o gancho com a guerra fiscal, vamos atrair novas empresas. Mas espera um pouco: tem as empresas que já estão no município, e já estão gerando imposto, e já estão gerando emprego. E essas empresas podem estar com uma série de dificuldades de modernização, uma série de dificuldades de inovação tecnológica, uma série de dificuldades de obtenção de financiamentos... Enfim, e um total desconhecimento de toda a demanda ofertada, de toda a demanda que existe no Estado, nas diversas instituições, e não tem interlocutor. Então, a idéia é que os municípios, e a gente vai estimular a criação disso, e capacitar a formação, e monitorar, enfim, fornecer metodologia, etc., nos municípios você tenha essas agências que façam esse trabalho. Quer dizer, tem uma postura pró-ativa, seja interlocutor confiável próximo. Próximo, por isso que é local - é no município. E facilite a modernização das empresas, facilite o crescimento das empresas, prospecte, com base no plano, novas empresas, pequenas e médias, e, para isso, gerando isso, gerando esse plano, você tem alguns instrumentos. Você tem incubadoras. Que incubadoras? Ao mesmo tempo, não pode ser dissociado de condomínios industriais, que na verdade vai ser o destino provável do empresário que está incubado. Você tem as empresas de participação monetária, que a gente pretende fazer junto com o SEBRAE; estou vendo o

Eron ali, enfim, são uma série de experiências que já existem, já funcionam, e o que a gente pretende é estar fazendo um “link” entre essas experiências, capitalizando esforços e coordenando recursos entre os parceiros. Os parceiros, a FIESP, o SEBRAE, as Universidades, enfim, uma série de instrumentos que a gente pretende estar implantando em conjunto com essas agências de desenvolvimento. E aí, a pergunta: Nesse caso, que é uma dúvida que a gente teve, quando estava formulando o plano, que é para o Ricardo, não é... Regis, isso. Regis, desculpa, é isso mesmo.

A pergunta é o seguinte. Em primeiro lugar, a gente vai começar a implantar isso em janeiro, não é? Agora, a gente acredita que precisa ter algumas iscas. Alguns fatores de mobilização, para que as agências se constituam, e iniciem a operação. Visto que esse é um projeto muito mais de mobilização e conscientização para o desenvolvimento, do que um projeto de infraestrutura, ou coisa do tipo. Então, nas experiências internacionais que você verificou, quais foram essas iscas, quer dizer, quais foram os dados mobilizadores, para articular a sociedade, articular os diversos segmentos em torno de um projeto de desenvolvimento?

Segundo. A segunda pergunta. E aí, entra o que foi dito anteriormente, dentro do conceito de redes. Considerando-se que a gente vai criar agência de desenvolvimento local, como é que você enxerga a integração regional dentro do conceito de desenvolvimento de eixos, e não de núcleos? A gente imagina fazer isso dentro de um Fórum de Secretários, parecido com que o ... preside, de âmbito estadual. Quer dizer, fazer essa integração das demandas dentro deste Fórum. Quer dizer, na verdade a gente teria esse Fórum, e, pendurados no Fórum, os Secretários, que

gerenciam as agências, para dar capilaridade ao plano. Mas, se você puder estar contribuindo nesse nosso projeto, eu agradeceria. É isso. Obrigado.

Agradecemos também os comentários do Dr. Renato Corona Fernandes. Passamos a palavra ao comentarista, Secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Goiás, Erivan Bueno de Moraes.

Senhor Presidente, Ivan Leite, eu gostaria de ser um pouco mais informal hoje, se você me permitir. Eu vou começar contando um caso para vocês, que aconteceu há pouco tempo atrás, para vocês se situarem no que é essa vida nossa de Secretário de Indústria e Comércio, e o que é real, o que é conversa, o que está na Universidade, o que está lá na ponta, e assim por diante, o que é que nós vivemos.

Um dia desses, nós estávamos muito preocupados com o problema do Rio de Janeiro. A cada pessoa que morria no Rio de Janeiro, o defunto ficava na exportação de Goiás: na porta dos nossos trens. Nós precisamos estar com o Rio. É importante a imagem do Rio para o Brasil, e Goiás vai lá, conversar com o Governador do Rio, porque nós não vamos fazer nada, se o Rio não estiver muito bem. E, pegamos oito maiores exportadores de grãos do Estado, e as seis maiores transportadoras, e fomos para lá. Para vocês terem uma idéia, o Porto de Sepetiba, quando estiver pronto, vai exportar em torno de 5 milhões de grãos - de toneladas de grãos. Esses exportadores exportam 6 milhões de toneladas de grãos. E nós fomos conversar com o governador, e tínhamos lá uma hora de conversa. E ficamos até as quatro horas da tarde. E ele me contou um caso muito interessante. Ele falou: “Olha, quando eu assumi, eu liguei para o governador de São Paulo, e falei.

- Olha, não vamos ter guerra fiscal, hein? Nós vamos trabalhar tranquilos, você não aumenta aqui, eu não aumento aí, nós vamos levar num parâmetro bem firme.” Três dias depois, ele abre o jornal, e a informática em São Paulo baixou para 7%. Então, essas coisas são jogadas por terra, porque o discurso é muito diferenciado daquilo que nós vivemos. Eu atraio aquilo que eu quero, é guerra fiscal. Você atrai aquilo que você quer, não é guerra fiscal. E isso vai rodando. Isso chama-se competitividade.

Nós temos que entender isso. Isso é um ponto muito importante. Antigamente, você ia escolher seu Secretário de Indústria e Comércio, você chegava, e falava: “Qual o Deputado Federal mais votado?” Era uma qualificação. Hoje, não. Esse homem tem trânsito na FIESP? Entra na CACB? Conversa com todo o mundo que tem indústria? Já pagou uma duplicata? Sabe calcular custo? Esse é o homem que deve ser o Secretário de Indústria e Comércio. Então, essa competitividade começa na escolha do Secretário de Indústria e Comércio do seu Estado. Porque quando começa a perder, e dá muito problema, e quando o Secretário de Indústria e Comércio fala: “Olha eu vou largar minha vida agora. Vocês me desculpem, porque eu vou-me candidatar a prefeito, ou a senador, a isso, e nesse período, eu vou dar um “stand-byzinho” nessa nossa industrialização. Isso é uma grande traição para o povo do seu Estado. É uma grande. Porque nós estamos num processo evolutivo, nós estamos tentando industrializar esse país, e de repente eu vou parar, para ver se eu vou ser prefeito. E a culpa é de quem trabalha vinte e quatro horas? Não. Isso é competitividade. Vocês têm que ter consciência disso. Discute-se muito. Mas, na realidade, é muito importante saber quem está em cada ponta. Como está trabalhando. E não

criar uma linha nacional de o que nós devemos fazer. Porque o Brasil é muito grande.

Eu vou falar da política regional do meu Estado, até para não ficar discutindo muito sobre isso, porque, como eu conheço todos os secretários, sou amigo de todos, sei como cada um está trabalhando, e qual o discurso de cada um, eu não vou entrar nesse ramo.

O que é que nós fizemos lá em Goiás? Eu não vou preocupar com Estado nenhum. Eu quero saber quem é o meu Estado. O que é o meu Estado. Porque, como disse o Regis, se nós não conhecermos direito as coisas, como é que eu vou me propor a desenvolver alguma coisa? Se eu não sei aonde estou, como é que eu vou para algum lugar? E começamos a olhar. Olha, nós estamos longe dos portos, nós estamos ali, nós estamos aqui. Olha, nós temos que achar soluções para os nossos problemas. Um ponto. E não fazer comparação do meu problema com o problema de Minas, ou o problema de São Paulo, ou o problema de nós gerais. Goiás é diferente de Minas, Minas tem outras diferenças com São Paulo, e, se eu for culpar São Paulo pelos problemas dele, eu vou falar em enchente, e aqui - vocês, que conhecem o Planalto - não tem enchente. Nós não temos morro, para ter enchente. Então, eu não vou discutir o problema deles.

Bom, em cima disso, nós começamos a visitar vários lugares. Fomos em Bristol, fomos em Birmingham, fomos... Para ter uma idéia, fomos até numa cidadezinha chamada Southport. Visitando as Câmaras de Comércio. Depois, olha, nós precisamos entender... Isso, até, na época, com o pessoal da Federação, com os empresários. E precisamos entender também um pouco o empresário. O empresário não quer conversar com político. Ele não quer. Ele quer conversar com uma outra pessoa que entende o problema

dele. Ele quer conversar com alguém que entenda duplicata e lucro, para propor duplicatas e lucros. Propor competitividade. É isso que ele quer conversar. Aí, nós começamos a trocar o pessoal da Secretaria, e colocar gente que vivia um pouco mais a área industrial. Gente que conversava com empresário, freqüentava associações, e pessoas que gostavam disso. De viver esse tipo de negócio. E começamos a combater a deficiência. Vou contar um caso só.

No corredor Centro-Leste. Nós brigamos pelo corredor. Para a gente, era uma questão de sobrevivência. Para muita gente, era uma questão de um trem indo para o porto. Para Goiás, era sobrevivência. Eu tinha que pegar Goiás, e, como eu não conseguia colocar Goiás fisicamente lá, perto de Juiz de Fora, eu tinha de arrumar uma maneira de colocar economicamente perto de Juiz de Fora. E nós abaixamos de 60 dólares a tonelada de transporte de soja, para 21 dólares, em cima do corredor. Bom, estamos lá perto, não é? Com a hidrovia, pretendemos diminuir mais ainda. Até chegar bem perto do porto. E essas são alguns... Tem “n” outros fatos que nós fizemos. Através dos distritos, e outras coisas mais.

Um outro ponto importante foi, como disse o Professor aqui de Birmingham, o Roger. Nós entendemos essa idéia de teia que ele falou, quando nós visitamos as tecnópoles francesas. Eu falei: “Ah! Eu posso usar, para atrair grandes empresas as minhas micro-empresas.” Então, como elas estão muito separadas, e eu vi isso em Taiwan também. Estão muito separadas, e se eu juntar elas em algum lugar, para fabricar para um, ou para exportar para outro, nós vamos ter uma poderosa força de convencimento. E, com isso, nós fechamos um grande negócio: a segunda maior fábrica de felpudos da Europa vai mudar para Goiânia, porque nós chegamos para eles,

e falamos: “Olha, nós vamos terceirizar isso aqui tudo aí com vocês com essas micro-empresas aqui, OK?” Aí, eles disseram: “Ah, então você tem insumos para a minha fábrica.” Tenho, mas são goianos pequenos, que vão ganhar dinheiro, vendendo para uma fábrica maior, e que, provavelmente, ela não viria para Goiás, se nós não tivéssemos esses pequenos fazendo alguma coisa para esse grande. E criamos um elo lá, que é um elo de sobrevivência, um elo de convivência, e é um elo... É moderno, que a gente viu funcionando em algum lugar.

Outra coisa, foi descobrirmos no Estado o que é que nós queríamos fazer. Nós temos muita soja, porque temos compradores de óleo. Não é por outro motivo. Não vamos inventar outra coisa. É que eu planto, e tenho para quem comprar. Eu deposito no banco, me dá dinheiro, e vou comprar minhas coisas. Fora disso, ele não vai plantar soja, se não tem para quem comprar. Eu falei: “Olha, vamos trabalhar, para trazer firmas que compram o algodão. E vamos trabalhar para dar o melhor algodão do mundo aqui. Vamos fazer essa empresa ser competitiva.” E nós atraímos quatro importantes fábricas têxtil, em cima desse programa do algodão. O programa era do algodão.

E quanto ao caso da Perdigão, que eu gostaria de relatar para vocês. Nós oferecemos menos incentivo fiscal, menos, muito menos que ofereceram. Não oferecemos os 100 milhões, que muita gente ofereceu, e oferecemos uma área. E só. Foi a política. Eu falei: “Bom, não dá para brigar com o Ministro, que é lá da terra. Não dá para brigar com o Rei do Milho, que é da terra. O que é que nós podemos fazer? Olha, vamos criar... Vamos inverter esta conquista. Não sou eu que quero mais a Perdigão. Eu vou criar o milho e o frango mais competitivos do país aqui em Goiás.”

Agora, ela quer vir para cá. Porque, se ela não vier, provavelmente vem a Sadia, e vai ser uma loucura, não é? Então, o que é que nós fizemos? Fui para São Paulo, sentei numa escola que tem lá. Fala só sobre frango. Estudamos o frango. Fomos para o Rio Grande do Sul, entender frango, e chegamos aqui e pegamos todas as leis que atrapalhavam o frango, e que não davam prejuízo. A burocracia das nossas leis, e tiramos fora, e ela falou: “Olha, assim, nós teremos o frango mais competitivo do país”. Todo aquele de início, de Nota Fiscal para levar o farelo; Nota Fiscal para trazer o pintinho para cá; Nota Fiscal para levar a galinha para ali; Nota Fiscal para levar o frango para matar; mata o frango, Nota Fiscal. Eu perguntei para o governador: “Governador, nós já vimos um frango de coleira? Um frango de estimação? Não. Então, todo frango morre. Então, para que é que nós vamos ficar mexendo nesse meio? Cobra depois que o frango morrer.” E nós acabamos com a papelada do meio, e ficou mais viável. Porque, quanto nós abaixamos, de dinheiro nisso? É a realidade.

Bom, sobre guerra fiscal. Olha, olhando pelo meu prisma, não existe muita guerra fiscal, não. Não adianta bater muito forte, que é só lembrar o seguinte. Quando alguém financia imposto para alguém, alguém só paga imposto se gerar imposto, certo? Se não, não tem o que financiar. Qual que é mais fácil: eu financiar uma empresa, para ela se instalar, com o meu Banco. Vou lá, e financio. Ou, ir lá, depois que ela está pronta, e falar: “Olha, eu vou financiar o seu imposto por dez anos, mais o mesmo tanto que eu ia financiar para você construir.” Aqui, eu não tenho consciência. Eu não tenho como saber da competência dessa pessoa. Aqui, eu estou vendo a fatura. E só vou financiar depois que ela faturar. Qual que é o dinheiro que está no banco estadual? Não é meu também? Agora, eu pergunto para você.

O Banco do Estado de Goiás vai muito bem! Muito bem! Financiando impostos de empresas com sucesso. Não houve caso de uma empresa que de repente fechou, e sumiu com o meu dinheiro. Não houve. Agora, se sumir com o meu dinheiro aqui, não vai sumir com dinheiro algum, porque ele para de faturar, para o empréstimo, e acabou. Aqui não. Aqui, o risco é sério. Nós sabemos de muitas pessoas que montaram o empreendimento, acabou o incentivo, acabou a empresa. Isso, quando tem dinheiro no bolso, quando tem que trabalhar, parece empresários honestos; quando só tem dinheiro, aparece de tudo.

Outra coisa, foi colocar nesses incentivos aquilo que nós queríamos. “Olha, quando o desporto e a cultura chegam num lugar, o meu trabalho fica mais fácil. Muito mais fácil.” Aí, o que é que nós fizemos? “Olha, eu financio o seu ICM, por tanto tempo, mas você vai ter que contratar dois PhD’s, porque eu quero melhorar isso, vai ter que promover, financiar dois atletas, e você também vai ter que ajudar aquele pessoal do teatro tal.” Ele escolhe, da maneira que ele quer. Só que, para ter ponto suficiente, para ter mais prazo, ele tem que ajudar o Estado nisso. E, de repente, você leva para a China um grupo de teatro de Goiânia, você leva o teu campeão de “jet-ski”, você vai na Argentina, e vê ganhar o campeonato um goiano, patrocinado pela Arisco, vocês viram aí. O Doca ganhou, que é o campeão de hipismo. Isso, patrocinado por quem? Por esse incentivo. De uma forma ou de outra, o governo ia acabar dando. Mas quem deu? Um empresário. E para mim, depois, chegar na Argentina, quando eu estava lá, vendo a prova, ele falou: “Você é de Goiás. Hasteia a bandeira aqui.” Aí, veio o outro, e bateu fotografia. Aí, eu falei: “Olha eu de Goiás. Nós estamos aqui, para atrair indústria. Aqui está o meu atleta.” E ficou muito mais fácil.

Tem uma seqüência de coisas que a gente tem que analisar.

Sobre a pequena empresa, também. Quando você faz incentivos... Falaram, e eu gostei muito aqui. Tem que dar para todo o mundo. Você deu? Vamos dá para um. Você criou uma política de um frango competitivo. Agora, quem quer frango, produzir frango, pode ir lá, e produzir. Vai ter uma política de frango competitivo. Não justifica: eu sou empresário goiano, eu estou lá sentado, trabalhando, e, de repente, vem alguém competir comigo, com todos os incentivos do mundo. Eu também quero, não é? Então, essa linha de incentivos, ela lá é ampla, as pessoas que merecem, participam, e fazem parte disso. E, também, no incentivo à exportação, que nós damos através desse programa, que nós aumentamos de 5 para 14% a quota de exportação da micro-empresa. Em cima desse programa de incentivo. Com a ajuda de quem? Dos empresários grandes. Porque, quando fala: “Ah, o pequeno é isso, o pequeno é aquilo.” Trator D-6 é grande. Para abrir estrada, primeiro o grande. Aí, o pequeno vai. O pequeno não tem dinheiro de sair fazendo investimento, abrindo mercado, lançando produto. É muito complicado. O grande vai abrindo, e o pequeno vai no vácuo, apoiando, e ganhando dinheiro. Agora, a quantidade é maior, realmente. Se você for desprezar os grandes, porque tem que apoiar o pequeno, nós vamos enfrentar um problema muito sério. O pequeno não vai sobreviver.

Olha, a ida da Perdigão foi motivo do Banco Nacional, o Banco Mundial, visitar o Estado de Goiás, e falar: “Olha, eu quero fazer um estudo com vocês, para saber o que de social vai acontecer, com a ida da Perdigão aqui.” Porque ela, grande dessa forma, para funcionar, precisa de vinte empresas juntas, e 1.200 integrados. Vocês percebem? Agora, imagina se a

gente tivesse que inventar um integrado, para ele fazer frango, sem um grande para comprar? É mais complicado.

Outra coisa importante é que incentivo... Existe incentivos e incentivos, e empresário não é bobo. Então, muitas vezes fizeram uma comparação que eu achei interessante aqui, que eu exporto, eu vou exportando, aqui eu vou mandar para fora, sem pagar imposto. Mas aí, alguém do outro Estado me dá o incentivo, para que eu passe para lá, para que ele passe para cá, e ele aqui ganha. Esqueceu do empresário. Ele vai ter que pagar aquele imposto. Se ele tem de graça aqui, ele fica por aqui. É muito interessante colocar o empresário em todos os nossos estudos. E admitir que o nosso empresário é inteligente. É. É competente. Porque, se vier com gracinha, com gracejo, com sobra mirabolante, com essas coisas que o pessoal da Secretaria da Fazenda tem sempre na cabeça para propor, eles fingem que aceitam, e vão embora. Não é? E, um detalhe importante é a segurança. Às vezes, 5% a menos, 10% a menos, trocados por segurança, é o que o empresário quer. O empresário, ele troca um pouco de benefício por segurança. E um outro detalhe importante é que é errado pensar que você precisa de 10 para atrair uma empresa, e que a segunda empresa, você vai precisar de mais 10, de benefício. A primeira empresa, como o senhor mesmo disse, quando é lugar mais pobre, mais incentivo, menos empresas. Não é? É o princípio, é o início. Lugar mais pobre, bastante incentivo, levou o fabricante o copo d'água. Tivemos que montar a estrutura do fabricante do copo d'água. O segundo, é menos incentivo. Ele já não é tão pobre; já ficou um pouquinho mais rico, então é menos incentivo, e mais indústria. O terceiro de copo d'água já vai, porque já é um ambiente de copo d'água.

Então, a tendência não é virar uma guerra monstruosa, onde todas as pessoas se matarão no final. Isso não é real.

As primeiras empresas que nós levamos para Goiás, nós oferecemos muito mais do que as que estamos levando hoje. Então, a primeira, de algodão, foi uma guerra. A segunda, de algodão, está indo porque já tem algodão. A terceira, porque já tem o polo de algodão. E assim por diante. Então, é necessário esse estágio de luta, e de atração de empresas.

Bom, é só o que eu tenho que comentar, e desculpe eu ter passado, mas essa convivência minha diária, e sabendo o que acontece em cada Estado, não é? Porque eu também sou vice-presidente do Ivan, e às vezes, eu vejo: “Ah, eu não sou contra. Sou a favor disso.” E, na vida real, as coisas acontecem diferente. E uma surpresa para vocês: os Estados não brigam entre si. Não brigam. Exceto alguns, que querem, de uma forma bem colonial, nos tratar... “Não, você continua produzindo matéria-prima, que eu quero industrializar.” Nós, por exemplo, com Pernambuco, trabalhamos em parceria, de eu pegar empresário de Goiás, ir lá em Pernambuco, levar para o Secretário, e dizer: “Olha, esse aqui é um empresário nosso, que quer investir aqui.” Porque essa consciência existe. Você já imaginou, se a IBM fosse em São Paulo? Ela teria 479 filiais dentro de São Paulo, porque não pode fazer investimento fora. Ela não seria uma multinacional. Então, se nós queremos que as nossas empresas cresçam, nós temos que incentivar. Eu tenho que levar a minha empresa para ir fazer investimento em Pernambuco, para que ela fique forte também em Goiás. E isso existe, dentro do Fórum dos Secretários, não é, Ivan? Esse dado, esse amadurecimento que está existindo, tem que passar pelos Estados também do Centro-Sul.

Muito obrigado.

Conforme os senhores puderam presenciar, eu tenho a sorte de ter um vice-presidente que fala. E que trabalha.

Agradeço a palavra do Dr. Erivan Bueno, e fica franqueada a palavra para questões.

Inicialmente, a resposta dos que foram questionados pelos comentaristas. Posteriormente, franqueada a palavra para perguntas dos participantes.

Por falha minha, de exposição, que não houve tempo de falar sobre o que está escrito aí, inclusive sobre o que é que acontece com as outras empresas. O que acontece? Quer dizer, alguém ganha um incentivo fiscal. Esse alguém, inclusive eu falo num caso extremo, por exemplo, de uma empresa que pode escolher entre A e B, dois Estados. Os Estados tendo iguais condições de produção, e o mercado dela estando todo em B, e com a sistemática atual, de tributação do comércio inter-estadual do ICM, é perfeitamente possível através, através de incentivo, que essa empresa se localize em A, para produzir, para entregar todo o produto dela em B. Evidentemente, com iguais condições de produção, está-se criando aí, fica muito claro, essa coisa que é meio etérea, aquela eficiência econômica. Está-se criando um custo de transporte que não existia antes, e isso é uma ineficiência. E, no entanto, ela vai para lá, e com razão vai para lá, porque ela tem, do ponto de vista privado, um ganho.

Evidentemente, todas as outras empresas, que estavam ali em A também, competindo naquele mercado com elas, vão perder. Não é todo o mundo que ganha. Das empresas, só as que recebem incentivo ganham; as outras, vão perder. E essas empresas de B também vão perder. Moral da

história: elas vão começar a pressionar, para ter iguais incentivos também. E, com essa pressão - que é justa, até: uma reivindicação justa - os Estados acabam tendo sangrias ainda maiores, nas suas receitas, e a guerra fiscal vai-se aprofundando.

Mas então, na verdade, existem empresas que perdem, com o incentivo fiscal. Isso está aí também no trabalho.

A outra questão que o Renato levantou é a questão de - Bom, esse governo ganha, mas e os outros futuros? Não, não é bem isso que eu estava falando. O que eu estava dizendo é que esse governo, não é o governo, esse, que ganha. Quer dizer, é o Estado que ganha, se o governador fizer o incentivo. E ganha mesmo. E só vai deixar de ganhar, a hora em que estiver todo o mundo igual. Quer dizer, a longo prazo, a coisa é perversa. Mas existe um estímulo a curto prazo, para que o governador faça, em prol do seu Estado, o incentivo. Esse é que é o ponto. Quer dizer, existe um conflito entre interesse de curto e longo prazo. Então, se não mudar a sinalização econômica, isso não resolve. Não há lei que resolva.

Bom, eu vou ser muito breve, respondendo, tentando responder as duas perguntas do Renato. Na experiência européia, quais foram os dados mobilizadores? Os seus fatores de mobilização? Eu, em particular, vou deixar inclusive aberto para os nossos amigos, especialistas convidados, aqui os especialistas europeus e latino-americanos, que me ajudem na resposta a isso.

Mas, pelo que eu pude perceber - me corrijam, se eu estiver errado. É muito daquilo que você mesmo mencionou, que é a organização das forças locais. A integração da Universidade, a integração de comunidades locais ao

nível mais micro-econômico possível. Esse pareceu um dado mobilizador da maior importância. Obviamente, todas essas coisas ocorreram, essa mobilização ocorreu em cima de experiências anteriores, que não haviam dado certo. Criou-se uma certa... acúmulo de conhecimento, que possibilita e funciona, também como fator mobilizador. Eu gostaria de ter o apoio dos nossos convidados e amigos, especialistas nessa matéria, os europeus e latino-americanos, para complementar esta resposta. Porque a parte mais difícil de sentar numa mesa como essa e apresentar um trabalho é responder as perguntas, que em geral são difícilíssimas.

Bom, quanto à criação das agências de desenvolvimento regional, como integrar as regiões, eu acho que não existe um modelo muito acabado quanto a isso. A minha impressão é isso passa um pouco pela exposição tanto do Professor Roger, quanto a do amigo Clélio. É que a idéia é a de ter de alguma forma... O Roger, no plano mais conceitual, falou com mais novidade e de forma mais conceitual na idéia das teias, das “webs”, e o Clélio, mais uma vez, mencionou a idéia dos distritos industriais, os “clusters”. A idéia das cadeias produtivas. Perdão. “Cadeia”. A palavra que faltou foi “cadeia”. Eu acho que é um pouco por aí. Quer dizer, a integração regional se processa através das unidades produtivas em si. Ou seja, redes, teias, ou das cadeias. É as dicas que eu imagino que têm cabimento, nesse caso.

Passaria aos participantes, para fazerem as suas perguntas, e solicitando que se identifiquem na hora de formularem, porque aqui precisa ser gravado, para posterior transcrição.

Tem alguém do apoio, para levar o microfone?

Paulini, do Ministério da Indústria e Comércio.

O Mercosul foi mencionado em um ou dois momentos, durante as exposições agora de manhã, mas eu não percebi assim nenhum aprofundamento assim analítico, o que é que esses mercados regionais representam para a problemática. Quer dizer, grande parte das apresentações agora de manhã se centraram muito no espaço físico nacional do Brasil. O que é que acontece quando nós alargamos a fronteira econômica, e a gente passa a falar de uma entidade tipo Mercosul. Um Mercosul que, evidentemente, está em expansão. Qual é o efeito dessa expansão da comunidade econômica do Mercosul sobre as regiões que existem no Brasil, as regiões que estão estagnadas, ou as regiões de fronteira. Então, quer dizer, não... para mim, não está muito claro... Quer dizer, está claro para mim a situação brasileira, que é decorrente de uma história econômica e de industrialização, de bastante tempo. Agora, como é que o fenômeno Mercosul afeta essa situação brasileira, em particular? Isso aqui é que não ficou muito claro hoje nas exposições, para mim.

Quando o Professor Clélio encerrou o seu pronunciamento, eu fiz a referência ao fato de pertencer a Minas Gerais, e ele corrigiu, corretamente, que tinha a visão do Brasil. Na nossa colocação inicial, nós colocamos que o Mercosul, que, do ponto de vista do Brasil como um todo, nos parece vantajoso, do ponto de vista da região Nordeste, num primeiro momento, ele é desvantajoso. Por quê? Porque, obviamente, enquanto não houver essa integração econômica com os países do Mercosul, nós tínhamos ali uma barreira física aparente, para o intercâmbio comercial. Conseqüentemente, o mercado consumidor ficava mais próximo... o centro de gravidade, digamos

assim, do mercado consumidor ficava mais próximo do Nordeste. Ficava mais fácil nós implantarmos... atrairmos outras empresas para o mercado consumidor do sul do país. Agora, o que aconteceu? Esse mercado consumidor deslocou-se. Saiu do Centro-Sul, do Sudeste, e está mais próximo ao Sul do país. Então, do ponto de vista nosso, regional, um dos danos que o Mercosul proporciona é esse. O deslocamento do centro de gravidade comercial, em função do número de consumidores dos outros países, mais para o Sul do país. Conseqüentemente, criando dificuldade para as nossas regiões. Não sei se mais algum dos...

Foi uma falha minha, que eu inclusive acabei de escrever um trabalho, apresentei na Bahia, sobre o Nordeste e o Mercosul, levantei inclusive a pauta de importação e de exportação, que evoluiu de 90 para cá. Embora as exportações nordestinas para o Mercosul tinham crescido, elas estão fundamentalmente concentradas em alguns nichos da petroquímica baiana, que são complementares à petroquímica argentina, e um pouco de têxteis e confecções, principalmente no Ceará. A verdade é que o grande benefício das exportações brasileiras estão concentrados - para o Mercosul - estão concentrados nos Estados mais industrializados, ou seja, de Minas Gerais para baixo. Minas exporta muito produtos siderúrgicos, etc.; São Paulo tem a maior exportação; Paraná, Rio Grande do Sul, etc. E aí, eu acho que uma questão adicional, que eu acho que é fundamental, é analisar a tendência do investimento cruzado. Embora ainda seja pequeno o investimento dos países do Mercosul no Brasil, e não haja um levantamento sistemático, a Fundação Invertir, da Argentina, tem um levantamento, que indica que os investimentos argentinos que estão vindo para o Brasil estão

fundamentalmente nos Estados do Sul: São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Um pouco em Santa Catarina. E a Gazeta Mercantil tem publicado semanalmente um encarte Mercosul, onde também eles dão estas informações, sobre investimentos que estão sendo feitos. E, do ponto de vista de investimento, principalmente da Argentina no Mercosul, realmente estão nos Estados da região Centro-Sul. Então, dada a proximidade física dos nossos parceiros - Uruguai, Argentina e Paraguai, e com a possibilidade agora de inclusão do Chile, e depois da Bolívia - dada a proximidade física, dado que a nossa pauta de exportação para o Mercosul são mais de produtos industrializados, e menos primários (nós importamos mais primários do Mercosul - trigo, produtos lácteos, frutas, filé de pescado, petróleo). É o que nós estamos importando mais da Argentina. Quer dizer, então a conclusão é que a abertura externa, como eu disse, ela impacta diferentemente as regiões. E, no caso concreto da abertura, somada a Mercosul, você beneficia ainda cada vez mais a região Centro-Sul do Brasil, na minha interpretação.

Ivan... Eu queria só resgatar um pouco aqui... Albérico Rodrigues, eu sou Secretário-Adjunto da Indústria e Comércio e Turismo de Pernambuco. Resgatar um pouco do que Erivan colocou, e dizer o seguinte. Nós temos acompanhado muito os trabalhos do Professor Campolina, sobretudo os trabalhos onde aponta a reconcentração industrial, não mais a possibilidade, mas a firme reconcentração industrial que acontece de Minas para baixo do país. Indo por interior de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. E voltar, um pouco, à questão dos incentivos fiscais.

Eu tenho a impressão, Professor, de que, de sua consciência, todos os governadores, e todos os Secretários de Indústria e Comércio, eles são

frontalmente contra qualquer tipo de incentivo fiscal. Apenas, existem os incentivos fiscais, porque o incentivo fiscal é a conta que equilibra a taxa de retorno dos projetos. Ora, quando alguém decide investir, decide investir por quê? Primeiro, porque determinada região tem infraestrutura, porque determinada região tem mercado, porque determinada região tem desenvolvimento tecnológico e científico. Então, se nós não equilibrarmos esta taxa de retorno, com uma política industrial regionalizada, que possibilite dotar as regiões menos desenvolvidas - e isso não é falação de pires na mão: é falação, é política regional, com “p” maiúsculo. Política de “infraestruturização” de áreas industriais no Nordeste, no Centro-Oeste, no Norte do país, que equilibre as possibilidades de investimento. Porque, de outra forma, a inexistência de políticas regionais - isso, estamos discutindo no Fórum dos Secretários de Indústria e Comércio há muito tempo, desde o início de janeiro de 95, inclusive com a colaboração nossa, do Nordeste, com subsídios à política industrial. Integramos pessoalmente a Ministra Dorothea Werneck. Não existe hoje, nem condições financeiras do Estado - aí, o Estado Nacional, o Brasil - de investir em infraestrutura, nem existe sequer a montagem de uma política regionalizada para desenvolvimento dessas regiões. Então, apenas existem. A motivação da existência dos benefícios fiscais para equilibrar a taxa de retorno dos projetos. E aí, eu falo isso com muita tranquilidade, porque dentro do Nordeste, Pernambuco ocupava uma posição relativamente de destaque. E aí, a gente vê: em alguns Estados menores, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, podendo puxar empresas relativamente, que elas não teriam condições, se eles não dessem incentivos fiscais muito mais do que Pernambuco está disposto a dar. Essa relação, então, de Pernambuco com os Estados menores do

Nordeste, equivale à relação de São Paulo, Rio Grande do Sul, ou o próprio Minas Gerais, com os demais Estados do Brasil. Essa relação é uma relação muito própria. Porque onde já existe uma série de infraestrutura industrial, o Governo está menos disposto a ceder, ou dar incentivos fiscais. Onde não existe nada, é o caso, por exemplo do Piauí - o nada é entre aspas: na verdade, o Piauí tem uma potencialidade muito grande, mas um baixo índice de industrialização. O Governo do Piauí está disposto a conceder incentivos, não de dez anos, mas de vinte, Professor. De trinta anos, para que as indústrias se instalem lá. É só isso. Muito obrigado.

Só para comparar dois Estados parecidos. Mato Grosso e Goiás. Nós temos aqui 149 projetos aprovados, com 54 indústrias instalando, com em torno de 2 bilhões e 600 de investimento. E estamos lutando para fazer com que o nosso polo turístico cresça. Em compensação, no Mato Grosso, o Pantanal vai bem. Tem muita gente fazendo investimento. Eu faço muito mais para o turismo em Goiás, e o Mato Grosso faz muito mais para a indústria. E a gente está convivendo bem nisso. Avalizo o que ele está dizendo: você diminui à medida que a estrutura cresce, e que o Estado está mais preparado.

Deixa eu só... Retornando à questão do Mercosul... Pelo que eu entendi da argumentação do Clélio... Não vou, de forma alguma, tentar contradizê-lo. Mas a idéia é que a proximidade do Centro-Sul, mais especificamente Minas - Rio, para baixo, em relação aos outros mercados, tem feito com que não só o nível de atividade tenha aumentado mais nessa região do que nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, bem como o

investimento cruzado seja maior nos Estados do Sul, eu aceito. Eu acho que eu acredito. Quer dizer, infelizmente não conheço os seus trabalhos sobre isso, mas eu acredito que seja verdade. Agora, dizer que o restante, quer dizer, de Minas e Rio de Janeiro para cima, perdeu com o Mercosul. Aí, já é um pouco... Aí, eu já gostaria de ter uma evidência um pouco mais forte. Perdeu relativamente, talvez. Agora, a abertura de mercado, abertura comercial... Eu estou falando da abertura comercial em relação ao restante do mundo. Mas, em relação à formação do Mercosul, acho que dificilmente pode ter prejudicado, em termos absolutos, mais Estados a não ser aqueles vinculados geograficamente, próximos ao Mercosul. Qualquer um, qualquer um de nós, que tenha tido a oportunidade de trabalhar com matrizes de relações intersetoriais, sabe que dificilmente essas matrizes são fechadas regionalmente. Os laços se espalham pelo resto do país, e, de uma forma ou de outra, beneficiam certamente mais as localidades mais próximas. É difícil acreditar que, em termos absolutos, tenha havido perda. Obviamente, eu acredito, embora não conheça o trabalho do Clélio, que tenha havido um ganho maior, pela proximidade geográfica, dos Estados do Sul. Mas perda absoluta, eu gostaria - não vou negar -, mas eu gostaria de ver.

Eu gostaria apenas de clarificar: não houve ganho. O Nordeste também ganhou, só que ganhou menos. Inclusive, ganhou muito na exportação da petroquímica, aumentou muito a exportação da petroquímica baiana para a Argentina, cresceu muito a exportação de têxteis e confecções, de vários Estados. Da Paraíba, do Ceará, cresceu mais, o próprio Pernambuco cresceu. Há alguns outros produtos mais diversificados. Então, houve crescimento absoluto, e muito significativo. A participação do

Mercosul, eu não estou com a cifra na cabeça exata aqui, a participação do Mercosul nas exportações nordestinas, parece que eram 4%, passou para 9. Ou seja, houve um ganho absoluto. Agora, essa questão de distribuição geográfica, como o país está crescendo, e eu até disse nós tivemos um fenômeno de desindustrialização, que foi característico do Nordeste dos Estados Unidos, e do Noroeste inglês, o que está acontecendo é arranjo relativo. Então, uns crescem mais do que os outros. Agora, perda absoluta, não está havendo em ninguém. Nem no Rio de Janeiro, que é um Estado que tem a maior perda relativa no Brasil, nem ele teve perda absoluta. Se nós pegarmos dados de crescimento industrial, houve um crescimento positivo. Quer dizer, o problema é relativo. Apenas para qualificar.

Dentro da colocação do Mercosul, o percentual de exportações do Nordeste cresceu expressivamente. Mas a participação relativa, no âmbito Brasil, decresceu, demonstrando que a região Centro-Sul cresceu bem mais. Então, aumentou a concentração, dentro da mesma linha que o Professor Campolina defendeu. E também, recentemente, uma reunião do Mercosul na SUDENE, esses dados foram apresentados.

Sou Eron Marchiori, do Paraná, Foz do Iguaçu. Eu fiquei bastante atento ao primeiro bloco, onde nós tivemos uma pincelada da visão federal. Depois, o segundo bloco, mais prático, mais pé no chão, com a visão estadual. E foi pinçada também a questão da educação, e eu gostei muito das colocações do Professor Roger. É fundamental. Percorrendo o país, trabalhando com municípios, e essa visão ainda a gente não enfocou muito aqui. E a gente percebe que, mesmo em Estados fortes, como São Paulo, de

que acabou de fazer comentário, nós vemos muitos municípios em que o prefeito é que recebe essas solicitações. Muitas vezes, prefeitos totalmente despreparados nessa área. Outros alegam que o seu município é tão pequeno, que não cabe nem uma assessoria para a indústria e comércio. Então, a gente percebe que a questão para transformar essa grande rede não é de cima baixo: pelo contrário, é de baixo para cima. Nós temos é que pensar em auxiliar os municípios a ser re-estruturados. E isso é um trabalho educacional, voltado para as lideranças desses municípios. Eu gostaria de parabenizar, principalmente o enfoque do Secretário de Goiás, aonde ele faz o “link” da educação, mas do profissionalismo do empresário, junto com a determinação de políticas nesse sentido. Em desenvolvimento, eu não enfoco mais para o industrial; o desenvolvimento tem que ser um todo, não é? Comércio, Indústria, Serviços, Turismo, enfim, todos eles. Então, eu queria registrar esse ponto, e ver em outros Fóruns também, até por estarem agora empossando novos prefeitos, eu já de antemão até penso que um novo Fórum desse seja marcado, para março, abril, tão logo os governos municipais estejam assentados, em que muitos Secretários Municipais de Indústria e Comércio sejam convidados, para também discutirem temas tão importantes como esses.

Só para dar seqüência à inscrição, temos ali...

My name is Ash Amin, from the University of Durham. I am sorry I have to break the language. I wanted to make a comment on financial incentives.

There is a debate also in Europe, on the degree to which financial incentives should be offered to large firms in regional development. And I just want to share some thoughts on some work that I did for the European Commission two years ago. I was asked to... invited by the regional director to the European Commission to comment on whether financial incentives should remain in Europe, or should be removed. We did some work, and we came to following conclusions. The debate isn't really whether we should have financial incentives or not. But what kind of financial incentives, what form. Also, how much, and whether financial incentives are the only part of the region's development strategy.

What we proposed at the end, and I think the Commission is beginning to accept this now, is that the level of automatic incentives, which are given before an investment comes, should be dropped completely, right down. The level of discretionary incentives, the incentives which you offer at your own discretion, should be increased enormously. But it should be tied very closely to the qualitative indicators of the performance of large firms within regions. Training-related, the degree to which the firms are buying from within the locality, local contract agreements, etc. But we also proposed that incentives should be offered after an investment has been made. What we call the provision of after care services. When a company wants to upgrade, because in the beginning, when an international company comes to a less favored region, it usually is looking only for cheap labor, it's looking for a reduction of overall wage costs. But once the investment is successful, it may wish to upgrade, and that is the time when the provision of financial and tax incentives can be absolutely critical, to help the process

of upgrading. And, through that route, of course, a return of value added back into the region.

Finally, we proposed that what is... Sorry, two more points. What is absolutely critical is also the institutional structure of the region. In Europe, we have some extremely intelligent development agencies, and some very stupid development agencies. So, it is not a question if whether a region has a development agency or not, but whether that development agency is able to formulate a strategic regional development plan, within which the big firm, or the two big firms, fit in. Rather than being outside of the integrated regional development plan. OK. Thank you.

Agradeço essas colocações. Faria um comentário dentro disso, que sob o aspecto do incentivo ser posterior ao investimento, eu concordo como regra, mas antes teríamos que examinar a necessidade de, para principalmente as pequenas e médias empresas, haver um incentivo anterior, porque nós temos, por exemplo, muitos professores universitários, muitos técnicos que gostariam de montar o seu pequeno negócio, e não têm um volume de recursos para fazê-lo. Mas têm a tecnologia, têm a capacidade administrativa, e talvez isso seja também um nicho que não deva ser desprezado.

Nós fizemos uma pesquisa em Goiás, e 58% das empresas... das pequenas empresas quebravam no primeiro ano. E era um prejuízo muito grande para a gente, em média 1.400 empresas que estavam lá, por mês. Esse capital era todo jogado fora. E nós descobrimos que o motivo por que essas empresas não prosperavam era... não era só a falta de capital. Era,

principalmente a falta do conhecimento, como disse você. E nós buscamos na *Cité Scientifique*, de Paris, uma forma de criar um condomínio, que funcionasse para atender essas empresas, com o apoio das Universidades, e do SEBRAE, para que, com a ajuda também de capital, mas principalmente da... o que é o negócio de ser empresário, para que essas empresas pudessem crescer. Isso funcionou muito bem, vem funcionando, dando resultado, porque lá na *Cité Scientifique*, em Paris, caiu para 2% a taxa de empresas que não tinham sucesso, por falta de conhecimento. Tinham vontade e tinham dinheiro, mas... e, às vezes, o dinheiro não é suficiente, também.

Outra coisa é sobre... Você disse dos contratos, os contratos que são firmados com empresas que vêm para o seu Estado. Em todos os contratos, nós estamos pondo agora, e funciona muito bem, cláusulas da seguinte forma. Vou contar algumas, que estão num contrato que é aberto, se vocês quiserem ver depois, a parte aberta do contrato da Perdigão. Milho, ela vai comprar no Estado de Goiás, pelo contrato. Ela não pode comprar de outros Estados. Farelo de soja, eu não tenho o suficiente; então, ela compra de quem vender mais barato, mas dá preferência para Goiás. Insumos das fábricas que se instalam, de que ela precisa para a fábrica funcionar, ela tem que dar preferência, em primeiro lugar, para firmas de Goiás. E ela pode fazer isso, porque ela não é uma empresa estadual, ela não precisa fazer concorrência. Pelo contrato, quem está instalado, tem preferência.

E, um outro ponto, é que vem reafirmar a idéia do incentivo fiscal, que é dado a nível financeiro. O valor do investimento é separado, faz-se um crédito num banco, é o orçamento... do orçamento de uma Secretaria, que usaria aquilo para fazer ponte ou outras coisas, mas ela preferiu emprestar

aquilo, aquele dinheiro, e só é emprestado se tiver sucesso. Nós não damos dinheiro para a pessoa montar a empresa, mas à medida que ela está funcionando, e começou a faturar, aí nós damos o dinheiro, e faz o capital de giro dela, não é? Então, esses diferenciais, eu acho que são modernos, e ele está falando que está funcionando fora, e a gente tem que ver isso, a nível de Brasil também, quando for refletir se a gente é contra ou a favor de incentivo fiscal, não é?

Professor Roger.

Can I make three comments, the second two which I think are more interesting.

But, firstly, I am not sure I quite understood the discussion earlier on, but there seems to be an indication, to begin with, that there is a particular problem to solve. My problems, within a State, and rather to look at issues more generally, and so on. But I think the way the discussion then went was one in terms of recognizing that the crucial issue is that to solve my problems might well involve my working with other States, so that we both solve our problems together. And that is a very, very important step to take, which I think is the step that has been taking an important part of the discussion there. And, in that spirit, what I would say is what do you think the large firms do. Do you think the large firms, who have successfully dominated global economies, in many respects, do you think they don't solve their problems together? They clearly do. They don't act in isolation; they work together, to solve their common problems. Which doesn't mean to

say they don't pursue their own interests as well. And I think we need to take that on board.

My second two comments is that I think that there is a degree in agreement emerging, despite... It's quite interesting, as an outsider, obviously to hear a lot of the interaction, about what has been happening in Brazil, and so on, but I think there is a significant degree of convergence, consensus, emerging on two points. And maybe I can express that around my response to two earlier comments, in the actual discussion from the panel.

One issue that was raised earlier on, was how do we actually go about evolving society and so on, in development plans. A similar question was raised on development agencies, which I am afraid I didn't understand, because the translation was in terms of involving "Secretaries", bringing "Secretaries" together. I don't know what that meant, in terms of translation, but the important point was how do you involve people in development plans or agencies, and so on. The crucial issue, as has been picked up on various occasions. Is this participation issue a participation of the actual actors? You actually have to go to the people who are, who may be doing the production. Now, and in the future. And involve them. That's what takes you into the education process. So, education, involving existing business people, potential business people, and so on. That, clearly, is crucial. And I think it is beginning to emerge in a lot of the comments that are being made this morning.

Secondly, there was a comment which referred to... I think some of your experience, again, in terms of grouping smaller firms around a larger investor from outside. I think that one of the things we have to bear in mind

here is that, for example, to attempt to create such a thing as what I call a web, if we wish to do so, would be very different from having a situation in which we have a successful group of small firms around a large - probably foreign - producer. That is not a web. It is important to appreciate, I think, that if we want to create webs, an important stepping stone, an important step in that process, might well be to use a large foreign producer, as a way of obtaining some indigenous development, through these smaller firms. But, then, these smaller firms have to break away from the large foreign producer. Otherwise you will be forever dominated, in some sense, by that foreign producer. Now, that, in its turn, raises the issue of when do we provide incentives, and what form of incentives, and to whom. Because it raises the issue of incentives not simply being about the initial investor. But, if we were to provide an incentive to a large firm, which enabled it to come to a region, around that large firm we can create successful groupings of smaller firms. What we might want is not simply incentives to the large firm again, although we might also want that, if it wanted to become more involved in ways that serve the indigenous development, but we might also want to offer incentives to the smaller firms, that will be working initially around that large firm, but then break away from it. We need a much more imaginative approach to incentives, and the way in which we use incentives, with an eye on where we want to be, and using our existing circumstances to get there. So, using the foreign investor in a particular way, but not being content to sit behind a foreign investor, around which there are small firms. We must move on from that sort of situation.

Now, again, I think there is a degree of consensus or agreement emerging from a number of the comments that have been made, that point us

towards that genuine evolution of an economic development power, which maybe is a quite interesting avenue, we should be looking to pursue over the next day or so. Thanks.

Corona, o seu comentário.

No que pesa a excelente qualidade das colocações, das perguntas, nós temos uma limitação de tempo. Então, solicito que as próximas sejam sucintas, para que várias pessoas tenham a oportunidade. Dentro de quinze minutos, estaremos encerrando.

Bom, só antes de entrar na questão da agência, eu queria levantar... O Eron tinha levantado aqui a questão da educação, e o Erivan, dos professores, e enfim, pelo que ele me citou, parece ser um conceito muito próximo ao de incubadoras. Eu acho que é importante a gente colocar, inclusive para o debate, que a própria formação - e aí vai a questão da educação - a nossa formação educacional, e a gente fala isso porque tem em São Paulo, as escolas técnicas são vinculadas à nossa Secretaria, são 98 escolas técnicas. É uma formação que, na verdade, está formando é o funcionário, o empregado, etc., sem dar a ele o caráter de empreendedor. Então, a gente está, em São Paulo, iniciando dentro desse projeto macro, que eu falei para vocês, fazendo um convênio com o SEBRAE, para incluir uma disciplina de formação de empreendedores, e ter, nas escolas técnicas, incubadoras. Simplificadas, sim, mas incubadoras operando com as empresas "baby", que não são "júnior", não é? Para justamente dar esse conceito de... o sujeito sair já mesmo já no Segundo Grau, com espírito de

ser empreendedor. E tendo todo o apoio institucional, em termos de financiamento, etc., nessa direção.

Quanto à questão das agências, é o seguinte. Na verdade, essas agências ao serem criadas, como eu disse elas são locais, portanto na base da pirâmide nós temos o município. O município representado pelo seu Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, enfim temos a representação da iniciativa privada local e o conhecimento, o SEBRAE, as universidades etc. Quando eu falo a questão da integração, é que nós acreditamos que precisaria ser criado. Para você ter uma integração em rede, para você ter uma integração entre as diversas regiões, entre as diversas agências de desenvolvimento local, que vão estar definindo seus planos de desenvolvimento, que vão encontrar alguns obstáculos do ponto de vista institucional, ou de infra-estrutura, é preciso que se tenha um fórum, que essas pessoas se reúnam, e os representantes das regiões se reúnam, e coletivamente discutam quais são os problemas, quais são as demandas e em que esfera, que agente que é o responsável pela resolução dos problemas identificados pelas agências. Quer dizer, então na verdade o fórum é um instrumento institucional de discussão e encaminhamento das demandas, resolução das demandas.

Meu nome é Luís Carlos Botelho, sou diretor da Federação das Indústrias do Distrito Federal, e a pergunta diretamente é a seguinte. O que ouvimos aqui é um relato bastante vivo de elementos, de detalhes de elementos espertos de negociação, como colocado pelo Secretário do Estado de Goiás, e também ouvimos uma condição estruturante fundamental em termos gerais, para um processo de desenvolvimento, seja industrial, seja...

A colocação que coloco é a seguinte. Por que, diante dessas condições todas têm conhecimento de que são sabiamente maduras, nós estamos permitindo no Brasil um elemento predado e predando fortemente as condições do desenvolvimento diferenciado regional, que é a condição das vantagens comparativas? A abertura ou as aberturas internacionais e a nova abertura regional, em termos de Centro-Sul, que foi muito bem colocada, preda violentamente as vantagens comparativas. E por que cada região, cada local permite essa predação sem resistência, sem utilização dos seus próprios meios, que, é do conhecimento de cada um, que quem mais pode ajudar a si, é o próprio. A própria região é que pode desenvolver o seu núcleo capaz de ir à frente. Haja visto o seguinte: o Distrito Federal é, em todo o Brasil é a melhor e mais potente região de mercado existente, além de ser a região que mais concentra educação, meios educacionais. A educação do Distrito Federal e a concentração até de PhD's é muito alta. Talvez seja a maior concentração de PhD's do país. E, no entanto, o Distrito Federal, por preda as suas vantagens comparativas, a começar pelo mercado, não consegue fazer nenhuma produção mais forte. E o núcleo do atual programa de desenvolvimento do Distrito Federal visa combater isso. Como? Eliminando os impedimentos existentes. Então, nós temos um Distrito Federal cercado por um Goiás, que está agressivamente evoluindo. Mas, ao preda o próprio mercado do Distrito Federal, o desenvolvimento do Estado de Goiás estará comprometido, em termos de vantagem comparativa. Só para situar mais ainda a pergunta, nós ouvimos o Estado de São Paulo, através da Secretaria, colocar agências de desenvolvimento integradas em eixos. O melhor desenvolvimento capaz de nuclearizar o desenvolvimento no Centro-Oeste passa pelo Distrito Federal, e geminado com Goiás. E passa por um eixo

Brasília - Anápolis - Goiânia, em elipse. Foco de elipse, com Uberaba e Uberlândia, Minas Gerais. Então a pergunta é por que nós estamos aqui com IPEA presente, estamos com todos presentes; por que estamos predando as vantagens comparativas todas? Por quê?

Nós estamos muito novo nisso também, não é? Desenvolvimento é... Nós estamos fazendo as coisas muito rapidamente, e eu tenho certeza absoluta que eu não vou resolver o problema do Entorno, se não resolver o problema do Entorno junto com Brasília. E eu não vou conseguir ter um bom turismo, se eu não usar o aeroporto de Brasília, e assim por diante. Nós sabemos que nós vivemos um para o outro, não há como separar Brasília. Não adianta ter fábrica - a matéria prima está em Goiás. Então, Brasília também não pode proibir a entrada dos produtos acabados dentro de Brasília, porque quando ela proíbe a entrada de produtos acabados, está proibindo também a entrada de matéria-prima, e o empresário que tá ... fala - olha, tem um conflito, e onde tem conflito, eu não vou. Então, eu acho que precisa de mais cadeiras, sentar mais vezes, e discutirmos nossos assuntos, assim como nós estamos discutindo, dentro do próprio Fórum dos Secretários. A presença do Secretário da Indústria e Comércio dentro do Fórum dos Secretários, em todas as reuniões, pode não parecer importante - algum secretário manda um assessor, um assessor do assessor, e chega lá e não consegue participar, e o outro Estado, que está participando de uma forma mais agressiva, vai embora. Agora, essa falta de conhecimento também é um ponto muito importante. Enquanto nós falamos em conhecimento, como disse o Regis, nós nos conhecemos muito pouco, e talvez ele não tenha entendido bem, quando eu falei de nos conhecermos,

porque a gente começa a falar da vida dos outros, mas sem saber o que está acontecendo dentro da nossa casa, e de repente a gente é “expert” em São Paulo, e não conhece nada de Goiás, e não dá certo. Não vamos promover o desenvolvimento com a potencialidade dos outros. Para você ter uma idéia, eu visitei Bristol, e cheguei no porto de Bristol, o vice-presidente do porto de Bristol chegou falando: “Como vai você?”, em português. Eu falei, “Olha que bom, você falando português.” “Você é o quarto maior fornecedor de grãos do meu porto, então você é meu melhor cliente, e eu quero te tratar muito bem”. Eu não tinha nem idéia disso. Eu estava preocupado com meus portos aqui. E eu falei “Olha gente, se eu não consigo resolver o problema de Santos, vou fazer um porto seco lá em Goiás, e vou me relacionar melhor com Bristol, vamos ver como é que eu faço isso.” Então, a gente tem que viver um pouco mais nossos problemas. E eu tenho certeza que como os nosso governadores convivem tão bem, os nossos propósitos são os mesmos, e essa região super populosa do Entorno depende principalmente do nosso relacionamento, que nós estamos trabalhando de forma separada. E se essa reunião aqui, de alguma forma, com as sua palavras, e o propósito do Estado de Goiás, se nós conseguirmos juntos desenvolver um trabalho, a partir dessa idéia sua, de sentarmos regularmente, eu acho que essa reunião valeu muito, porque tudo que o você falou de Brasília tem o aval e o reconhecimento de Goiás.

Essa colocação feita pelo Secretário, da necessidade de uma participação, colocação técnica. Eu sou deputado estadual, mas sou engenheiro, e reitero a grande importância de uma abordagem técnica. E, nesse aspecto, a imprensa e as pessoas da área econômica, da área de

planejamento têm uma função primordial, em exatamente mostrar que até nas vantagens comparativas não devem ser encruadas, não devem ser zeradas, porque não deve ser cobrado do Secretário do Estado “A” ou Estado “B”, porque não trouxe essa indústria, deixou ela ir para o outro Estado, quando na realidade se tem por exemplo, aquela indústria, que o outro Estado é que tinha. Então, não adiantava se dar o diferencial. Nós temos no Nordeste, agora a refinaria de petróleo, que está sendo pleiteada por quatro Estados, os quatro deram isenção integral, ofereceram e isenção integral de ICMS. Então, deixou realmente de ser fator decisório ter ou não ter a isenção de ICMS. Então volta ao ponto inicial, da vantagem comparativa locacional, por outros parâmetros objetivos, e não necessariamente do imposto.

Só para reafirmar a postura, a postura que exemplifiquei com Distrito Federal e Goiás, mas ela também foi situada de uma outra forma pelos membros da mesa. As vantagens comparativas ateiam o consórcio, o condomínio, o associativismo no processo produtivo, fundamental na modernidade em cima do fator conhecimento. Pequenas empresas podem estar poderosamente alavancando a derrubada de pequenas empresas. Nós estamos assistindo isso aí internacionalmente, nacionalmente e regionalmente. O que acontece é de fato o seguinte: você não consegue convergir, se você não vai às vantagens comparativas. A convergência advém da situação integracionada das vantagens comparativas. Isso está acontecendo de região por região, e o primeiro fator a corrigir-se é realmente o educacional. E nesse país, nós não temos escolas de empresários, nós não temos escolas de negócios, nem a nível primário, nem

a secundário, nem graduação, nem pós-graduação, nem nada. Essa que é a grande realidade. Eu, quando garoto, entendia o seguinte: o que sai de São Paulo, sai por roda. O que sai do Nordeste, ou de outra região, sai por TELEX - hoje, sai diretamente “on-line”, ou seja, a riqueza flui lá, e esse é o fator principal da concentração, da nova concentração - a vitalidade, o incremento, a aceleração no Centro-Sul vai agigantar-se, e nós vamos ter outras dificuldades regionais. Mas é preciso gerar efetivamente condições de concentração de poder de fogo, para cima, nas outras regiões E as soluções foram todas colocadas. Eu não assisti e não ouvi nenhuma falha. As colocações são extremamente próprias. Agora as ações têm que caminhar no sentido que nós colocamos aqui, senhor Secretário.

Eu só tenho medo que o Estado. Toda vez que nós juntamos Estados demais na coisa, o empresário paga, todo o mundo paga. Se nós juntarmos para orientar o empresário, e de repente... “Olha, vamos acertar nossas vantagens competitivas, e faz ele pagar imposto.” Aí, de repente, vai vender o produto dele, e não tem mercado, porque tem que competir com São Paulo. Então, isso a gente tem que observar. O melhor segredo no nosso relacionamento, em relação às empresas, é como nós vamos nos afastar dele, deixando que eles possam, dentro das capacidades deles, resolver melhor os problemas, não é?

Uma pergunta para o doutor Ricardo Varsano. No seu trabalho, o senhor fala da perspectiva de uma fusão do ICMS mais o IPI, e que haveria um rateio entre o Estado e a União, da apropriação desses recursos recebidos atrás desse imposto. Eu acho que nessa fusão, poderia por

exemplo, ser estabelecido que a parte estadual, o Estado ficaria vedado de abrir mão, e na parte federal, aí sim, a União deveria abrir mão de percentuais diferenciados, como incentivo a determinadas regiões, como incentivos a determinados produtos. Eu gostaria que o senhor comentasse alguma coisa sobre essa idéia.

A proposta que está lá no Congresso é de substituir o IPI e o ICMS por um único imposto, que seria partilhado por União e Estados. É como se tivesse um imposto com duas alíquotas, uma da União, outra dos Estados. Quanto à questão da União poder abrir mão de receita dela, OK. Isso não é complicado, exceto que existe uma norma constitucional, que impede tratamento diferenciado entre regiões, exceto por questões de incentivo fiscal, mas pode haver. Agora, quanto a proibir os Estados de abrir mão, eu acho que não adianta; quer dizer, eu acho que é o que está hoje. Hoje é proibido, mas, no entanto, os Estados abrem mão. Eu acho que a coisa tem que mudar, em termos de estímulos. A forma de mudar é a adoção do princípio de destino no comércio interestadual. O que está lá no projeto não é exatamente isso. Lá, ele cria um mecanismo, que é interessante, mas de forma que o Senado possa vir a adotar o princípio de destino no comércio interestadual, mas eles não adotem. Eu acho que até seria o caso de no próprio Congresso, mudarem a TEC formada pelo próprio Executivo, a proposta de emenda constitucional mandada pelo Executivo, de forma a adotar imediatamente princípios de destino, com algum problema de traduções que existem. Então teria que ser alguma coisa gradual, mas caminhar nesse sentido. Aí sim, a guerra fiscal passa a ficar evitada. Evitada por estímulos econômicos. Não vai mais haver o estímulo, ou por outra, os

estímulos vão ficar muito reduzidos, e vão estar de acordo com o que a eficiência econômica manda.

Por que que uma fábrica se instalaria em Goiás?

Só um ponto importante. Quer dizer, eu não sou contra incentivos fiscais. Eu acho que ninguém pode ser, a priori, contra. O único problema, e aí, também, serve como um sumário do que foi dito aqui, é que nós vimos aqui pelo menos quinze diferentes tipos de políticas industriais, que podem ser feitas para o desenvolvimento. O Secretário de Goiás mesmo citou várias. E incentivos fiscais é uma delas, e é importante. Agora, com um problema: se escolher fazer incentivo fiscal, provavelmente não vai ter recurso para outras, porque existe uma coisa chata, chamada restrição orçamentária. Ou não vai ter recursos para as outras, ou então vai estourar o orçamento, e vai acontecer o que está acontecendo agora, que é uma crise fiscal generalizada. Esse é um ponto importante. Segundo ponto importante: nós vimos aqui também que a questão de política de desenvolvimento é necessariamente um jogo cooperativo. Se o Estado tentar fazer sozinho, vai também arrebentar. E, no entanto, guerra fiscal é típica situação de conflito. Então, não vale a pena enveredar por aí. Mas é necessário mudar todos os incentivos econômicos que existem hoje, para os Estados fazerem a guerra fiscal.

Tendo em vista o horário, reiterando o agradecimento aos palestrantes, Professor Ricardo Varsano, senhor Clélio Campolina Diniz, Professor Regis Bonelli, Professor Roger Sugden, encerramos essa parte da

manhã. Antes porém, tem um aviso a ser dado pelo diretor do IPEA, nosso patrocinador, e como Presidente do FONSIC - Fórum de Secretários de Indústria, Comércio e Turismo, eu estendo aos senhores os nossos agradecimentos em nome do Fórum, e lembrando que os Estados não estão concedendo os incentivos fiscais por prazer, mas por necessidade de gerar empregos e atrair investimentos. Muito obrigado.

Retornaremos às 14:30, para o segundo painel. Eu gostaria também de avisar que os textos das apresentações - nem todas as apresentações estão acompanhadas de textos, algumas estão - podem ser procurados junto às nossas secretárias, a Flávia e a Elisa. Caso não disponhamos de quantidade suficiente agora, nos dispomos a enviar isso posteriormente para os senhores. E gostaria também de lembrar que o Seminário foi organizado de forma tal, que nesse painel nós tivéssemos um panorama desse contexto da política industrial. Pode-se observar aqui que as coisas estão acontecendo, e isso já tenho observado em vários setores com os quais nós temos interagido com os empresários, ou as estâncias representativas, e o Governo Federal está procurando fazer a sua parte. Tem feito isso através de instrumentos de caráter mais geral, como esse do ICMS para exportação, como a simplificação dos impostos para as pequenas empresas, e neste Seminário nós estamos propondo entrar um pouco também num aspecto mais micro, que seria, digamos, uma tentativa de buscar soluções, ou pelo menos algum tipo de solução para as questões aqui levantadas, o que deve ser feito aqui na parte da tarde de hoje e na parte da manhã de amanhã, através da discussão dessas experiências de distritos e “clusters” industriais.

Muito obrigado, e até às 14:30. Muito obrigado à mesa, ao Dr. Ivan em particular, que presidiu.

PAINEL 2 - Natureza e Papel dos Distritos Industriais

Santiago. Eu chamaria, para compor a mesa, Cláudia Galvão, do IPEA - não sei se está por aí. João de Paula Monteiro Ferreira, Beatriz Munizaga, e Ash Amin. Estão todos aqui. Comentaristas, Maurício Pereira Guedes, Presidente da Associação Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos, e Eron Marchiori, Empresas de Participação Comunitária.

Boa tarde. Vamos começar a sessão da tarde, sobre Natureza e Papel dos Distritos Industriais. Vamos ter quatro apresentações e dois comentaristas. A primeira apresentação está a cargo da senhora Cláudia Andeoli Galvão, da Diretoria de Planejamento e Políticas Públicas do IPEA.

Boa tarde. Eu vou analisar um pouco a questão dos distritos industriais localizados. Vou fazer uma breve alusão à questão teórica, às características gerais dos distritos industriais, as questões históricas, de como a idéia foi gerada, e depois vou discorrer um pouco sobre uma pesquisa efetuada recentemente, sob os auspícios do IPEA, num distrito industrial, chamado Vale do Paranhama, que fica no Rio Grande do Sul, contíguo à região do Vale dos Sinos, que é uma região do polo calçadista, bastante conhecida.

A indústria de pequeno porte é o arcabouço industrial a ser analisado, qualquer distrito industrial. Dentro do histórico da pequena empresa, ela tem uma taxa de sobrevivência muito pequena, e, como os senhores vêm aqui, cerca de 80% das empresas abertas a cada ano no Brasil morrem, antes de completar doze anos de vida... Doze meses, digo. Isso aí, essa situação,

muda bastante quando a empresa está localizada dentro de um distrito industrial. Dentro de distrito industrial, elas atuam de uma forma mais comunitária, elas podem agir de uma forma semelhante às empresas de grande porte. Então, elas vão acumular potencialidades, em áreas como tecnologia, marketing, transporte, exportações e treinamento. Atuando dentro de um distrito industrial, a empresa de pequeno porte não pode mais ser considerada em uma categoria marginalizada. E ela então, passa a ter um comportamento de um novo padrão regional e tecnológico.

No dizer de (Sengelberg e Pyke), eles enfatizam que a pequena empresa... o principal problema da pequena empresa não é o fato de ela ser pequena. É o fato de ela estar isolada. Alfred Marshall foi o precursor da idéia. Ele estudou os distritos industriais ingleses, e mostrou que a concentração de empresas em alguma localidade em particular, essa aglomeração, cria ganhos econômicos para todas as empresas, e esses ganhos, ele deu o nome de economias externas.

O Professor Ash Amin, aqui presente, compara o ciclo industrial a um cérebro coletivo, onde anos de experiência pulsam dentro dos canais do sistema econômico, criando e disseminando o conhecimento, transmitido através de geração e através de um relacionamento diário, a cada dia.

Algumas características básicas do ciclo industrial. Ele se caracteriza pelo modo de produção descentralizado, unidades produtivas, em grande parte de pequeno porte, também podendo ter empresas de grande porte, e um processo de ampla desorganização da produção, e diferenciação de mercado. A forma de inserção da empresa de pequeno porte, ela busca ampliação da... A forma antiga, ela buscava a ampliação da empresa, tendendo, na industrialização convencional, a aumentar o porte das

empresas. Enquanto o pequeno porte, não há necessidade de avançar pequeno porte, porque elas se subdividem, e cada uma faz uma parcela do processo produtivo.

A experiência dos distritos industriais europeus é que têm sido a base de conhecimento teórico e prático, para conhecer como é que funciona, porque de lá, principalmente da Terceira Itália, da região do Vale do Gutemberg, na Alemanha, do Vale do Rio Argue, ou na França, e alguns outros casos, como Estados Unidos, Japão. Eles têm servido como um arcabouço teórico importante, para mostrar como é que a gente pode trabalhar com a questão dos distritos industriais.

Aqui é um Simpósio que foi feito pela GATT, sobre o papel dos distritos industriais na aplicação da difusão de tecnologia. Essas seriam as principais características. Não necessariamente um distrito teria que ter todas essas características, mas pelo menos grande parte delas.

Bom, especialização em determinados ramos da indústria, incluindo todos os setores industriais a jusante e a montante, divisão do trabalho entre as empresas, em todas as fases do processo produtivo, a cooperação entre empresas, um aspecto extremamente importante, a presença da capacidade empresarial, força de trabalho especializado nas atividades da região, dentro de um determinado ramo. Um grau de inserção em atividade econômica no meio social e cultural - territorial; esse é outro aspecto extremamente importante, e que mais tarde, eu vou analisar no Vale do Paranhama. Isso foi presente, bastante presente - tanto a questão de cooperação, divisão de tarefas, quanto a questão de grau de inserção de atividades econômicas no meio social.

Outra questão importante: a densidade institucional. Quanto mais instituições de apoio, de disseminação de informação estejam presentes dentro de um distrito, mais força ele vai ter para desenvolver para o futuro, e para a sobrevivência. Pode ser na forma de sindicatos, patronais ou de trabalhadores, pode ser na forma de associações comerciais e industriais, e também da questão de governos municipais, prefeituras e as Secretarias de município, e também de interesses dos Estados.

Bom, um aspecto bastante interessante do distrito industrial é a forma de difusão da inovação. Vamos dizer assim: o distrito, da forma como ele está criado, as pessoas que trabalham dentro dele, sejam os trabalhadores, sejam os empresários, eles... como eles se conhecem no dia a dia, eles se vêem muito, se visitam mutuamente, eles têm uma capacidade enorme de gerar conhecimento, de transmitir conhecimento, e agregar novos conhecimentos. Então, o distrito é como se fosse uma espécie de um laboratório prático de disseminação da informação. Ocorre esse efeito de demonstração, que é através da cópia e da imitação. Então, eu sou um empresário, eu vou na empresa dele, conheço um método de produção, eu passo a produzir. E, como há uma relação de inserção social muito grande, não há... As questões de competitividade são amenizadas. Então, há essa confiança mútua, e um passa para o outro a informação.

O conhecimento prático passa a ser considerado como um elemento fundamental, dentro do distrito industrial. Ele combina todo tipo de conhecimento teórico, ou prático-técnico, com a capacidade inventiva das pessoas que estão atuando dentro do distrito, e com isso, eles conseguem passar por cima de muitas dificuldades, inclusive sobreviver bem melhor às crises do que normalmente ocorre com uma empresa de pequeno porte, que

está isolada. Ela não consegue tão facilmente, porque ali, como também é um centro de informação, ele está sabendo, está ciente das modificações que o mercado apresenta, então ele tem uma capacidade grande de se adaptar a esse tipo de mudança.

Só para reprisar... Repetindo mais um pouco. Alguns itens que eu quero que vocês tenham em mente, para quando eu for expor a questão do Paranhama, para a gente ter algumas discussões a respeito. Componentes mais comumente citados, dentro da bibliografia sobre distritos industriais. Primeiro, a concentração geográfica das empresas. Dois - concentração das empresas em determinado setor produtivo. Predominância de empresas pequenas e médias em núcleo. Desintegração vertical da produção. Competição cooperativa. Identidade sócio-cultural facilita a existência de confiança mútua. E presença de organizações ativas de auto-ajuda, e efetivo apoio das instituições governamentais locais.

Dentro do Vale do Paranhama... Eu vou começar a expor, mas eu vou adiantar.... Esse aspecto é um aspecto que ainda está bastante fraco. Não observei muito apoio governamental, pelo menos a nível local, nem a nível estadual. O Vale do Paranhama está sobrevivendo, apesar de não ter muito apoio, a nível de governos estaduais e municipais. Eles apóiam, mas é ainda um pouco fraco o apoio.

Esse é o Vale do Paranhama. É uma pena que eu não trouxe o mapa, para localizar. Mas, vamos dizer, se tivesse o Rio Grande do Sul aqui... Vamos supor, isso aqui fosse o Rio Grande do Sul, aqui estaria Porto Alegre, aqui, mais ou menos, estaria o Vale dos Sinos, e aqui estaria o Vale do Paranhama. E ele se originou como... O histórico da formação desse distrito é exatamente a dependência do Vale dos Sinos. Porque o Vale dos

Sinos foi um vale que, até nas palavras do Professor Rubert Nitsze é chamado de “super-cluster”, que é um vale... um distrito que tem todas as características de um distrito industrial total. Ele não tem nenhum elemento que pudesse dizer que está fora. Então, esse “super-cluster”, que é o Vale dos Sinos, ele começou com o tempo... começaram a haver aumento dos salários médios, porque o pessoal que trabalhava lá era mais demandado, abriam mais empresas, em função das exportações, e com isso demandou uma possibilidade de áreas circunvizinhas começarem a crescer, em termos de geração de emprego e renda. Isso eu vou mostrar adiante para vocês que essa região do Vale do Paranhama é uma região de absorção de população. Não só em função da população local, mas população que está vindo de outras regiões circunvizinhas.

Bom, aqui, a questão da geração de emprego. A região do Paranhama, ela realmente se mostra como uma região de alta absorção de emprego. A indústria calçadista gaúcha... Aqui é só para uma referência geral para a gente.... O Brasil aumentou suas exportações mundiais de calçados de 0,5% para 12,3% nesse período, de 70 a 90, tornando-se o maior exportador de calçado do mundo, superado apenas pela Itália e Coréia do Sul. O crescimento anual das exportações de calçados foi de 24,1% nesses vinte anos.

Aqui, o que eu estava dizendo para vocês. O Vale do Paranhama se originou como consequência da expansão e sucesso do Vale dos Sinos. Aliás, não foi só esse vale que se originou em função do Vale dos Sinos: o Alto Taquari, que é uma região um pouquinho mais acima do Rio Grande do Sul, também se desenvolveu em função do sucesso do Vale dos Sinos. O encarecimento relativo da mão-de-obra nesse vale levou muitas empresas a

estabelecerem filiais nas vizinhas cidades de Três Coroas - essas são as cidades que compõem -, Igrejinha, Taquara, (Parober, Rolândia e Riozinho?), no Vale do Paranhama. Então, a principal atividade econômica da região, a indústria calçadista, concentrando 1.070 estabelecimentos de produção de calçados. Fora os estabelecimentos que são a jusante, ou a montante, que não são tantos assim.

A taxa de crescimento do PIB do Vale do Paranhama e Encosta da Serra... Encosta da Serra é uma região circunvizinha, que a Metroplan, do Rio Grande do Sul, um órgão do governo estadual, fez um estudo pegando essas duas regiões. Então, eu tinha como comparar um pouquinho melhor - eu não pude desagregar essa informação, mas ali mostra que o crescimento foi de 7,8% ao ano, no período 80-93. Em igual período, o Rio Grande do Sul apresentou uma taxa de crescimento de 6,34% ao ano. Quer dizer, ele cresceu mais, a região, cresceu mais do que o Rio Grande do Sul.

Até 70, a atividade da região ainda era agro-pecuária. A partir de 70, então, começa a se desenvolver o setor coureiro-calçadista, como decorrência dessa expansão do Vale dos Sinos. (...) Aí, gera um grande número de empresas nessa região. O PIB do Vale do Paranhama tem valores menores do que o Estado em 93, que foi de 4.006, enquanto que o do Estado foi de 4.233. Dado que a indústria de calçados, embora altamente absorvedora de mão-de-obra, se caracteriza por uma agregação de valor um pouco baixa.

Aqui, o número de estabelecimentos empregados na indústria de calçados do Vale do Paranhama. O número de estabelecimentos global - 1.070 - percentual todos... o número de empregados, em relação ao vale.

Principal atividade econômica é calçado, comércio e um pouquinho de agricultura, que ainda restou.

Aqui, a indústria metal-mecânica, que já tem um número de estabelecimentos de 79, e a de papel e papelão. Todas as duas - a metal-mecânica, que são máquinas e equipamentos para o fabrico de calçados, e a de papel e papelão, também de embalagens, caixas e corrugados, que é aquela embalagem maior, em que vão as caixinhas de sapato. Ainda um número bastante pequeno, pelo que eu observei, um dado mais para o final da análise, as empresas pesquisadas, que foram 58 empresas, elas têm uma dependência muito grande, ainda, em relação ao Vale dos Sinos. Essa dependência pode chegar a mais de 70% dos insumos e máquinas compradas. Isso está modificando. Vamos supor, há uns anos atrás, segundo as informações que eu tive, que há uns dez anos atrás não havia uma pesquisa anterior, mas a informação das CIC's, e das Câmaras de Indústria, eles não tinham quase nada. Então, isso está aumentando. Existe um crescimento, uma demanda por empresas a jusante e a montante da indústria de calçados, na região do Paranhama.

Couros e peles, bastante pequeno o número. São apenas 13 estabelecimentos, o que mostra, comprova aquilo que eu vi no resultado da pesquisa, que a maioria das empresas importa quase 100%... Quer dizer, "importando", eu estou me referindo a importar a região de fora. Importa do Vale dos Sinos a maioria dos couros utilizados para a produção de calçados, chegando a percentuais de 100% do couro que é utilizado nas empresas virem do Vale dos Sinos, de Novo Hamburgo, basicamente.

Aqui, a população. Aqui, mostra o crescimento da população no período. Outro aspecto: além de ser uma região de alta absorção de mão-de-

obra, o Vale do Paranhama, é uma região de indicadores sociais bastante significativos. No Rio Grande do Sul, se pegar o índice de desenvolvimento humano, o Rio Grande do Sul conseguiu o primeiro lugar entre todos os Estados brasileiros. A região do Paranhama - alguns dos municípios, dois deles - eles conseguem estar acima desse índice encontrado para o Rio Grande do Sul. Um pouquinho abaixo. Apenas um município ficou bem abaixo desse índice, que é uma região nova, que foi criada recentemente, nesse agregado recentemente de Taquara, que é Riozinho.

Esses indicadores sociais do Vale do Paranhama - tem por município, e os percentuais do Estado, eu só consegui para comparação a taxa de alfabetização do Estado do Rio Grande do Sul, comparativamente, e esse índice de envolvimento social; embora o índice de envolvimento humano, que são critérios quase semelhantes, mas não exatamente iguais, é um pouquinho maior o do Rio Grande do Sul: é 0,818 - 0,808. Mas, mesmo assim, vocês podem observar que Igrejinha, está 0,805, Paulo Roberto, 0,745, que são dois índices acima do que o encontrado para o Estado do Rio Grande do Sul, que é um Estado em desenvolvimento humano bastante significativo no país. e Riozinho é um ponto à parte. Aí, esse, eu confesso a vocês que ainda merece um estudo à parte. Por que esse município, que talvez pelo fato de ser novo, ainda não se coloca com o mesmo “performance” dos demais, os outros cinco municípios? Também foi muito difícil conseguir informação. Não se tinha nem um cadastro de empresas de Riozinho, não foi possível nem chegar a fazer uma pesquisa direta.

O apoio institucional na região é bastante elevado, mas não a nível da Prefeitura. São apoios criados pelo próprio distrito industrial. A Câmara de

Indústria e Comércio da região, ela é uma associação de produtores, que ela antes ficava só em Taquara. Hoje em dia, ela já agrega a idéia do Vale do Paranhama. Que essa idéia do Vale do Paranhama, ela é um pouco nova. Dentro da pesquisa, perguntava para algumas pessoas se ele tinha conhecimento, ou gostaria de ter uma idéia do Vale do Paranhama integrado, nem todos eles tinham essa idéia. Eles ainda se consideram integrantes do Vale dos Sinos. Então, ainda está um pouquinho... Essa idéia está começando: ela tem uns cinco anos para cá. Talvez tenha sido uma idéia a nível da Prefeitura, e da própria vocação do distrito. Ter sindicato da indústria de Igrejinha também é importante, bastante utilizado. O sindicato da indústria de Três Coroas. Todas essas instituições são bastante utilizadas pelas empresas, eles fazem reuniões, discutem questões. Esse é um trabalho coletivo de reaproveitamento do lixo. Aqui até teve, acho, uma importância relevante da Prefeitura de Três Coroas, que é um pouquinho mais atuante do que as demais Prefeituras.

A sub-contratação nessa região... Agora eu já estou passando... Antes disso, eu vou mostrar para vocês... Vamos ver se dá para a gente ver...

As empresas que foram pesquisadas, foram 58 empresas. 14 em Taquara, 16 em Três Coroas, 15 em Igrejinha, 6 em e 7 em Paraobelo, um total de 58. A maioria sendo de bem pequenas empresas, menos de 50 empregados, e algumas de médio porte. Existem empresas de grande porte lá, mas poucas.

A maioria dessas empresas, elas sub-contratam muitas partes do processo produtivo, mas a parte do processo produtivo que é mais utilizada a forma de sub-contratação é na costura. Porque é um processo que pode separar completamente, fazer numa outra unidade, num outro

estabelecimento, e depois retorna à empresa, para a montagem final, de acabamento. Existem duas formas de subcontratação. Tem a subcontratação que é feita pela empresa de grande porte, que ela sub-contrata empresas como um todo, para produzir um determinado, ou alguns determinados modelos de calçados, e nesse aspecto, ela trabalha de uma forma bastante integrada com as empresas subcontratadas. Ela dá assistência técnica, supervisiona o trabalho, ela providencia transporte, eventualmente pode fazer adiantamento de pagamento, ela também tem uma influência bastante grande na modelagem. A maioria das empresas em que havia essa forma de sub-contratação, elas nem tinham um processo de modelagem interno, elas recebiam o produto já montado pela grande empresa, e ela teria que só produzir aquele produto. Esse é um tipo. Agora, o outro tipo é o que é o geral lá na região. As empresas de pequeno porte, médio porte, e até empresas empresas muito pequenininhas, elas sub-contratam partes. Elas podem sub-contratar modelagem, contratando um modelista, elas podem sub-contratar para escalação, que é o recorte do modelo, podem sub-contratar para o corte do couro, e, principalmente, sub-contrata na parte de costura.

O procedimento das empresas, em relação aos sub-contratados, confirma bastante a questão de uma integração do distrito, em termos da coletividade em si. Se o sub-contratado, ele falha com algumas das coisas que foram estipuladas, não cumpre o prazo, ou não cumpre a qualidade estabelecida, nem por isso ele vai ser eliminado. Ele vai receber uma supervisão, ele vai receber um acompanhamento, e, como multa, vai ser descontado o material. Porque como há um inter-relacionamento muito forte dentro do distrito, as pessoas se conhecem, ou são amigas, ou são parentes, e, com isso, uma sustenta um pouco a outra. Então, o tipo de

comportamento mais perverso, de simplesmente cortar, não interessa mais, quase não se observa nesse tipo de distrito industrial. Aliás, isso é uma idéia de todo distrito industrial: existe uma auto-ajuda, e uma cooperação mútua muito grande, até mesmo na parte de falhas, dentro do processo.

E um aspecto importante, que eu acho que eu não tinha colocado antes, é que aqui, nesse Vale do Paranhama, como aliás em todo o complexo calçadista, ele se caracteriza por um processo que é muito fácil de se adaptar ao uso intensivo de mão-de-obra. Mesmo as máquinas mais sofisticadas que existem, elas não... Comparando, elas não são tão eficientes quanto os métodos manuais. Então, os métodos manuais conseguem aproveitar melhor o couro, utilizar melhor a matéria-prima, de um modo geral, e, com isso, é uma área... Vamos dizer, se investir em polos calçadistas sempre vai ser uma área que pouca penetração vai ter. A menos que haja a estruturação de um sistema mais forte, não vai modificar muito esse processo. E essas empresas vão ser sempre bastante mão-de-obra intensivas. Então, sempre fontes grandes de geração de emprego e renda. Como é costurar couro, cabedal, unir forro, abrir a costura, são tantas pequenas tarefas, que é impossível que uma máquina pudesse... É impossível não, porque máquina pode fazer tudo, mas é muito difícil que uma máquina consiga trabalhar tão eficientemente, em tantos pequenos processos distintos e diferenciados entre si. E isso é o que traz outro aspecto da região, que eu infelizmente não tenho aqui nas transparências, mas eu posso passar para vocês. As empresas acharam muito importante, como uma vantagem grande do distrito, a existência de mão-de-obra especializada. O que que eles entendem por mão-de-obra especializada? Não uma mão-de-obra que foi fazer grandes cursos. Não. É uma mão-de-obra que entende de fazer sapato. Eles sabem como

tratar com o couro, eles sabem aproveitar o couro, eles sabem utilizar a matéria-prima corretamente, eles sabem ter eficiência, apesar de não ter grande processo de instrução, cursos técnicos. Porque essa região, por ser um pouquinho distante do Vale dos Sinos, ela apresenta um pouco de dificuldade na questão de educação, treinamento técnico. Isso é uma coisa que foi considerada muito importante, em termos de uma mudança da política industrial para o distrito, foi modificar a questão do ensino técnico. Por que? Novo Hamburgo dista de cada um desses municípios cerca de 40 a 50 quilômetros, e o sistema de transporte não é tão eficiente que pudesse um empregado ir pela manhã fazer um curso, ou pela noite, e voltar ao distrito em tempo hábil, para trabalhar. E trazer os professores do Vale dos Sinos também é uma questão complicada, porque o pessoal que está no Vale dos Sinos, para vir para cá, também vai levar muito tempo para se deslocar para vir dar aulas. Apesar disto, existe o SENAI, existem várias instituições, o SEBRAE, eventualmente, que patrocinam cursos dentro desse região, do Vale do Paranhama. Muitas vezes, dentro das próprias instituições, sindicatos patronais, esses três que eu mostrei para vocês, que são os mais importantes, que é a CICS (Câmara da Indústria e Comércio do Vale do Paranhama), e o sindicato patronal de Igrejinha e o de Três Coroas. Então, lá eles promovem cursos sobre.... convênios com o SEBRAE, com o SENAI, com o Centro Tecnológico do Couro-Calçado, que fica em Novo Hamburgo. Mas eles deixaram muito... Eles querem mandar um funcionário para aprender determinada tarefa, aí a distância é muito grande. Aí, fica complicado para a pessoa ir e voltar no mesmo dia, e poder ainda trabalhar. Então, eles teriam que abdicar de um dia de trabalho, para a pessoa poder estudar.

Colaboração entre empresas. Como eu tinha dito antes, a maioria dos distritos industriais, a colaboração é um aspecto extremamente importante, é um aspecto que...

Terminando... Não se preocupe. Estou terminando em dois minutos.

A maioria das empresas do Vale do Paranhama, elas têm uma colaboração bastante grande. Isso foi um dado da pesquisa, que existe uma tendência.... Embora não é tão grande quanto se deveria esperar. Vamos dizer: num distrito industrial, como esse, poderia ter mais colaboração do que tem. Por que não tem? Porque eles estão-se especializando... Esse distrito tem mais de 70% da produção das empresas são destinadas ao mercado interno. Então, ele está mudando a vocação, em relação ao Vale dos Sinos. O Vale dos Sinos, a exportação, e o Vale do Paranhama, o mercado interno. Nesse processo agora, de abertura comercial, que eles sofreram bastante com a concorrência com a China, eles tentaram modificar os processos, abrir um pouco mais, em termos de produto, linhas de produção, e dar a volta por cima. E estão dando. Ainda está havendo muita queda de empresa, mas, ao mesmo tempo que quebra uma abrem duas, três. Então, não é verdade... No todo, não está havendo um processo de mão-de-obra sem emprego, como está acontecendo no Vale dos Sinos. Está tendo sobra de mão-de-obra, porque muita empresa fechou, em função de ... pouca concorrência com a China e o mercado americano. E o pessoal dessa região, que se dedica à exportação, está buscando outros mercados. Está buscando o Mercosul, América do Sul, e até mesmo outros países, como um que está exportando para a Austrália. Uma coisa um pouco fora da curva. E já a concentração nos Estados Unidos está modificando bastante. Que era o básico do Vale dos Sinos. Então, ainda assim, há o preço de máquina é

como se fosse uma norma. Eu quebro uma máquina aqui, eu preciso de determinada máquina, eu ligo para o meu amigo, para o meu primo, para o meu conhecido, e, em poucas horas, eu tenho a máquina que eu preciso. Isso é um processo contínuo e permanente.

Já a questão de fornecedores, como eu tinha dito para vocês antes, realmente a dependência do Vale dos Sinos é muito grande.

Só para finalizar, deixa eu voltar para...

Então, dentro do Vale do Paranhama existe a concentração geográfica da empresa, existe a concentração das empresas em determinado setor, que é calçados, existe predominância bastante grande de empresas de pequeno, e até micro porte, os ateliês de costura são muitos, muitos, muitos. Existe uma desintegração vertical da produção, existe, de alguma maneira - não 100% - uma competição cooperativa (aqui tem alguns sinais), existe forte uma identidade sócio-cultural, que inclusive é um dos aspectos que os empresários, a maioria falava... Em relação à mão-de-obra, eles não só falavam da questão de ser especializado em calçado, mas também de ela ser uma mão-de-obra com ética do trabalho: um pessoal que não falta ao emprego, que não chega atrasado, um pessoal que sabe o que quer, e que gosta, e, como eles dizem mesmo - eles vestem a camisa da empresa. Porque ali tem todo um processo de colonização antiga, germânica, alemã, e isso deu uma integração bastante grande, e um controle social é provavelmente bastante grande nessas regiões, não só por causa da ética germânica ou italiana, mas porque as famílias estão perto. E isso é uma outra característica dos distritos industriais. Apresenta organização ativa de auto-ajuda. Esse, eu achei um pouco mais fraco nessa região. Por isso é que eu acho que, dentro de um distrito como esse, uma ação governamental é

essencial. Eles têm quase todos os itens, mas os dois últimos são mais fracos. Esse é o razoável, e esse aqui é o mais fraco de todos. Exatamente por isso, esse distrito é um que poderia ser ótimo para um trabalho de apoio governamental, de atuação da política como uma forma integrada. E cooperativa entre governos estadual, federal, municipal, e todas as entidades de auto-ajuda da região.

Só para finalizar, ... Passei dos dois minutos...

É só uma lista que eu elaborei, de possibilidades de regiões no Brasil que deveriam ser fruto de futuras investigações. São regiões que a gente tem que ir devagar com o conceito de distrito industrial, porque vai ter muitas dessas regiões que são somente aglomerações do tipo informal. Não vão ter as características de um distrito industrial autêntica, de eficiência coletiva, ou de flexibilidade. Vão ser regiões de sobrevivência, sobrevida. Mas, mesmo assim, são regiões que são importantes de ser estudadas, uma vez que, por exemplo, como esse: o polo de assim simples, em Pernambuco. É uma região de sucesso, que está prosperando. A região do (Touritama?), que é confecção de calçados, polo de ..., em Santa Cruz do Capibaribe. São regiões que, por serem Nordeste, têm muita mão-de-obra, que precisa exatamente de um crescimento desse tipo, e que deveriam ser fruto de investigação futura.

Só para explicar para vocês, o texto ainda não está totalmente finalizado, então quem gostar de receber uma cópia do texto, depois deixa o nome com as meninas, e a gente vai remeter, assim que estiver pronto o texto final. Obrigada.

Muito obrigado pela apresentação. A segunda apresentação da tarde é do Dr. João de Paula Monteiro Ferreira. Ele é Secretário-Executivo do Pacto do Ceará.

Boa tarde a todos. Eu estou aqui na qualidade de Secretário-Executivo de um movimento da sociedade. O que eu falarei aqui tem caráter de representação do governo do Estado do Ceará. Esse movimento é o Pacto de Cooperação, e tentarei colocar a articulação do desenvolvimento do processo de descentralização da política industrial do Ceará; que contribuições esse movimento tem dado. Darei o destaque à contribuição empresarial, e aí, nesse momento, eu terei que me referir a algo das ações governamentais. Farei um esforço muito grande para o encaixe na questão dos distritos industriais, com certeza não conseguirei narrar experiências nossas com uma fidelidade ao conceito colocado pela professora, mas procurarei colocar algumas experiências assemelhadas.

Eu me permito fazer o gancho, e aí vem o meu acordo, quando aceitei participar desse evento. Incluindo isso que eu tentarei encaixar essa contribuição, que para isso eu senti a necessidade de colocar um contexto em ocorrem essas coisas no Ceará. Então, eu queria fazer um elo com o que foi conversado na parte da manhã.

Foi questionado hoje de manhã sobre os resultados dessas políticas de descentralização industriais. E eu queria apresentar para vocês alguns dos resultados imediatos da política cearense. Eis aqui acima os resultados do governo Cyro Gomes, que começaram a ser apresentados após quatro anos de uma vivência que iniciou-se no primeiro governo de Tasso Jereissati. Durante esses quatro anos, foram conseguidos investimentos privados, da

ordem de 2.425.000 de dólares, produzidos 44.522 empregos diretos, e 178.088 empregos indiretos.

Os dois anos agora, do novo governo de Tasso, 162 empresas foram atraídas até agora, o montante de investimento privado é de dois bilhões duzentos e sessenta e nove, 32.819 empregos diretos, e 164.095 empregos indiretos, dando um total geral, em seis anos, de 366 indústrias atraídas, um total de 4.695.000 de dólares em investimentos, 77.341 empregos diretos e 342.183 de empregos indiretos.

Para que esses números? Para indagação a respeito dos resultados dessa política descentralizada. Serão esses resultados obra da chamada “guerra fiscal”? Evidentemente, não. Os incentivos fiscais concedidos pelo governo do Ceará tiveram sempre um papel de diferenciação, em relação àqueles Estados que têm condições infraestruturais e outras mais atraentes do que o Ceará. Mas não decide quando se trata de uma outra região, em pé de igualdade no que se refere à infraestrutura, qualificação de mão-de-obra, etc. Vindo mais próximo do nosso tema, mas ainda advertindo que não se trata de estudo industrial, eu diria agora, para se destacar o elemento...

Eu não sei como que está o som. A minha impressão é que este microfone não está bem... Vocês estão me ouvindo bem aí atrás? Estão? Se não, uma sinalização, por favor.

A política de incentivos fiscais do Ceará sem dúvida se revelou eficaz na descentralização interna. A nossa indústria, ainda que incipiente, era, há dez anos atrás, praticamente concentrada na região metropolitana de Fortaleza. A diferenciação, em termos de prazos - e aí, é por quilometragem - até 300 quilômetros da área metropolitana é um tipo ... se não me engano, são 3 anos; acima de 300 quilômetros, são 15 anos. Se for na região

metropolitana, 10 anos. Os senhores observem que isso é absolutamente novo: essa difusão industrial no interior do Ceará. O mecanismo principal tem sido esse incentivo fiscal interno. Ou seja, aqui, com certeza, a escolha das mesmas condições teve incentivo maior em áreas mais afastadas da região metropolitana, aqui seguramente tivemos uma ação descentralizadora a nível interno do Estado do Ceará.

Eu queria colocar para os senhores mais uma questão do contexto. Na nossa ótica, a discussão da industrialização do Ceará não tem sido separada, pelo menos a partir dos últimos cinco anos, da questão do desenvolvimento sustentável. E não foi assim desde o começo. Não foi assim sequer quando Tasso iniciou o seu primeiro governo. E, para isso, é preciso contar uma rápida história. Não sei se todos vocês têm conhecimento de como foi esse processo de ascensão dessa corrente empresarial no governo do Estado do Ceará. Na verdade, isso foi resultado de um movimento que se deu em torno do centro industrial do Ceará, o CIC, onde jovens empresários com uma característica em comum: gostavam de política, e tinham uma sensibilidade social. E um outro ponto em comum entre os empresários: eram empresários bem sucedidos. Eram jovens que tinham vivido a Universidade nos anos 60, e quase todos eles, por exemplo, o Senador Beni Veras, que foi o primeiro presidente desse movimento, era o mentor, era militante daquele período, o Governador Tasso Jereissati, cujo pai era Senador, tinha uma herança política, e esse pessoal que assumiu o governo do Estado o fez com a seguinte visão: vamos providenciar o processo de industrialização do Ceará, numa ótica da modernidade. De fato, isso foi conseguido num primeiro momento a nível de se garantir colocar em ordem a máquina, colocar em ordem a casa, mas não foi suficiente. Ao final do mandato do Tasso, ele

percebeu que, por mais eficazes que tivessem sido os esforços, o saneamento da máquina do Estado, o desafio do desenvolvimento sustentável, ainda não fora vencido, e nem seria, a não ser com um processo profundo de articulação com a sociedade. Isso, no início do governo Cyro Gomes é que iniciou-se então esse movimento, chamado Pacto de Cooperação. Esse Pacto de Cooperação, que é uma articulação de empresários com a Universidade, com organizações não governamentais. Assim, esse Pacto, em uma interlocução direta com o Governo, começou a formular novos elementos de política industrial. Essa política industrial, eu deixei o documento... Depois eu vou deixar com vocês. Esse material de explicitação da política industrial do governo do Ceará, que vai ficar para a Secretaria, para reprodução; o outro é um material produzido na entrada desse novo governo de Tasso, pelo Centro Industrial do Ceará, e pela Federação das Indústrias, propondo as bases de uma nova política industrial. esse documento também vai ficar para ser reproduzido.

O que é que há de novo nessa política industrial, que está sendo perseguida pelo Ceará? O que teria de originalidade essa política? Em primeiro lugar, uma política formulada por Estado que sempre se considerou muito pobre. Muito pobre, e muito distante. Ocorreu, no entanto, uma mudança paradigmática. Uma mudança paradigmática, que indicava assim: é por aí, mas tem uma diferença. Nós estamos pobres; ainda estamos pobres, mas não somos pobres. Quem tem a terra, como nós temos, os recursos naturais que nós temos, e quem tem um povo como nós temos, não pode dizer que é pobre. Nós estamos ainda - e isso é válido até hoje - continuamos um Estado pobre. Nós nos consideramos distantes, longe do Centro-Sul; nós estamos muito longe do Sudeste, mas estamos próximos da

Europa, e próximos dos Estados Unidos. Isso pode ser uma vantagem comparativa. Essas modificações foram nos levando a formulações desta nova política industrial. Uma política industrial que se funda na busca do desenvolvimento sustentável. E aí, esse Pacto de Cooperação, me permitam os senhores, formulou um projeto que eu abraço, um projeto de longo prazo.

Esse projeto...

Isso aqui, só para vocês terem uma idéia de como é a consecução desse Pacto de Cooperação, como uma idéia de catálise do desenvolvimento, de articulação dos diversos agentes políticos, sociais e econômicos, em busca do desenvolvimento sustentável. Esse Pacto de Cooperação formulou, numa discussão profunda com a sociedade, a seguinte concepção de futuro, a seguinte visão de futuro, do Ceará que nós queremos ter no ano 2.020. Cidadãos orgulhosos do seu Estado, vivendo com dignidade, em uma sociedade solidária e pluralista, respeitada estavelmente, oferecendo qualidade de vida agradável, com igualdade de oportunidade, e com resultados compartilhados, buscando o desenvolvimento sustentável, lastreado na educação, na cidadania e na gestão competente e ética. Esse é o futuro desejado, que nós imaginamos estar construindo.

Baseado nesse futuro, nós tomamos estas premissas, que valem para a nossa política industrial. O comportamento social determina o desenvolvimento. Com confiança, o interesse comum une diferenças. E aqui, eu gostaria de dar alguns exemplos práticos mais adiante, de como isso tem-se revelado uma prática industrial, quando concorrentes antes ferrenhos, com dificuldades muito grandes diárias, hoje se juntam, sabendo que se a

base de confiança for construída, não faz mal que haja diferenças, se houver um interesse comum.

Em busca de um estágio superior da colonização, é a descoberta de que é preciso eficácia nas fórmulas organizacionais, é preciso competência, não só na gestão privada. É preciso competência na gestão pública, que é fator de competitividade um Estado competente, que possa gerar os melhores recursos obtendo melhores resultados, e que tudo aconteça em um sistema de inter-relações. Ou seja, uma concepção sistêmica da nossa política industrial.

Para eleger prioridades, e isso esse movimento fez exaustivamente, em longos processos de debate e discussão, para eleger as prioridades de desenvolvimento do Ceará, foram utilizados esses critérios: Desenho a longo prazo, pluralidade, pragmatismo, visão sistêmica, descentralidade, complementaridade, efeito multiplicador, sentido social e postura ética.

Só para que vocês tenham uma idéia de como se articula, o que envolve essa articulação, em esfera pública, a nível federal, estadual e municipal, com o Legislativo, Executivo e Judiciário, os empresários aqui contemplando junto com os trabalhadores a esfera das empresas, as escolas ou Universidades e Centros de Pesquisas, e organismos nacionais e associações não governamentais. O foco é de que a industrialização que conduz ao desenvolvimento sustentável no Ceará passa pela criação de uma nova cultura. Uma cultura baseada na auto-confiança, na valorização daquilo que temos de melhor na nossa trajetória histórica, e que nos desvencilhe dos “bichos” culturais, como o da esperteza, do curto prazo, do imediatismo.

Uma inspeção dessa articulação - e aqui, eu começo a minha próxima análise matemática - é que esse Pacto de Cooperação, que iniciou-se com a

interlocução entre um pequeno grupo de empresários e o Governador Cyro Gomes na época, ampliou-se, e hoje, surgem espontaneamente os pactos regionais. Nós já temos um nível de seis, nas regiões do interior, um fenômeno que é o dos Fóruns. E aí é que eu vou-me aproximar mais da nossa temática. Os Fóruns são articulações em cadeia. São de dois tipos: Fóruns temáticos, o da Educação, da Tecnologia e da Qualidade. Todos os interessados sobre esses três assuntos: Universidades, empresários, Centros de Pesquisas, trabalhadores... E os Fóruns setoriais. E aí, hoje foi levantado de manhã o tema das cadeias sócio-econômicas. No caso dos Fóruns, é a nossa forma organizacional de promover uma política industrial em cadeia. Nós começamos em saber disso. Essa descoberta foi uma aprendizagem. Nós começamos selecionando prioridades estanques. Ah! O granito é importante. Ah! A agro-indústria tropical é importante. Mas na caminhada, no convívio, fomos descobrindo que se isso não estivesse articulado em suas cadeias, não teria o Pacto transformador, na velocidade que nós precisamos. E aí começou o processo então, por cadeias.

Eu vou dar um exemplo aqui de dois, para deixar mais claro esse conceito dos Fóruns, como elemento de política de desenvolvimento, e, mais especificamente, de política industrial. O Fórum agro-pecuário. Ele reúne quem planta, quem comercializa o produto, quem industrializa, quem vende o insumo, quem pesquisa, enfim, todos os elementos da cadeia. E nós íamos tratando, por exemplo, a questão do algodão no Ceará, no começo numa ótica estanque - designar um projeto para o algodão, para revitalizar a cotonicultura do Ceará. Depois, descobrimos: não, no conceito de cadeia, na verdade, o nosso foco tem que ser o norte da roça à “boutique”, ou seja, quem planta o algodão, o consórcio com o boi, o boi partiu para uma elipse

que se encontrava lá na frente, do couro... Por outro lado, o algodão, com todo o processo de beneficiamento têxtil, confecção, etc., até chegar à “boutique”, e aí, se articulando com a questão do turismo. A descoberta, portanto, desse encadeamento sistêmico, nos levou a tratar de uma outra forma aquilo que tratávamos antes de forma estanque.

Como é que está o meu tempo? Quantos minutos me faltam? Faltam cinco minutos. É isso?

Pois bem. O Fórum da agro-pecuária. O Fórum imobiliário, da construção civil, reúne o dono do terreno, o dono do cartório, que era um tipo de gente que ninguém conseguia conversa, o dono do cartório, a Prefeitura de Fortaleza, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, quem constrói e quem vende, enfim, a cadeia. E isso ocorre de uma forma simples, as pessoas se encontram semanalmente ou quinzenalmente, alguns são semanalmente, outros quinzenalmente, e aí são discutidas as questões, e tomadas as resoluções. Vou dar um exemplo prático de um tipo de coisa dessa, da velocidade que isso dá. Nós tivemos uma exposição da Adida

Comercial dos Emirados Árabes, em um café da manhã do Pacto de Cooperação. Ela expôs a oportunidade de exportação de caprinos para os Emirados Árabes. Naquele momento, naquela reunião, onde estavam empresários, onde estava a EMBRAPA, onde estavam os órgãos de pesquisa do Estado, onde estavam o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Ceará, e o Secretário de Agricultura, evidentemente, naquele momento se criou, ali, se criou a Comissão que imediatamente saiu dali, para começar a elaborar um projeto de exportação. Ou seja, esse convívio das cadeias onde todos os agentes se encontram, numa forma direta, agiliza o processo decisório, e aí, a questão da

participação da sociedade nos processos governamentais ganha velocidade, ganha facilidade.

Eu quero me referir a duas experiências que estão surgindo, são ainda muito novas, vão merecer estudos, não estão consolidadas. Uma, que é um sistema cooperativado de confecções, é na região de Horizonte, através de um sistema de empresa-âncora. Se assemelha um pouco, porque toda a produção é na área de confecção. Então, pequenos produtores, organizados na forma de cooperativa, articulam-se em torno de uma empresa-âncora.

Uma experiência semelhante está sendo feita na área da castanha. A castanha é um item de grande relevância na balança comercial do Ceará. Tem um problema grave, quanto ao processo industrial. Nós temos um número razoável de empresas de beneficiamento da castanha; no entanto, não tem uma solução tecnológica em grande escala, que mantenha a qualidade e a inteireza do produto. E agora, se criou um processo tecnológico muito simples, mas que não pode perder a escala. Então, estão sendo organizadas micro-unidades de produtores, no próprio campo, e esses micro-processadores, manejados muitas vezes por famílias, vão-se articulando em uma empresa-âncora, que se encarrega de comprar aquele produto beneficiado, e fazer a sua comercialização internacional. É um exemplo que valeria a pena ser analisado, mas ele ainda é muito recente.

Me faltam dois minutos?

Eu queria, para ir afinando a minha conclusão, colocar que esse processo de participação da sociedade, ele tem-se dado de uma forma que respeita a quem o iniciou. Basta dizer que os principais Secretários que hoje têm a ver com a política industrial do Ceará, foram criadores desse movimento num primeiro momento, há cinco anos atrás. O Secretário da

Indústria e Comércio, Raymundo Vianna, o Secretário da Fazenda, os dois são empresários, estiveram nessa articulação. Mas a idéia de que a cidadania articulada consegue interagir com as instâncias governamentais, e com isso, dar velocidade à resolução dos problemas, ela tem sido tão forte, que ela foge ao nosso controle. É freqüente que o nosso conhecimento... No meu caso, que sou um Secretário-Executivo desse movimento, é um trabalho profissional, isto é, eu sou contratado para dar um suporte, porque esse movimento, ele não tem diretoria, ele não tem caixa, ele não tem sede. As pessoas vão-se encontrando, em locais oferecidos, ou por um Banco, ou em um hotel. Ele não tem uma estrutura. A nossa crença, é que não precisava: estrutura, já tem demais. É preciso colocar para funcionar as que existem. Pois bem. Esse movimento adquiriu eficiência tal, que aconteceu a geração espontânea: as pessoas de uma região se articulam, se juntam, ouvem falar nos efeitos que essa coisa está tendo, e aí nos procuram só depois que a coisa já foi criada. Então, o Pacto de Cooperação, como uma instância onde a liderança empresarial teve um papel muito grande no início, mas que hoje é apenas um dos participantes a mais, tem sido um elemento importante, na formulação dessas políticas. E vai-se criando uma nova cultura, onde ... Esse documento que eu deixei é sobre sugestões a esse mandato atual do Tasso, sobre a política industrial... foi formulada desse jeito. Encontros de empresários com acadêmicos, com gestores públicos, formulando as bases de uma política industrial.

E, para finalizar, eu pediria licença a vocês... O que tem na orelha desse livro, que relata essa experiência do Pacto de Cooperação, que é o seguinte: “O sol estampado”... essa imagem do sol ardente... “O sol estampado na capa desse livro simboliza a mais visível mudança

paradigmática que está ocorrendo com o cearense. A figura ardente do sol foi usada ao longo de décadas como a representação de um poderoso secador de parcas águas, o provocador de inanição, o culpado pelo êxodo rural, o iniciador da ausência de chuva, e o pretexto crônico dos estendedores de pires para buscar recursos federais, muitas vezes em proveito próprio. Hoje, o relacionamento do cearense com o sol vai-se formando sob um outro prisma. O astro, antes considerado adversário, agora é aliado. Mais que isso: um parceiro que cuida da baixa umidade, e assegura a constância da fotossíntese, para o advento da agro-indústria tropical, que fornece calor para as energias alternativas, e o brilho ideal para lentes e câmeras, e que é reserva inesgotável para o turismo permanente. Tudo isso, sem fazer perder a pulsação estética que sempre fez correr luz na veia poética da inquietude cearense.” Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. A terceira apresentação da tarde vai ser por Beatriz Munizaga. Ela é gerente do Centro de Produtividade Industrial que está localizado na cidade de Concepción, no sul do Chile.

Quisiera agradecer la invitación de la CEPAL, y al IPEA a participar de este importante Seminario.

Mi exposición tratará de la experiencia de asociatividad empresarial en la region del Bio-Bio, en Chile. Quisiera primero dejar en claro que lo que aquí se va a decir, y lo que aquí se va a plantear es desde el punto de vista del Centro de Productividad Industrial, que es um organismo al cual le toca aplicar las políticas de fomento que se están llevando a cabo en mi país. Nosotros no estamos haciendo los instrumentos; nosotros no estamos

llevando a cabo, digamos. Estamos trabajando en el día a día con el sector empresarial, que los beneficiados con estos instrumentos, y el Gobierno, quien le entrega parte de los recursos financieros.

El enfoque que se está aplicando en mi país ha planteado que las actividades del sector productivo, tanto en la forma como en la substancia, deben respetar el sistema competitivo, evitando cualquier tipo de discriminación y selección arbitraria, reduciendo al mínimo su magnitud, y transformando los instrumentos de intervención en mecanismos automáticos de asignación de recursos públicos, y a las organizaciones de apoyo a las estructuras reactivas, es decir ya, con la demanda.

En la actualidad, el rol central que han asumido las principales instituciones de fomento se ha centrado en estimular la articulación del tejido productivo, y crear instancias de integración entre éste y su entorno político y institucional. La ejecución de estos instrumentos, y esta es una de las cosas más interesantes del modelo que voy a plantear, se está traspasando de forma masiva al sector privado, representado por las organizaciones empresariales, entendiendo que los empresarios son la fuente de legitimación de la acción estatal. Es decir, define la naturaleza y los contenidos de los programas de fomento, y sus asociaciones son capaces de administrar estos fondos.

Se reconoce - y estamos hablando de un sistema competitivo, pero sí reconocemos que existe fuerte segmentación y discriminaciones de escala en los mercados de productos y servicios. Es decir, se asumió que el tamaño de la empresa afecta de manera significativa su inserción en el mercado.

Comenzaré mi exposición con las características generales de la región. Luego, mostraré algunos indicadores económicos, para luego

continuar con la estrategia de desarrollo que se planteó el gobierno regional para el periodo 95 al 2.000. De allí, pasaremos a ver los incentivos chilenos al fomento productivo, para pasar a describir ese programa nacional de apoyo a la pequeña y mediana empresa, y como le estamos administrando la región, con el fin de avaliar en parte las deficiencias que se muestran en el diagnóstico anterior.

Quisiera comenzar mostrando nuestra realidad regional. Quisiera mostrarles un mapa, un poco donde se encuentra la región del Bio-Bio. La región del Bio-Bio tiene la capital de Concepción, o sea, está al Sur, al rededor de 500 quilómetros de la capital de Santiago. Se divide en cuatro comunas, cuatro provincias, divididas en 49 comunas, en total. La región representa en superficie un 5% del territorio total del país, y habita allí un 13% de la población. En esta región se produce lo que yo creo que se produce en la mayor parte, por lo menos, de nuestras ciudades, y tambien en otras partes de Latinoamérica, una excesiva densidad poblacional en ciertos sectores. Y nosotros, principalmente, se produce en la capital y sus alrededores.

Los indicadores económicos de la región, versus los del país, podemos ver que la región aporta un 10,3% del PIB nacional. Su Producto Interno Bruto por habitante, ha estado al rededor de un 30% más bajo que el resto del país. Lamentablemente, aunque nosotros hicimos la extrapolación, las cifras que tenemos regionales solamente llegan hasta el año 92. Es el producto de los problemas regionales, que siempre tenemos en nuestros países. Es decir, las cifras en ese momento, desagregadas al nivel regional, no pasan más allá del año 92, y no sabemos cuando las vamos a tener todavía. Del Producto Interno Bruto.

La región también ha crecido un promedio bastante menos que el promedio del país. Sus exportaciones representan un 16% del total, y la fuerza de trabajo, un 12%. El desempleo ha estado dos puntos más alto en el último tiempo que la media nacional. Así, todo lo que yo les estoy presentando, nuestra región es la segunda región en importancia, después de la región metropolitana.

El gobierno regional se planteó una estrategia nacional de desarrollo, mediante un proceso participativo, iniciado por el gobierno regional en junio del 94, se fijó el marco orientador de la gestión para el desarrollo regional para el periodo de 95 al 2.000. El gobierno regional, lo conforman principalmente los delegados del gobierno central. Pero, a su vez, dentro de los municipios se escogen algunos consejales, y estos designan cada una de las municipalidades de la región, participantes en este consejo regional. En todo caso, este proceso se hizo con una gran participación ciudadana, se hicieron muchos foros, se hicieron muchas conversaciones con los distintos actores de la región, y se llevó, en ese momento yo diría que todavía es así, al imagen actual que se tiene de la región. O sea, una región con grandes recursos y potencialidades, carente de entidades de liderazgo, desarticulada, con grandes desigualdades, y una estructura madura o superada.

Esta es la región que objetivamente tenemos. Y, por qué no lo decimos: existe un bajo dinamismo de la economía regional, aún que generó un 10,3% del PIB nacional, ya siendo la segunda de importancia, como lo dije, muestra un crecimiento menor que el promedio del país, e inferior a la mayoría de las otras regiones, situándose entre los lugares octavo y noveno entre 1975 y 1992. Tiene áreas territoriales y sectores productivos rezagados o deprimidos. Nosotros tenemos un área muy importante, en la

cual la minería del carbón debe ser completamente reconvertida, y la agricultura tradicional está en un proceso de cambio, y más con esto, le comentábamos, acerca del Mercosur, la agricultura tradicional está... vamos a decir lo que pensamos.

Su producción está ligada a ventajas comparativas no dinámicas. La estructura productiva está ligada a la producción de “commodities”, tanto para el consumo interno, que son el cemento, hierro, combustibles, líquidos, como a la exportación, como la celulosa, madera elaborada y el pescado. Tiene bajo nivel de productividad media industrial. El sector industrial es el más importante dentro de la región, generando 37,2% del PIB regional. Pese a que han habido varias inversiones en los últimos años, estas inversiones han sido en algunos sectores que no tienen una gran incidencia en el PIB regional, como, por ejemplo, la pesca. Existen aún sectores con atrasos tecnológicos, cadenas productivas asimétricas, falta de articulación intra e inter sectorial. Existe una muy baja diversificación de las exportaciones; somos una región con un gran destino en las exportaciones, pero se concentra principalmente en cinco productos básicos, que son la celulosa, la madera elaborada, harina de pescado, filete de merluza - como ustedes pueden ver, puros recursos naturales. Existen altos niveles de desempleo y pobreza, existe un gran deterioro del medioambiente.

Como decíamos antes, la región del Bio-Bio aporta un 37... Perdón. La región del Bio-Bio es una región industrial. Un 37,2% del PIB regional lo aporta el sector industrial, aportando éste al país un 19,5%. Pero podemos ver que el sector industrial es precisamente, de acuerdo a la tasa de crecimiento, el que menos ha crecido en los últimos años, siendo el más

importante, y ha sido el que menos ha crecido. Los que más han crecido, como la pesca, tiene una incidencia muy pequeña en nuestro producto.

Aquí, con base de 1993, el crecimiento de la producción industrial ha estado muy por debajo del promedio nacional. Aquí, vemos las cifras más actuales - esto se basa en una encuesta especial, que se le hace exclusivamente al sector industrial.

De acuerdo a las exportaciones, vemos que la región del Bio-Bio... Siempre la región del Bio-Bio es la octava... En cuanto a monto de exportaciones, es la tercera en el país. Pero aquí se distorciona un poco el cuadro, porque la segunda es por donde sale nuestro mayor producto de exportación, que es el cobre. Entonces, si nosotros sacamos, en realidad, lo que es el cobre, tenemos que la región del Bio-Bio viene después, o casi junto a la región metropolitana, pero en el último año ha tenido también una baja considerable en relación a la región metropolitana, y la mayoría de las otras regiones han aumentado sus exportaciones.

Aquí tenemos un gráfico en que se ven las exportaciones originadas en la región, por los sectores más relevantes. Aquí, volvemos a lo mismo: quienes más crecen, quienes más aumentan sus exportaciones son sectores, hasta el momento, menos significativos en la economía regional. Como es el sector forestal, y el sector pesca. La industria manufacturera, sus tasas de crecimiento han sido muy pequeñas.

Y, lo que les decía antes, la tasa de desempleo anual ha estado, desde hace varios años, muy por sobre la media nacional. Y esto se debe, diríamos, en parte al problema grave que existe con la zona del carbón.

Cuales son nuestras fortalezas regionales? Tenemos una gran exportación de recursos naturales, en especial pesca y silvicultura. Una base

productiva y económica diversificada, una vocación industrial y exportadora, un ritmo adecuado de inversiones públicas y privadas, y un alto nivel educacional. En realidad, en la región hay universidades de mucho prestigio, a nivel de todo el país, y yo diría que el Sur de Chile es la universidad a que vienen la mayoría de los mejores alumnos del Sur de Chile a estudiar allá.

El grupo, pues, se planteó que es lo que quería la región. Y esta imagen futura quedó plasmada en la siguiente frase: “Una región moderna, articulada administrativa, espacial y productivamente, que potencie el crecimiento económico con equidad y sustentabilidad ambiental.” Se ha puesto bastante énfasis en lo que es la sustentabilidad ambiental, porque en nuestra región los bosques fueron completamente.... digamos, los bosques nativos fueron completamente cambiados por pinos y eucaliptos, y en este momento, sí se están volviendo a replantar, pero hubo un determinado periodo en que se erosionaron demasiado los suelos. Todavía pasa, digamos, pero... Entonces, hay un deterioro ambiental muy grande. En el proyecto regional, la comunidad de la región del Bio-Bio validó cinco estrategias de trabajo, a través de las cuales llevar a cabo las tareas que potenciaran el desarrollo regional. Modernización del Estado al nivel regional, participación e integración social, desarrollo productivo, integración territorial, y modernización de la educación. Nosotros, como estamos en este tema, nos vamos a centrar en el desarrollo productivo.

Sus objetivos centrales son aumentar el ritmo de crecimiento del Producto Interno Bruto regional, con la generación de empleos productivos a mediano plazo, mejorando los niveles de ingresos, y construyendo la superación de la pobreza de sus habitantes, incrementar la producción, con

protección y utilización adecuada de los recursos naturales, empleando tecnología apropiadas, y no contaminantes, a fin de lograr un desarrollo económico con sustentabilidad ambiental.

Qué es lo que vamos a hacer? Cuales fueron los lineamientos? Estimular la inversión productiva, y el cambio tecnológico. Tener una política de fomento de las exportaciones, modernizar la gestión empresarial, como una forma de aumentar la competitividad, estimular a la pequeña, mediana y microempresa, desarrollar el turismo, y darle sustentabilidad ambiental al desarrollo.

Aquí, entramos al tema al cual nosotros nos dedicamos, y al cual estamos aplicando. Y que fueron las tareas prioritarias diseñadas por esta estrategia. Agilizar, adecuar y difundir instrumentos de fomento. Fortalecer nexos empresariales, y el desarrollo productivo, con énfasis en las pequeñas y medianas empresas, capacitación empresarial y laboral, proyectada a la modernidad; fomentar políticas para desarrollar la transferencia tecnológica.

Aquí, pasamos a lo que está pasando con la estructura de subsidios en nuestro país. Dentro del total de los egresos fiscales, solamente.... del total de los egresos fiscales, solamente ún 3% tiene la etiqueta de subsidio para sectores productivos. Por una cantidad de 500 millones de dólares. Este es el 3% de los egresos fiscales. Esta estructura de subsidios va desaparecer, desde que Chile se afilió ahora a la Asociación Mundial del Comercio, ésta le exige dismantelar los subsidios más elevados, como el reintegro simplificado de las exportaciones, la devolución de aranceles de bienes de capital, el estatuto automotriz, todos esos fueron considerados de alguna manera “dumping”, por lo cual tienen que desaparecer. Van a quedar, y se

reforzaran, aquellos que tengan un sentido horizontal, o que no sean para un sector específico.

Dentro de todo lo que estamos hablando, de todo lo que nosotros estamos tratando de hacer, basados en la estrategia de desarrollo, y en la política de apoyo a la pequeña y mediana empresa, nos encontramos con que los fondos que el gobierno destina al desarrollo de la pequeña y mediana empresa, en este momento son ínfimos. Porque dentro de estos 3%, digamos, de los egresos totales, solamente un 3% de ese 3% en este momento se destina al apoyo a la pequeña y mediana empresa. Como estos subsidios, los mayores, van a desaparecer, nosotros esperamos que algunos otros, como el 4% de pro-Chile, la capacitación, que se debe vía el CENSE, que es un otro organismo, lo que es la innovación tecnológica, es decir, esos terminem principalmente comiéndose esa torta, y, en eso es en lo que estamos ahora.

Por que es tan importante la pequeña y mediana empresa? La incidencia del tamaño de la empresa en las ventas y el empleo. En este gráfico, ustedes pueden ver que, en relación al número de empresas, la microempresa tiene un 83% del número de empresas, y la gran empresa, sólo un 2%. Pero, las ventas de ese 2% son 76% de las ventas totales, y en cambio, las de las microempresas son los 5%. Por otro lado, el empleo generado por la gran empresa solamente alcanza ún 20%; el empleo por la microempresa, ún 43%. Nos queda la PYME, que tiene un 15% del número de industrias, digamos, ún 19% aportan las ventas, y genera un 37% del empleo. Lo que no deja de ser considerable y importante, para poder ... políticas de apoyo. La distribución regional de la pequeña y mediana empresa, yo creo que, como se dá en todas partes, la región metropolitana,

ún 50%, las regiones quinta y octava ún 9%, y el resto ya tiene ún porcentaje muy, muy inferior. Yo diría que la gran mayoría de las regiones más pequeñas, es la microempresa, solamente la que está.

El gobierno, en julio del 91, puso en marcha un Programa Nacional de Desarrollo para Pequeña y Mediana Empresa, cuyo objetivo es fomentar la actividad productiva nacional, mediante el apoyo estratégico a la iniciativa privada, impulsando la modernización productiva de las empresas, mejorando sus niveles de competitividad, permitiendo - y esto es bien importante, después de un periodo transitorio de apoyo estatal - su actuación autónoma en mercados competitivos y globalizados.

La eficiencia empresarial se alcanzará vía - y aquí están las bases de la política que nosotros estamos aplicando, y que algo salgó en la mañana, y algunos, de alguna manera, teníamos la posición contraria -... Son instrumentos de tipo horizontal, accesibles a cualquier empresario pequeño, medianos, sin importar su rublo económico, o localización geográfica. Hay una visión integral de los problemas, creando instrumentos que ataquen distintas visiones del mismo. Y la consolidación de la red de empresarios, Estado, gremios, técnicos y especialistas y trabajadores.

El gobierno designó, como organismo de coordinación, a la Corporación de Fomento a la Producción. Ella es la encargada de administrar y coordinar el programa de apoyo a la PYME. La Corporación de Fomento a la Producción existe en Chile desde su introducción estatal, que existe desde el año 1934, y que ha ido cambiando sus políticas y sus formas de actuar, de acuerdo a como han ido cambiando los tiempos. Los principios orientadores de la CORFA en este momento son: la descentralización, la corrección de imperfecciones del mercado, la

articulación del sector público con el privado, el cofinanciamiento y la transitoriedad.

Las acciones de apoyo en la CORFA se centra en cinco áreas: innovación tecnológica, desarrollo de nuevos instrumentos financieros, reconversión de sectores productivos en áreas geográficas rezagadas, y mejoramiento y modernización de la gestión empresarial, que es donde nosotros trabajamos.

El sistema de fomento productivo tiene un programa institucional bastante novedoso. Se establecen una serie de organismos, que realizan tareas de primero, segundo y tercer piso. Y estas tareas es en relación... De acuerdo a su relación con los empresarios, porque son ellos los que ejecutan las acciones, los que las administran, y los cuales las financian. Las instituciones estratégicas - ya estamos hablando de la CORFO - es la encargada de diseñar los reglamentos, y de conseguir y asignar recursos. Después, traspasa la labor de administración a agentes públicos y privados. Agentes públicos, tenemos solamente el servicio de cooperación técnica, y privados, en éste momento tenemos 16 organizaciones empresariales, una de ellas es ... Bio-Bio, otra es el Centro de Productividad Industrial, donde yo trabajo, y éstos son quienes diseñan los programas de fomento, articulan a las empresas con los proveedores de servicios, que son los consultores, a través de los instrumentos disponibles. Decir, los consultores son los que ejecutan, a través de los instrumentos, trabajan directamente con los empresarios, resolviendo sus problemas. El Centro de Productividad Industrial existe desde hace bastante poco tiempo. Digamos, empezó en 1994, en octubre del 94, pero ha tomado la labor de los instrumentos de fomento desde, yo diría, a rededor de mediados del año pasado. Y es un

centro bien especial, porque los dueños - esta es una sociedad anónima, cuyos dueños son nueve gremios empresariales, y algunas empresas. Entonces, nosotros administramos recursos del Estado para el fomento productivo, a los empresarios de estos gremios, y no necesariamente. No somos el cliente - también a otros tipos de empresarios. Y cómo lo hacemos? A través de estos instrumentos, de fomento productivo, y yo voy a hablar de dos de ellos, que son los que se están llevando a cabo hace un poco más de tiempo. Los otros dos, están recién comenzando. Y son los proyectos de fomento, o PROFO, y los fondos de asistencia técnica, FAT.

Y aquí es donde llegamos a lo que es, se podría decir, un "cluster", pero un "cluster" inducido. Se define al PROFO como el conjunto de acciones sistemáticas desarrolladas por un grupo de al menos cinco empresarios, cuyo objetivo sea integrar a su operación, mediante la asociatividad empresarial, técnicas modernas de gestión, con el objetivo de lograr metas comunes al grupo y a cada empresa, en forma individual.

Cómo se hacen los proyectos de fomento? Un grupo de empresarios tiene interés en asociarse, para llevar a cabo tareas en forma conjunta. Se acerca a un agente operador intermediario, como el Centro de Productividad Industrial. Este agente operador, junto con el grupo de empresarios, hace un contrato de trabajo, que se lo presenta a la... Perdón: hace un programa de trabajo, que se lo presenta a la Corporación de Fomento. La Corporación de Fomento lo aprueba, le entrega los recursos a los agentes operadores intermediarios, la parte de subvención - él entrega la parte solamente de subvención -, firman un contrato de trabajo, y en ese momento, los empresarios hacen su parte empresarial, y contratan un gerente, que es la persona que va hacer que se cumplan todos los objetivos del programa. El

objetivo del Proyecto de Fomento es la modernización productiva y mejoramiento de la gestión, tanto del conjunto, como de cada empresa participante. No se trata solo de hacer negocios en conjunto; es muy importante, pero también se trata del perfeccionamiento y del aumento de productividad de cada una de las empresas. El reglamento establece ciertas subvenciones y aportes empresariales. El proyecto de fomento no puede durar más de tres años: termina al tercer año, y se postula año a año. Si en el primer año no ha tenido los resultados esperados... El primer año puede tener un máximo del 70% de subvención, que equivale a 96 mil dólares, y el 30% restante, los ponen los empresarios. Los gastos financieros del PROFO, de alguna manera también están acotados, por que si no, sería muy fácil desviar recursos hacia cosas que no sean específicas para cumplir el programa de trabajo del proyecto de fomento.

Y, como todo reglamento, y como definimos nosotros pequeña y mediana empresa? Los beneficiarios tienen que ser pequeñas y medianas empresas, y, en nuestro país, hemos cambiado la definición de pequeña y mediana empresa, desde la definición que hay común, del número de trabajadores, la definición por ventas anuales. Y esos son los rangos de ventas anuales que nosotros consideramos pequeñas y medianas empresas. Tampoco, para poder postular un proyecto de fomento, tampoco pueden tener ventas externas por más de 2 millones y medio de dólares.

Qué ha ido pasando, desde que se implementó el programa? Como pueden ver ustedes, en este momento, el año 96, hay 234 proyectos de fomento, que aproximadamente involucran a 3.700 empresas, y comprometen quizás como 4 millones de dólares. Esto realmente ha tenido una tasa de implemento bastante importante.

Qué pasa en nuestra región? Nuestra región, curiosamente, en el año 95 ha agremiado mayor cantidad de proyectos de fomento: ún 28% del total. Y aquí podemos ver que los proyectos de fomento que se han ido aplicando en la región del Bio-Bio de alguna manera están paliando en parte el diagnóstico de la estrategia., de la estrategia regional. El sector agrícola es el que tiene una mayor cantidad de proyectos de fomento, y es precisamente un sector que está en un proceso de cambio muy grande. Y el sector industrial, por su baja tasa de crecimiento, también es el otro que tiene la mayor cantidad de proyectos de fomento.

Aquí quiero mostrarles... Hasta hace poco, la CORFO, directamente administraba ún 40% de los proyectos, y CECOTEC, que es el otro organismo público, ún 26%. Hace dos meses atrás, la CORFO pasó todos sus proyectos, que eran principalmente en el área agrícola, al sector privado. Por lo tanto, nosotros ahora podemos decir que nosotros, como agentes operadores privados, tenemos todo el resto, menos el 26% que está administrando CECOTEC.

Esto es para darles una idea rápida de más o menos en que tipo de proyectos de fomento trabajamos - hay textil y confecciones, cuero-calzados, cosméticos, bienes de capital, metal-mecánico, ...panel y molduras, productos del mar, flores, etc.

Y el otro fondo que nosotros administramos se llama Fondo de Asistencia Técnica, y que tiene una forma de funcionar bastante parecido a los que son los proyectos de fomento. Este fondo es para contratar asesorías especializadas. Es decir, la empresa postula... Tiene la posibilidad de postular a seis módulos de asistencia técnica. La empresa, por ejemplo, tiene un problema de... Necesita un programa especial de "software", que no lo

puede financiar completamente - especial, no compra. Un programa diseñado especialmente para ella, postula de este fondo, a través del Centro de Productividad Industrial, nosotros a principio del año hemos presentado un presupuesto a la CORFO, que, por supuesto siempre nos ha recortado alguna parte del presupuesto, pero con ese tenemos que manejar, no? Y nosotros le entregamos al empresario un rol de consultores, donde él puede escoger quien es la persona que le puede más adecuadamente dar ese servicio. Y también en este caso, también hay un tope por cada una de las asesorías, que no puede ser la subvención mayor que 2.500 dólares. Son pequeñas. Y las áreas, en general, son todas las que nos lleven a aumentar la productividad y la calidad entre las empresas.

Qué ha pasado con los fondos de asistencia técnica en el último tiempo? Y por eso digo que parte importante de la torta, nos la queremos llevar pronto, digamos. Porque desde que nosotros comenzamos con el Centro de Productividad Industrial, y también el esquema de las organizaciones empresariales, el crecimiento que ha tenido precisamente este instrumento es enorme. La octava región, que comenzó su operación en el noviembre del 95, en este momento se han atendido a 248 empresas regionales, que tienen contrato con consultores, y que están haciendo mejoras productivas en sus empresas.

Los resultados a corto plazo. Se ha aumentado la cobertura de los programas, de acuerdo a todo lo que vimos, disminuyendo los recursos destinados a la administración. Esto es algo que no sé si es así, en realidad. Eso es así. Se estima y se sabe que por cada peso colocado por el sector público en estos programas de fomento productivo se gastan 6 pesos. En cambio, al sector privado, se le puso, dentro de las condiciones, que por

cada peso que él gastaba, se le entregaban 25 centavos. Es decir, a nosotros no nos dán, para la administración, más de ún 25% de lo que nos dan. Incluso, si uno piensa en términos completos del programa, es bastante menor del 25% los gastos de administración, porque hay un aporte empresarial importante, que ... eso a todo el programa, y no al agente. Lo otro importante, es que se ha movilizado recursos disponibles en el mundo empresarial. Y esto lo digo por la exigencia del aporte empresarial. Cuando nuestro programa funcionaba dentro del aparato estatal, estos recursos más bien se ponían de acuerdo el empresario, con el consultor, si se lo entregaba, no se lo entregaba, digamos, no había una exigencia absoluta de este aporte empresarial. Nosotros consideramos que si el empresario no pone dinero, quiere decir que no le interesa lo que está haciendo. Por lo tanto, es muy importante... Una, para que podamos dar un mejor servicio, atraer un mayor valor, y la otra por el grado de compromiso que él adquiere. Y nosotros además esperamos que ahora, que el Estado se está dedicando a no administrar, sino a definir cuales son los instrumentos, tambien mejore los organismos de control. Nosotros estamos absolutamente abiertos a que el Estado nos controle todo lo que quiera, digamos, para que las cosas sean lo más transparentes posibles, y que se hagan de la mejor forma.

Temos a quarta apresentação da tarde. A apresentação vai ser pelo Professor Ash Amin, da Universidade de Durham, do Reino Unido.

Let me begin with thanking Doctors Baumann and Tironi for this invitation. Let me also begin by apologizing about the size of the text on the

overhead. It's not very big, so I guess most people can read it, but I shall try to speak to the text as much as possible.

It is clear that there is a considerable amount of interest, policy interest in industrial districts, but one of the key questions on which we don't have a good deal of clarity is where is the difference between a successful industrial district and a "cluster" of small firms. And I want to begin by saying that the two things are very different. That an industrial district is not a cluster, and a cluster is not an industrial district. But I want to try and illustrate this difference vaguely, by talking about two areas in Italy. One is Santa Croce sul'Arno, which is a leather tanning industrial district in Tuscany, and then to talk about another area, in the middle of Naples, which is a shoe area, which produces all kinds of different types of leather shoes, but is not an industrial district. And, after having described the characteristics of these areas, I will then look at some of the implications: what are the lessons of the differences between these two things, for any policies which are seeking to develop industrial districts.

Let me start straight away, then, with Santa Croce Sul'Arno. Santa Croce is a small town, East of Pizza, in Tuscany, and it specializes, as I said in leather tanning. It is one of only three leather tanning areas in Italy, and it is the only one - most interestingly for us - that specializes in medium to high quality leather for the fashion market, and also the export fashion market. We have, in an area of about only 10 square kilometers (it's very small - it's not a city, it's not a town, it's something between a village and a town) we have 300 artisan's firms, which employ nearly 5.000 workers. We have 200 sub-contractors, which employ nearly 2.000 workers, and over 20% of the final product of these areas of micro-firms - no firm has more than 5 or 6

employees - more than 20% of the product is exported to, if you like, fashion markets in the European Union. And 40% of the product is sold within the Toscan market, and something that Cláudia Galvão said earlier on is very important, that in the development of industrial districts, having a sufficiently high level of local demand is quite critical.

Now, this industrial district becomes a small firm industrial district in the 1970's and in the 1980's. It's very interesting that before 20, 25 years Santa Croce was not an industrial district. It was mainly dominated by a very small number of large firms, but using quite standardized groups. Then, in the 70's and 80's, as the Italian fashion market developed, markets were much more volatile, demand was going up and down all the time, and there was also a desire for more quality-based production. Under those circumstances of market fragmentation, market volatility, what we found was that there was an enormous increase of small firms. Small, specialist firms, which came out of... which were the product of spin-off, mainly from the bigger firms. And then, as the firms became more and more specialized, each small firm span-off another small firm.

I don't have the time to go into the initial history of Santa Croce, although I do believe that, when we study industrial districts, aspects about the history of evolution are more important than anything else. Particularly for policy lessons. But there are three things which stand out in Santa Croce today, as an industrial district. One of the first things is that Santa Croce, through specialization, has become a knowledge center in its own international leather tanning (filliaire). You go to Santa Croce for ideas. Though specialization, it has become a knowledge base. This is not really technologic know-how: this is tacit knowledge, this is artisan knowledge, it

is craft knowledge. And it is a knowledge, above all, which runs through the entire locality. It is a knowledge which is not just rooted in one or two firms, but which is rooted in something like 700 firms, and , so that aspect of... the diffuse character of knowledge in Santa Croce is extremely important.

Secondly, and a reason why this knowledge has been produced, is that Santa Croce has an incredibly high level of division of labor between firms. All the firms specialized usually only in one task. So, there are very complex relationships of sub-contracting, horizontal links, vertical links, you have a lot of exchange of the product between the firms, we find financiers, we find importers, we find sib-contractors, and we find a very large number of other institutions and agents, all along the leather tanning value chain. This is extremely important. In Santa Croce, you have chemicals companies which... for curing the skins, specialist machinery makers, sales representatives, buyers, exporters, distributors, all the links, as I said, in the value chain is present in Santa Croce. And this has evolved from within. Basically through the process of vertical disintegration, of spin-off, after spin-off, after spin-off.

Thirdly, in Santa Croce firms are also helped by local institutions, and this might include the local Association of Tanners, the Mayor's Office, local unions and political parties, the Chambers of Commerce, and even "soft" institutions, like bars and clubs in the "piazza". Because these are the areas where ideas are circulated. These are the areas in which the stories about success are told and re-told, and re-told. So, in a sense, collective knowledge itself is a very powerful institutional feature of the locality.

Now, let me move on, and compare Santa Croce with another area, which is an area called Stella, in Naples. Stella is a typical cluster of

artisan's firms, which you find I think probably in any newly industrializing country, or developing country, developing region in the world. It is a close-knit community, in the historic center of Naples, in which you have very high levels of poverty and unemployment, combining with a very vibrant, very important, and also an illegal small firm economy. It has the reputation in Campania and in Southern Italy as being a specialized area, specialization in the footwear industry. We have of course sub-contractors, we have many small firms, which also produce for the market of the Mesogiorno, or the poor countries in the Mediterranean basin, but, very interestingly, you also have some hyper-quality producers of shoes. Small artisan firms, which apply extremely high levels of craft skills, to produce specialist shoes like ballet shoes, or shoes for disabilities, and so on. But the most important point is that Stella is a cluster of small firms, but it is not an industrial district. And this difference makes the difference between a vicious circle of growth and a virtuous circle of growth that you have in an industrial district. And, so, in the major contrasts between artisan clusters and industrial districts, I tried to put in this table.

Standard shoe producers do not constitute, do not make a locally networked economic system. These firms, even though they are all in the same area, they are isolated from each other, and they are almost entirely dependent on their own resources for survival. So, there is no division of labor, there is no division of tasks between the firms, and because of this, there are no scale economies, as a result of specialization. There is no exchange of ideas, there is no exchange of information, or of goods. And, most importantly, there is no potential for spin-off. Because what you have is small firms, which are first to be vertically integrated, and this is a major

problem for the firms in Stella, because they have very, very high production costs, and very high transaction costs, because of vertical integration. Because they have to produce everything themselves.

Secondly, a key difference is that there is no form of collective or institutional support of good quality to the firms. And this includes subsidized premises, no proper infrastructure, there is no proper training, there are certainly no ... business services. So, firms in Stella have none of the sector-specific support that you have in Italian industrial districts. Whether these are provided by private institutions or public institutions, is actually a secondary issue. A key thing is that in areas like Stella, you do not have finance, technical support, marketing support, and advisory support that is related to the footwear industry. So, again, the firms are isolated.

Third, and finally, the main... Another very important difference between Stella and a successful industrial district is the absence of a collective social and political subculture, which helps to bind together entrepreneurs, workers, families and institutions like trade unions, local authorities and also the local Chamber of Commerce. Stella has, of course, its Catholic traditions, it's strong family and kinship ties that you find in the Mediterranean, and the social solidarity. But it is a social solidarity which is based around the family. It is based around almost a Tommistic survival, where the key institution is the, if you like, the extended family. Not the public and "soft" institutions of the collectivity as a whole. And this is quite understandable, because life is too difficult, and the opportunities are too rare for the area to abandon its historical legacy, of viewing cooperation as a source of loss of potential gains.

So, with that kind of stylized difference, on the basis of just two empirical observations... But I think my box is valid, because it captures the difference between industrial districts in general and small firm clusters, it seems to me that there are three systemic or collective characteristics of industrial districts, which stand out in sharp contrast to artisan clusters. To a degree, I am repeating myself, but I think the points do need to be stressed, because of their importance.

Of course, the key thing in an industrial district, in this detailed division of tasks, along the value chain. And it is a detailed division of tasks, secondly, amongst a very large number of firms. Each phase has many, many, many firms competing with each other. So, you also have the benefits of competition there, in any specialized market. And an industrial district, in many ways, is like a large corporation, but with the role broken down. So, it is simultaneously a system of competition and cooperation between specialized units.

Secondly, as Cláudia Galvão said earlier on, an industrial district has what Alfred Marshall talked about at the turn of the century, something called industrial atmosphere. For me, in the modern industrial district, industrial atmosphere amounts to one thing, and that is the consolidation of the district as a center of knowledge creation, inventiveness, entrepreneurial capability, and learning. Of course, within a specific industrial (filliaire). It is, above all, a very rich source of tacit knowledge, and excellence within a given industrial (filliaire). So, the goal is a very high role. To become an industrial district is not an easy job, if you want to become a knowledge center.

Third, industrial districts have what I've called institutional thickness. This is an ugly word, but I couldn't think of a better word, so we are stuck with it. What it means is institutional thickness is made up of a number of "soft" and "hard" features of collective representation. That's the key thing. So, representation of interests, social and economic, a common subculture, and a common set of beliefs - an idea of commonality of fate, that people are involved in things together. So, at one level, institutional thickness means a variety of sources, of real collective services. I use the word "real", because it is after a "decentralista" in Italy, called Sebastiano Brusco, who uses the term "real" to say that the provision of services to firms in industrial districts are always sector-specific. Always. They are not generic. So, finance in industrial districts is finance for a particular sector, where the banking system understands the needs of that particular industry. It's not, as I said, general finance.

Technological support systems are industry-specific. Market support systems are industry-specific. In other words, the institutions that provide services know that industry. And again, this is a point of fundamental importance, in policy terms, I think.

Secondly, as I said, there is a strong thing of there being system-wide sense of common fate. A faith on the part of individual actors, and individual agents, in the benefits of collective organization. Over and about the individual chores. Again, this is a point of fundamental importance. This is not a product of altruism: this is a product of the reciprocity that exists between firms. It is a product of interdependence that you have between firms. So, it is my own personal gain to behave... not only to cooperate, but

also to accept that certain services, and certain needs of mine are collectively provided.

So, what you have is something that I would call “associationalist”, or associative culture in industrial districts. There is a very profound belief in decentralized authority, profound belief in the benefits of voice. If there is a dispute, then the best way to resolve that dispute is through the process of dialogue, argumentation, conflict and conflict resolution. And it is not cooperation that you find in industrial districts: it’s voice. It is the confidence to articulate your differences, and to know that the articulation of differences will lead to some kind of resolution of that difference. So, I think it is very wrong to think about industrial districts as areas in which you have communalist traditions, which come out of some kind of voluntarism. It’s not true.

OK. Let me come to some of the policy conclusions that I want to make.

Well, the question that we are left with, then, is how do we build these three systemic supports? If these three supports, if anything that I am saying is correct, and if you believe what I am saying, then, what policy has to tackle, of these three things I just talked about?

I think my initial statement, about what needs to be done, is that the challenge is not an easy one. It’s not a light one, and it is a challenge that goes well beyond what we traditionally call industrial policy. The task of building industrial districts goes very well beyond what we call industrial policy.

Let’s get to the first issue, this thing that there being inter-firm cooperation, and how to stimulate inter-firm cooperation. I think the point of

departure here, the principle has to be that what is required is not so much the upgrading of firm-specific characteristics, to produce inter-firm cooperation, but that the public sector, or private agencies, need to focus on a whole series of externalities, supports which surround individual firms, and in such a way that, through that process, of building up externalities, the firms themselves will be introduced, at least in the first instance, specializing, but leaving some tasks to collective agencies, which are in the area. So, the first step towards cooperation is building up, if you like, a task link between the specialist firm and the specialist agency.

So... And here, of course, there is a huge amount of literature that you have. on the region of... Because, unlike Santa Croce, unlike any industrial district in Tuscany, has been able to mobilize the public sector into providing what I call the sector-specific “servizi reali” - real services - to firms.

Focusing on particular weaknesses in any “filiale”, and it is undoubtedly the case, that historically what has benefited small firms most of all in the industrial districts has been something that gave them access to credit, the issue of financing small firms in industrial districts is probably the critical issue, in my view. Provision of services, business management, and organization, and in some areas, also the provision of telematics and technology transfer, but which are very, very specific to that given sector, and to artisan firms.

Again, I think that the critical point here, to be made about providing collective services, is not so much about whether we just produce those industry-specific services, which are needed, but how we begin to create a bridge between the provider of the service and the consumer of the service,

the individual firms. And sure, I think what is needed is a local banking system, or credit system, if we focus on just the financial issue for a moment, which understands those individual firms, which knows how to go into those individual firms, and come out of these firms, and provide, as I said, high sector-specific forms of financial support. So, you could have industrial development, banks for small firms, venture capital agencies for small firms, which at the same time provide comprehensive and industry-specific advice, local savings banks which give face-to-face advice, and entrepreneurs also trust the banks.

But on this inter-firm cooperation point, I would add something else. That the route to cooperation probably cannot be a direct route. Why I say this is because in countries like Denmark, in the United States too, a number of networking initiatives have been introduced, where brokers or firms are given incentives of one sort or another, to cooperate with each other. And this remarkable outcome of these network arrangements is that there has been a failure. What they succeeded in doing is building firms together for a very short time, to make just opportunistic alliances, and then the networks broke down. I think what is better in promoting networks is an indirect approach, an indirect approach to inter-firm cooperation.

And here, the Italian industrial districts are quite interesting. In some Italian industrial districts what they did was to set industrial laboratories, or what they call "observatorio industriale", an industrial observatory, which acted like a research base, like a "think tank", for different firms, providing information on market trends, providing information on how the industrial "filliaires" is evolving, who the key competitors are, etc., etc. Also, through that route, indirectly, providing firms with information of other firms within

the locality. And through this indirect route, once the firm came to the industrial observatory, to get some idea of latest technological improvements, on latest market improvements, through that route, they also came into contact with other firms in the locality, with whom they could do business. So, in fostering cooperation, through a completely indirect way. And made for quite lasting forms of cooperation, because then individual firms started to specialize.

OK then. So, my first policy conclusion would be that fostering inter-firm cooperation is not problematic, is not that difficult. It can be done in artisan clusters. But only through very indirect routes, and only through the provision of collective services, by public institutions or partnerships.

But much of what I have said implies the need for strategic leadership within the locality, and also what I can only describe as a kind of policy reflexivity on the part of the local community. It is clear to me that a decentralized and active approach to building industrial districts requires, first of all, the building of local research intelligence, industrial observatories is one example. It requires policy inventiveness, it requires looking to reach a target through completely indirect means, by tackling what doesn't seem to be the most obvious thing in the first instant. It requires clearly some form of strategic vision; just the management of a value chain requires some strategic vision. And it requires, as I said, plural networks of governance, rather than just governance through government, public agencies, or governance just through markets of individual firms. It is clear that Italian industrial districts do what they do very well, because there are many, many, many authorities of responsibility.

Building this kind of institutional thickness in plural communities, in communities which are institutionally thin, where there is not a long tradition of institutional environment, is exceptionally problematic, I think.

A distinguishing characteristic of areas like Stella, in Naples, is that these localities do not have an efficiently run, or accountable public or collective institutions. When you do find representation, when you do find the collectivization of interests, very often it is narrow-minded, it is sectarian. And there is a lot of conflict between different organizations. In addition, in such areas influence and authority often tends to be extremely hierarchical, or centralized, usually under the command of small elite coalitions.

Now, in this kind of context, I think building institutional thickness is not only going to be very difficult, because how do you do it? How do you open up? The political gain in these localities.

But, secondly, it is going to be resisted, because, as I said, these areas are - when I say they are institutionally thin - I mean they are dominated by particular institutions, rather than there being no institution. So, there is not a "tabula rasa" there. Some will prevent institution decentralization from occurring, and that is an important obstacle.

Then, the third of the "Holy Trinity". The first of the "holy Trinity" was building inter-firm cooperation, the second was building institutional capability, and third, the issue of social cohesion, or some kind of social solidarity. How do you build that, outside of these areas? I think it is clearly the case that some aspects of industrial atmosphere follow from the clustering of firms in the same industry, and the circulation of tacit

knowledge between firms. So, inter-firm cooperation, to some degree, builds up some measure of social trust.

But I think what the experience of social districts has shown much more importantly, I think, is that what needs to be done is to make voice in every day matters. A general acceptance of voice and reciprocity, as a good way of doing business. And I think this requires a cultural shift. This requires a shift in rationality, this requires a shift in attitude, and also a shift in behavior. And institutional reforms, of the sort that I have discussed, for example, those that start to build public trust in collective organization representation, it serves to also empower individual collections of small firms, and to unlock their capabilities, are a means of initiating this process. otherwise, I think there are no demonstration projects in small firm cluster areas. There is no reason for the small firms to begin to change their rationality away from a rationality of just individualism, and individual gain and protecting your own interest, towards a rationality based on cooperation and belief in some kind of collective support.

So, let me try and conclude now. I think these last two components, which separate the industrial cluster from the industrial district, I think are policy arenas which go well beyond any industrial policy. Any decentralized industrial policy. Because they touch upon issues which normally would not include within the framework of even a decentralized industrial policy. But I think if there is a policy lesson, it must be this: that any decentralized industrial policy that seeks to achieve the kinds of things that we have in industrial districts has also to focus on institutional and social criteria... factors.

Without doing that, these areas will not move anywhere near becoming industrial districts. Without focusing on the issue of social solidarity, or building up some kind of social voice in the region, we will not move towards industrial districts. Without building up institutional thickness on the lines that I have indicated, we will not have industrial districts. At best, we will have clusters of small firms, where the individual firms gain, or they don't survive, but the locality, as a whole, doesn't improve, it doesn't move on.

So, that reminds me of something that (Albert Hirschmann) was making a case for, more than thirty years ago, concerning when he was writing about what is to be done in the developing countries. And I remember very clearly that he said that one long term pathway to development has to be one which is routed in social-political equity of one sort or another, and civic advancement. Not just provision of incentives or no incentives to small firms. And I think what we need to work on now is what might this sort of thing mean, the kind of thing that (Hirschmann) was writing about at the national level, what does this mean at the local level. And one of the challenges of building up issues like equity and social involvement, at the local level.

Thank you.

Muito obrigado. Depois das quatro apresentações, temos dois comentaristas. O primeiro é o Dr. Maurício Pereira Guedes. Ele é presidente da Associação Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos.

Boa tarde a todos.

Queria agradecer o convite do IPEA para estar presente nessa tarde aqui, e iniciar dizendo que essa tarefa não é fácil. Você assistir quatro apresentações, com abordagens distintas, não é, sobre um tema amplo, e tentar, nos dez minutos que me foram solicitados, fazer algum comentário, com algum nível de inteligência.

É claro que, ao se convidar um comentarista, se espera também que ele possa trazer alguma coisa da sua própria experiência, da sua própria bagagem, e incorporar aos debates, ao tema que está sendo apresentado. Eu pretendo fazer isso, nesses dez minutos.

Eu sou atualmente presidente da ANPROTEC, que é a Associação Brasileira das Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos, e dirijo incubadoras de empresas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na COPPE, que é a escola de pós-graduação em engenharia da UFRJ. E buscar aqui, nas minhas anotações alguma linha de... algum aspecto comum, tratado pelos quatro apresentadores, e que pudesse ser um gancho, de certa maneira, com a nossa experiência, na área de incubadoras, e na área de parques tecnológicos.

Eu acho que se a gente pudesse resumir numa palavra esse ponto comum nas quatro apresentações que nós assistimos, essa palavra seria “cultura”. Os quatro expositores, e as experiências que foram apresentadas, elas tentam abordar de maneiras variadas. Basicamente, a cultura empreendedora, a cultura empresarial, numa região, numa dada localidade. Falou-se da cultura de gente que entende de fazer sapato, falou-se das experiências do Chile, o objetivo do Fundo de Assistência Técnica, para promover uma cultura empresarial madura e inovadora. A apresentação do Professor Amin, que falava de cooperação, falava de coalisão social - isso

tem a ver exatamente com cultura. E a experiência do Ceará, tão conhecida e reconhecida no Brasil, como experiência exitosa: ela tem a ver exatamente com o câmbio de cultura na área empresarial, e na área governamental.

E nós trabalhamos... Nós, incubadoras de empresas, trabalhamos exatamente com cultura. O que é que são as incubadoras de empresas e os parques tecnológicos? Os dois conceitos nascem e se consolidam há não mais do que quinze anos, e começam a ser difundidos no mundo inteiro há cerca de quinze anos, mas se consolidou a partir da concepção de que as comunidades, as pessoas, os grupos que estão preocupados com a geração de conhecimentos científicos têm uma grande capacidade de geração de negócios, de geração de emprego, de geração de renda. Curiosamente, essa percepção, ela se consolida em todo o mundo apenas há quinze anos. É algo muito recente, essa percepção de que a gente pode ter instrumentos conceitualmente sólidos, voltados para o estímulo à transformação do novo conhecimento científico em atividade empresarial, em emprego, em renda.

A pré-história desse processo começa nos anos 40, e se acelera um pouco depois da Segunda Guerra Mundial, com fenômenos que não foram planejados, mas que aconteceram de uma forma muito visível nos Estados Unidos e alguma coisa na Europa, em décadas bem mais recentes. Esses fenômenos deram origem, por exemplo, ao que veio se chamar o Silicon Valley, na Califórnia, a partir da criação de um grande número de inicialmente pequenas empresas, a partir da atividade de pesquisa que se desenvolvia, e se desenvolve ainda na Califórnia. Um processo semelhante aconteceu na área de Boston, nos Estados Unidos, em Cambridge, na Inglaterra, dando origem ao chamado “Fenômeno Cambridge”, nos anos 70. Apenas para citar um número, Cambridge é uma cidade talvez de 200 mil

habitantes; hoje é uma cidade acadêmica, com uma grande vocação acadêmica, e viveu uma grande crise econômica nos anos 60 e início de 70. As pessoas estudavam, faziam seus mestrados e doutorados na Universidade, não tinham muitas opções de emprego. E, por um processo que não foi planejado, teve início a formação de um grande número de pequenas empresas na área de Cambridge, empresas geradas a partir da atividade de pesquisa, “spin offs” das Universidades.

Dez anos depois, se analisou o fenômeno de Cambridge, olhando para trás, e se percebeu que 1.000 empresas tinham sido geradas em dez anos, naquela cidade. Empresas de base tecnológica. 1.000 empresas em 10 anos são duas empresas por semana, toda semana, durante 10 anos. Então, é um processo que teve um significado econômico, e um significado quantitativo muito expressivo, e que despertou, junto com os outros que eu citei, e alguns outros, de menor repercussão, a nível mundial, suscitou interesses de todas as comunidades, e governos municipais, estaduais, universidades e grupos empresariais, de como é que se poderia estimular esse processo de geração de renda, a partir da atividade de pesquisa.

Surgem então esses dois conceitos.

O que é um parque tecnológico, e como nós traduzimos para o português um termo que tem várias versões no inglês; se usa mais “science park”, como o termo mais consagrado para esse instrumento. Ele é... A gente poderia partir, especialmente num encontro como esse, da definição de um distrito industrial, para chegar ao parque tecnológico. Um parque tecnológico pode ser visto como um distrito industrial, que tem três características, que se somam às demais características de um distrito industrial convencional. O primeiro, é um forte vínculo com uma

Universidade, ou instituição de pesquisa. Uma ou mais universidades ou instituições de pesquisa. Essa é uma definição formal da Associação Internacional de Parques Tecnológicos. É um empreendimento com uma base mobiliária, que tem primeiro, um forte vínculo, não apenas formal, mas também operacional, com universidades ou instituições de pesquisa. Segundo, tem uma missão voltada para a formação de novas empresas, a partir do conhecimento científico. E terceiro, tem uma estrutura administrativa que esteja preocupada com as questões de desenvolvimento de recursos humanos, e transferência de tecnologia. Essas três características podem estar presentes, em maior ou menor grau, nos distritos industriais, como nós os percebemos hoje. Mas a existência dessas três características em conjunto é que são a base conceitual de um parque tecnológico.

E incubadoras de empresas? O que que é? É um elemento, muitas vezes um elemento central dentro de um parque tecnológico, é um instrumento pró-apoio, para o estímulo à geração de novas empresas. É tipicamente um edifício, um local onde se instalam empresas que estão nascendo. Essas empresas ficam abrigadas durante um período de tempo limitado, de três a cinco anos normalmente, e contam com uma série de vantagens nesse período inicial, onde a taxa de mortalidade, conforme já foi relatado, é elevadíssima. Seria uma espécie de um distrito industrial, de tratamento intensivo. Elas contam, nesse período, com uma infra-estrutura de serviços de uso compartilhado, com a convivência, com uma possibilidade de compartilhar o aprendizado, que é extremamente intenso. São os dois, tanto os parques quanto as incubadoras, instrumentos muito novos, como eu disse. A estimativa que se tem é de que hoje no mundo

existam cerca de 700 parques tecnológicos em operação. Com relação às incubadoras, não há uma estatística muito confiável a nível internacional. Fala-se da ordem de 2.000 incubadoras em operação em todo o mundo. O país provavelmente que tem o maior número... certamente tem o maior número de incubadoras, e uma base de dados razoável sobre essas experiências, é os Estados Unidos. Os Estados Unidos têm 550 incubadoras em operação, 80% delas criadas nos últimos sete ou oito anos - nos últimos sete anos, eu diria. Cerca de 14.000 empresas passaram pela incubadora de empresas nos Estados Unidos. O Brasil tem tido uma atuação muito significativa, nos últimos anos. Nós começamos, eu diria que precocemente, no início da década de 80, exatamente no ano... talvez no ano anterior ao crescimento do número de incubadoras nos Estados Unidos, e ao crescimento do número de parques tecnológicos em todo o mundo. Em 83, o Brasil começou a implantar os primeiros projetos de incubadoras e de parques. Foi graças a uma iniciativa do CNPq, Conselho Nacional de Pesquisas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico agora, que se trouxe este instrumento aqui para o Brasil, e começamos a implantar os primeiros projetos. Vários erros foram cometidos, vários acertos nós conseguimos, e nós passamos a “década perdida” de 80 um pouco aprendendo vagarosamente, com os erros e os acertos.

Nos últimos cinco anos, e principalmente nos últimos três anos, nós temos assistido no Brasil a um grande, a um enorme crescimento do número de incubadoras de empresas. É tão grande esse crescimento, que a nossa associação, ANPROTEC, não tem conseguido acompanhar, manter uma base de dados sempre atualizada de cada um dos projetos em execução, que está implantado, ou que está em fase de implantação no Brasil. Nós temos

hoje entre 50 e 60 incubadoras de empresas em operação. Essas incubadoras hoje, no Brasil, existem mais de 400 empresas em funcionamento. São todas pequenas empresas, empresas que estão em fase de nascimento, mas que já mostram alguma coisa de potencial, que elas têm. Mais de 2.500 pessoas, hoje, estão trabalhando em empresas instaladas em incubadoras no Brasil. Esse fenômeno, ele cobre o país de Norte a Sul - literalmente de Norte a Sul -, nós temos experiências em andamento. Nós temos cadastradas ou identificadas pela ANPROTEC já 35 universidades brasileiras engajadas nesse processo, de criação de empresas através de incubadoras de empresas. Esse é um processo que tem um significado econômico bastante apreciável, e principalmente em pequenas comunidades, em pequenas cidades. Eu acho que um dos exemplos bonitos que a gente tem no Brasil, e foi um dos pioneiros, já no início dos anos 80, é o de Santa Rita do Sapucaí, uma pequena cidade no Sul de Minas - tem cerca de 30.000 habitantes -, e essa pequena cidade tem uma tradição econômica voltada para a pecuária, e para a agricultura também, perto de Itajubá. Ela tem uma escola... Tem curiosamente, por razões meio ao acaso, tem uma escola técnica de eletrônica, criada no início dos anos 60, e tem um instituto de nível superior, uma escola de nível superior, de eletrônica e telecomunicações, que é o INATEL. E a existência dessas duas entidades nessa pequena cidade levou o prefeito na época, que era um dentista, a buscar criar um mecanismo para gerar emprego, gerar renda, a partir dessas duas unidades que havia na cidade. No primeiro ano, a Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí - eu estou falando de 1985, talvez - criou mais de vinte empresas, vinte pequenas empresas. O prefeito não conhecia exatamente o conceito de incubadora, como ele existe hoje - era muito pouco conhecido no mundo inteiro -, mas o

que ele fez foi exatamente isso. Ele alugava uma casa, e dava de presente a casa para quem quisesse criar uma empresa, na área de eletrônica, ou telecomunicações. E essa pessoa utilizava a casa sem pagar nada para a Prefeitura - era esse o modelo -, durante dois anos. E, nesses dois anos, ele tinha apenas a obrigação de dar certo, de tentar criar uma empresa de eletrônica e telecomunicações. Dezenas de empresas foram criadas.

E um fator muito importante.... Acho que eu já estou-me excedendo nos meus dez minutos.... Um fator muito importante desse projeto, e de qualquer projeto de incubadoras de empresas ou de parques tecnológicos que seja bem sucedido, é exatamente o efeito de demonstração que se busca com esses projetos, com essas iniciativas. O mais importante desses projetos é promover uma mudança cultural naquela comunidade. E, a partir da percepção de que é possível um jovem recém-saído de uma universidade, um engenheiro, um mestre, um doutor, ou o que seja, alguém que tenha uma bagagem técnica, ou alguém saído de uma escola técnica, que tenha uma base de conhecimentos técnicos, pode gerar uma empresa. A partir do efeito de demonstração que os casos de sucesso exercem sobre a comunidade, que se busca promover uma mudança cultural, um estímulo à capacidade empreendedora daquela comunidade. Então, esses dois instrumentos que agregam, talvez num grau mais elevado a preocupação com a inovação tecnológica, e a preocupação com a aproximação do mundo da ciência e tecnologia com o mundo da empresa. E, quando eu falo de mundo da ciência e tecnologia, eu não quero falar apenas de eletrônica, ou apenas de coisas muito sofisticadas: pode ser na área de calçados, perfeitamente. Pode ser em áreas, em setores tradicionais, onde você tenha necessidade de aporte de uma inovação tecnológica permanente. E os grupos acadêmicos, as

Universidades, os centros de pesquisa, que estão espalhados geograficamente, descentralizados em nosso país, eles podem promover esse vetor de atualização tecnológica, e essa busca da inovação em cada um desses setores. Então, esses dois instrumentos agregam essa preocupação, num grau mais elevado do que os distritos industriais, e são, eu diria, uma face inovadora, e realmente inovadora. Quase todos os projetos, no mundo inteiro, têm menos de dez anos, e 80% deles têm menos de quinze anos de existência. Eu tenho a impressão que esses dois conceitos, eles se aproximarão muito, no futuro próximo: o dos parques tecnológicos, junto com as incubadoras, e o dos distritos industriais. Essa busca da permanente vinculação da atividade de pesquisa, da inovação tecnológica com as atividades empresariais em todos os setores, inclusive nos tradicionais, é inevitável, e esse conceito, ele estará cada vez mais presente, em discussões sobre os distritos industriais.

Era essa a contribuição que eu queria trazer aos debates na tarde de hoje. Agradeço mais uma vez, e eu peço desculpas antecipadamente, que eu vou ter que me retirar daqui a uns dez minutos, para não perder o avião. Muito obrigado.

Uma mensagem para o Dr. José Guilherme Barbosa, do SEBRAE do Mato Grosso: favor telefonar para a secretária, Agenor.

Bem, passamos ao segundo comentário da tarde, que é pelo Sr. Eron Marchiori, da Empresa de Participação Comunitária.

O comentário que eu gostaria de fazer, nesses dez minutos, seria voltar um pouquinho para o que todos os painéis debateram hoje, alguns ensinamentos importantíssimos, e alguns questionamentos também.

Nós vimos, e quando vemos esse tema “distrito industrial”, eu gostei muito da abordagem inicial do Dr. Maurício, e então já me poupa um pouco de tempo aqui, em relação aos demais, que fizeram suas palestras. Então, eu começo a olhar esse tema - distrito industrial -, e a gente é jogado no tempo, e muitas imagens vêm à cabeça. Aquele distrito industrial muito se confundia com aquela área desapropriada, longe da cidade, para beneficiar grandes empresas que lá se instalariam, com dificuldades de água, luz, saneamento, deslocamento, desde os funcionários, e até os próprios empresários.

Mas a colocação hoje, dos “clusters”, muda esse conceito: já são cidades trabalhando em harmonia, e na busca de um segmento aonde você pode se aprofundar, verticalizar, ter funções decorrentes dela, num aproveitamento mais global.

Vou-me permitir fazer também um “link” com as palestras que também foram colocadas aqui por alguns Estados, porque quando a gente fala em desenvolvimento, fala em distrito industrial, a gente está falando em desenvolvimento, e naturalmente nós vemos que alguns pedaços do Planeta, algumas cidades, alguns Estados têm mais sucesso no enfoque disso, e outros não. No Brasil, nós já tivemos um momento em que o desenvolvimento era intimamente ligado a um forte subsídio. E vou citar um exemplo só, que, como faz muito tempo, em termos de história, mas que já se esgotou completamente. A agricultura brasileira só se desenvolveu com bases modernas a hora em que o governo federal, na época totalmente

centrado, fez enormes inversões de recursos altamente subsidiados, mesmo em época em que depois começaram a ser inflacionários. Lembro até de algumas de 12% ao ano, durante doze anos, sem correção nenhuma monetária.

Obviamente, esses modelos se esgotaram por completo. Mesmo assim, a gente ainda vê alguns resquícios disso, quando a gente desce essa análise a nível de Prefeituras. A gente vê prefeitos se degladiando, um querendo dar mais do que o outro, para ficar com aquela pretensa indústria.

Eu volto a uma questão que tem muito com o que foi debatido hoje aqui. E aí, me lembro também das palavras do Ivan, de manhã, a respeito de como ele enfocava o desenvolvimento de Goiás. Acabamos de ver as colocações do Secretário-Executivo do Ceará, de como é que ele viu focar o novo processo de desenvolvimento. E quando o Nordeste faz essas colocações, contadas para nós, eu só vou alertar aqui que o Ceará hoje é mais forte do que o Paraguai. O PIB do Ceará é maior do que o PIB do Paraguai.

Então, essa questão do Mercosul pode ter até uma outra dimensão, quando se começa a manejar esses números. Ou seja, até posso concluir que se eu tiver muitos negócios com o Ceará, é muito mais vantagem do que se eu centrar todos os meus negócios com o Paraguai.

Pois bem. Nessa linha, o que nos chama a atenção no Projeto Goiás, Projeto do Ceará - e aí, deixa eu chamar também para o meu Estado, o Paraná, quando começou o grande desenvolvimento da região metropolitana de Curitiba, principalmente Curitiba - é que focou uma nova forma de fazer desenvolvimento. Eu não podia ser injusto também: é o caso de Santa Catarina, que sempre pautou por um desenvolvimento descentralizado. Fora

isso, nós temos que fazer esforço para ver modelos diferentes. Tudo o que vai ser novo, vai ser cotidiano no amanhã, ele já mostra sinais aqui ou ali, agora. Então, eu chamo a atenção para esses modelos, porque eles levaram em conta, ao meu ver, uma grande diferença: o respeito à comunidade. E, ao descer do pedestal, o fato de ser governo. Ou seja, modelo de centralização, está esgotado. O modelo de governo interferindo fortemente, está com os dias contados. Cada vez mais, a iniciativa privada, as forças da comunidade, têm que ser chamadas a um processo compartilhado, de co-responsabilidade.

Nesse sentido, uma coisa que muito nos preocupava no Paraná é de que por mais que o Estado seja desenvolvido, você vê regiões de pobreza. No seu conceito: cada um tem o seu conceito de pobreza. E aí, aquela idéia antiga vinha, de como o Estado pode interferir, para soerguer aquela região. E volta e meia, se voltava às questões de crédito. E a gente começava a perceber que, com o custo do dinheiro no Brasil, se você centrar na transferência de recursos, você está cometendo uma solução a curtíssimo prazo, e um suicídio a médio e longo prazo.

Então, não é só isso. O problema é mais profundo, mais amplo.

Outra coisa que para mim esgotou completamente é o conceito de que vamos analisar potencialidades regionais. E aí, todo o mundo olhava assim: “Esse município é o maior produtor de milho no Brasil. OK. Então, vamos implantar uma indústria de óleo.” Errado. No Paraná, nós vimos que chegou o momento em que, se implantasse mais uma indústria de óleo, quebrava outra, ou quebravam duas. Não tinha mais soja para todo o mundo. Não tinha mais milho para moer para todos. E você tem que ter essa visão mais global, também. Então, não é isso que determina. Também vimos em

algumas cidades que, aparentemente, ela tinha algumas outras potencialidades, desse velho sistema de análise, e esqueceram de perguntar para a população que talentos nós tínhamos ali dentro. Então você via uma cidade, por exemplo, de pecuária, mas que de repente poderia nascer uma pequena indústria de lapidação de pedras preciosas. Por quê? Porque nós tínhamos a coisa mais importante, que é o talento que sabe fazer isso.

Outras observações eu colocaria aí. Ao ser Secretário também de Indústria e Comércio de Município, quando observei que nós tínhamos pessoas maravilhosas, que tinham belíssimas idéias, mas não tinham dinheiro. Pessoas que tinham dinheiro, mas não tinham idéia. E que não conversavam. Então, hoje a minha visão está tão clara, que hoje, um Secretário de Indústria e Comércio é mais um grande “costurador” de interesses, como foi bem colocado pelo Ceará aqui. “Costura” todos esses interesses. E como potencializá-los, em prol do teu município, do teu Estado, do teu País.

Durante alguns anos, percorremos então muitos municípios, chamando as lideranças para conversar exatamente sobre isso. Como podemos alterar as questões do nosso município. E aí, entra uma questão que não tem partido político, que é o amor pelo seu município. Esse, é apartidário. Todos gostam daquele município, porque ali eles moram, ali eles vivem, ali eles têm os seus bens, e se o município crescer, o seu patrimônio pessoal cresce.

Começamos a entender que esse caminho, de valorização e reconhecimento, e de trabalhar junto com a comunidade é a grande saída. E uma outra coisa que se observava: por vezes, nós víamos municípios que estavam chorando pobreza com milhões depositados em bancos. Então,

quando fazia as suas observações o Dr. Amin, a respeito da criação de bancos diferenciados, bancos municipais, cooperativas, enfim, bem diferenciados, acho que no Brasil, ainda não temos nem ensaio disso. E a nossa cultura é uma cultura que vai levar um bom tempo ainda, antes de nós vermos o nascimento dessas estruturas.

Nós temos outras formas de superar isso. Até porque a palavra “banco” hoje assusta o pequeno empresário. Então, ao meu ver, hoje, os distritos industriais, não cabe mais aquela figura afastada do centro urbano. Ela tem que casar com a cidade; ela tem que fazer parte da alma da cidade. E a cidade tem que escutar o que que ela quer para o seu futuro. O Prefeito, os seus assessores, são meros instrumentos dessa vontade. E temos que urgentemente - e aí, a grande preocupação que até hoje eu tenho - de chamar nossos centros de pesquisas - e esse tema foi abordado aqui - e as nossas Universidades, para se sentirem co-participes disso. Mas não que a gente vá lá fazer um convite de honra. Isso tem que partir delas para com a comunidade. Até porque é uma obrigação de retorno do capital investido.

A hora que nós integramos essas ações, o desenvolvimento sustentado de todas as comunidades começa a ser quase que por natural. Ante isso, vai outra vez o alerta de que algumas coisas ainda vejo a ingerência federal, ou estadual ainda importante. Como por exemplo, levar todo esse legado de conhecimentos acumulados nesses Seminários, estimular que os municípios todos tenham um interlocutor nessa área. Como é que eu posso pensar em desenvolvimento - e eu vou pegar aí um município imaginário: Barra do Jacaré - se ele não tem sequer um assessor, para tratar de Indústria, Comércio, Turismo, Serviços, enfim, de uma forma geral. Como é que você vai discutir? Todos nós temos experiências muitas com

prefeitos. Eles nos atendem muito bem. Escutam bastante. A ante-sala está lotada. Quando você sai, você tem a sensação de que nada ficou. Porque você não conversou com a pessoa certa. Até porque a demanda social está pressionando muito forte aquele homem público.

Então, nós precisamos ter estruturas no município, estrutura no Estado. E aí, mais uma vez, me preocupa: eu já cheguei a ver Estados que sequer tinham Secretários de Indústria e Comércio. E passaram às vezes a gestão inteira sem ter um Secretário Estadual de Indústria e Comércio. Como pensar em desenvolvimento nisso? Até, eu faço uma separação, com a Prefeitura e a empresa privada. Tem alguns órgãos na Prefeitura que são nitidamente iguais a qualquer empresa, que cuida dos recursos humanos, que cuida do caixa, a parte financeira. Tem outras, que são obrigações constitucionais. E isso, se ela não fizer, não cabe a outros fazer: ela tem que fazer. Educação, Saúde, Saneamento, Estradas, etc. Embora esse conceito pode estar mudando, que a iniciativa privada vai começar a participar também desses segmentos. E outro, que vive o futuro: Indústria e Comércio e Turismo, Agricultura, Planejamento. Como pensar no amanhã, se muitas ainda estão com a velha estrutura do Prefeito e o Chefe-de-Gabinete?

Então, essa proliferação de municípios é danosa, e essa falta de com quem você vai conversar nos municípios. Eu fiquei imaginando hoje de manhã a angústia de um Secretário... Eu imagino o nosso Secretário-Executivo: em alguns municípios do Ceará, ele não consegue ser ouvido, provavelmente, porque não tem interlocutor. Aí, outra vez a importância da comunidade ocupar um espaço, cada vez mais representativo.

E a empresa de participação, para fechar o meu comentário, é a soma de talentos, um pouco de recursos, e a formação, na verdade, de uma

agência de desenvolvimento, na forma de sociedade anônima de capital fechado, mas pode ser qualquer tipo. Que estaria atenta para boas oportunidades que batem à porta. Eu duvido que nesse auditório, já não bateu à porta de cada um de vocês uma, duas, cinco, dez boas oportunidades. Muitas vezes, descartamos porque não tínhamos tempo, ou não tínhamos dinheiro, ou não tínhamos as duas, ou faltou coragem mesmo.

Ao termos esse instrumento em cada município, o processo de potencialização desses negócios para a sua cidade, para o seu Estado, para o seu País, é uma consequência quase que ao natural. E com isso, eu fecho as minhas conclusões aqui.

Muito obrigado. Eu acho que ainda temos uns vinte minutos, para perguntas e respostas, mas eu gostaria de fazer três comentários, para fazer a vinculação com a sessão da manhã, dentro do possível.

O primeiro comentário que eu queria fazer é que vai ficando cada vez mais claro, no Seminário, a existência pelo menos de três níveis de política. Um que foi o nível do passado, que se pode falar que foram aquelas políticas centralizadas, que tinham impacto a nível descentralizado. Vocês todos conhecem, foram as políticas de desenvolvimento, na grande maioria dos países da América Latina, até o ano 90, quase. Políticas centralizadas, com impacto descentralizado.

O segundo conjunto de políticas, que é o que começa a aparecer no Seminário, são as políticas descentralizadas. Mas eu diria, dentro das políticas descentralizadas, podemos falar de dois tipos de políticas. Por um lado, as políticas descentralizadas sem participação, e as políticas descentralizadas com participação. Eu acho que sai do comentário sobre o

Paraná o que saiu do comentário sobre o Ceará: é basicamente a idéia de que tem que haver uma distinção muito grande, entre o que eu posso falar como a política descentralizada, não participativa. Ou seja, uma política descentralizada, mas tomada quase sem discussão, e sem participação da comunidade, por organismo descentralizado - por exemplo, o governo dos Estados -, frente às políticas que verdadeiramente nós podemos falar de políticas descentralizadas e participativas.

Então, aqui tem todo um assunto que podemos continuar aprofundando amanhã, mas eu acho que é um tema muito importante. Até onde as políticas fazem uma coincidência entre descentralização e participação, porque isso abre todo o assunto da democracia, o assunto da governabilidade e também o assunto da eficiência das próprias políticas.

O segundo ponto que eu queria fazer tem também vinculação com a manhã, e também saiu hoje pela tarde, é os diferentes estilos que a gente pode pensar, ou tipos que tem, de concorrência pelo investimento. No caso, nós podemos falar de que algumas vezes tem uma guerra de incentivos, uma guerra fiscal pelos investimentos, e em outros casos parecia que se estava falando da criação de fatores da produção, como a forma de atração desse investimento. Em alguns casos, se falava educação, em outros casos se falava infraestrutura, em outros se falava isenção fiscal.

O que eu achei relativamente estranho foi que somente numa apresentação, que foi a apresentação de Goiás, da manhã, se falou da possibilidade de uma concorrência sobre a base da redução das regulamentações e da burocracia que está por detrás da operação das empresas. Então, eu acho que pode ser que este assunto da concorrência entre Estados por investimento também tenha uma dimensão que vai além da

criação de fatores da produção à la Porter, por exemplo. Ou além da guerra fiscal. E pudesse ser concebido como uma concorrência, de quem bota o melhor conjunto, o melhor esquema de regulações ou de regulamentações, para atrair o investimento.

E o último ponto é que eu concordo com a ênfase que tem sido feita sobre o papel da pequena empresa, o papel dos distritos industriais, ainda mesmo dos “clusters” não organizados como distritos industriais. Mas eu acho que para o caso da maioria dos países da América Latina, nós não podemos reduzir as políticas descentralizadas, a políticas de pequena empresa. Por quê? Se vocês olham o que está acontecendo na maioria dos países da América Latina, com exceção do Caribe, de Centro-América e do Norte do México, o que acontece é isto. Há um padrão de industrialização, que vai sendo progressivamente, cada vez mais concentrado na produção de “commodities” industriais, nos quais as economias de escala são básicas, e são crescentes. Se você pode falar da celulose no Brasil, pode falar da celulose no Chile, pode falar do óleo de soja na Argentina, pode falar da petroquímica na Venezuela, pode falar da química na Colômbia. Então, o que está acontecendo é: se o padrão de industrialização da América Latina se está movendo em direção aos setores nos quais a América Latina tem vantagem comparativa de longo prazo, que não é mão-de-obra. A vantagem comparativa de longo prazo, pelo menos a vantagem revelada, está muito mais em recursos naturais. Então, o que acontece é que o processamento desses recursos naturais tem um componente de grande empresa, que faz com que o pacote de políticas descentralizadas tem que ter ao mesmo tempo que uma reflexão sobre a pequena empresa, tem que ter uma reflexão muito importante sobre o papel da empresa grande, a empresa que está fazendo o

processamento dos recursos naturais e transformando em “commodities” industriais, porque de outra maneira, nós vamos prestar mais atenção ao setor que está perdendo no padrão de industrialização, que o setor que está ganhando e avançando no padrão de industrialização.

Então, esses são os três pontos que eu queria deixar em cima para discussão. Temos amanhã todo o dia para isso, e ainda temos bons quinze minutos, para perguntas.

Boa tarde. Meu nome é Manoel Castilho Marcari. Eu sou presidente da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba. Acompanhei a discussão hoje de manhã, e eu queria perguntar ao Sr. Peres, a respeito das políticas. Eu acho... Eu gostaria de incluir um novo elemento. O Sr. Peres comentava que haveria políticas centralizadas com efeitos descentralizados. Aí, eu gostaria de colocar ... entre uma e outra há as políticas regionais, que foram mencionadas pelo Campolina hoje de manhã, que de alguma maneira também têm sido esquecidas, ... os próprios modelos estaduais, regionais... E definitivamente... a própria discussão na abertura, tem sido ressaltada recentemente, principalmente no Brasil, que são as políticas locais. Eu acredito que esse elemento é novo e é muito importante, sobretudo no caso do Brasil... e no caso da Argentina, que são os casos que mais conheço... com relação ao Chile.

Quando a gente começa a estudar a questão do Mercosul, o processo de abertura, e a discutir o efeito de industrialização a nível municipal, você evidentemente começa a discutir outro tipo de evento, e necessariamente tem que dar relevância ao processo das pequenas e médias empresas...

Mas eu queria.... Falamos de muitas coisas, e eu queria especificamente com relação ao distrito industrial, ou parque tecnológico, incubadora tecnológica que ouvimos hoje de tarde, e que me interessa, porque em certa matéria, do que foi discutido aqui, algumas coisas têm a ver com a experiência de Curitiba, com relação à cidade industrial, que nós dirigimos.

A cidade industrial, (incompreensível) ... com o plano diretor da cidade, em 1965 e entre 1965 e 1973 se deram uma série de discussões, para a instalação da própria cidade. E então, começou um processo de convencimento de reunião das forças produtivas da cidade como um todo, para estabelecer essa cidade. A partir daí, entre 73 e, eu diria, 1980, 84, se deram início aos processos (incompreensível)... da agro-pecuária dentro do próprio Estado, e esse processo muito grande... (incompreensível)... para a cidade de Curitiba , (incompreensível)

Finalmente, entre 1985 e... se deu um processo de fechamento ... dessa necessidade de atrair grandes investimentos. E, na verdade, desde 1983, 84, poderemos dizer, 85, quando nós passamos pela “década perdida”, Curitiba deixou de dar qualquer tipo de incentivo para instalação de indústrias na cidade. Isso nem sempre foi falado, do último governo do prefeito Jaime Lerner, e se dizia que a cidade, por si só, era um incentivo. Isso é, a qualidade de vida que a cidade oferecia era importante para atrair indústrias para a cidade. Isso, de alguma medida, a concepção do Jaime Lerner, coincide com algumas questões que foram colocadas aqui.... É muito importante chegar à cabeça das pessoas.... para poder fazer as mudanças econômicas e sociais.

Uma outra questão que eu queria colocar é que parques tecnológicos, têm ser muito pensados, e por arquitetos. Parque industrial. E esse processo de discussão, ... (incompreensível), arquitetos ... do parque industrial da cidade de Curitiba foi com o intuito muito mais de integrar indústria, comércio e serviços e como todo o sistema ... que deve estar integrando a cidade de Curitiba, de que como uma decisão estratégica de desenvolvimento econômico, como hoje se discute. E, casualmente, essa missão deu certo. Deu certo e à medida que se integraram outros elementos na discussão, que foi o transporte, integração do transporte, ... (incompreensível) de educação, e hoje entre a Universidade de Curitiba e a cidade industrial é a segunda ... diria, o primeiro bairro. São 150.000 pessoas que moram só na cidade industrial. E estão todas integradas, totalmente integradas pelo sistema de transportes e pelos serviços que são servidos dentro da cidade ... (incompreensível). Agora, em que se diferencia isso, que é essa cidade industrial, em relação aos distritos industriais que conhecemos por aí?

Existe uma grande diferença, porque ... (incompreensível)... não temos apenas indústria. Indústria, comércio e serviços vinculados para o setor industrial e, principalmente, ... (incompreensível) ... enquanto à cidade industrial se refere. ... (incompreensível) senão também uma promotora de desenvolvimento como se fosse uma agência de desenvolvimento regional.

Então, eu queria tecer todos esses argumentos, porque em certa medida ... (incompreensível) ... essas questões que foram colocadas aqui coincidem com a experiência de Curitiba se refere. ... (incompreensível) ... Muito obrigado.

Meu nome é Renato Garcia. Sou do Instituto de Economia da UNICAMP. Na verdade, eu queria fazer a primeira relacionada com (incompreensível) ... foram fundamentais para o desenvolvimento dos distritos A existência de agentes, ou instituições capazes de realizar a coordenação dos recursos produtivos, de forma a equacionar em grande parte o problema entre a competição e a concorrência entre os diversos agentes, especialmente as pequenas e médias empresas. Como no caso que ficou relatado, de Santa Croce. A pergunta. A grande diferença entre um distrito industrial e um “cluster” de pequenas e médias empresas, não seria justamente a presença desse agente, capaz de realizar essa coordenação? Nesse sentido, esse papel não poderia ser exercido por uma grande empresa, que daria acesso ao mercado, através de marcas, patente?

A segunda pergunta, mais relacionada com o caso do Vale do Paranhama, diz respeito à forma de competitividade dessas empresas, porque, no caso do Vale dos Sinos, as empresas se utilizam - e eu acho que isso também é verdade no Vale do Paranhama - se utilizam bastante das práticas de sub-contratação, nas etapas do pesponto e costura manual, os ateliês. Nesse sentido, além dos ganhos de escala decorrentes da especialização, da divisão do trabalho entre os diversos agentes, entre os diversos produtores, o aspecto da sub-contratação tem um papel fundamental da redução dos custos das empresas, especialmente no que tange à evasão de contribuições sociais. Pergunta: no caso do Vale do Paranhama, a competitividade dos produtores, ela não é baseada, pelo menos em parte, num elevado grau de informalidade dos agentes, dos produtores? Se sim, existe uma complicação para a intervenção política.

Porque se a intervenção política, especialmente... atacar o problema ... (incompreensível) ... os produtores.

Poderemos passar ao Professor Amin, e à Dra. Galvão.

You asked about whether the big firm could be... could make the bridge between a cluster and an industrial district. I think it can't, for a couple of reasons. One is that when large firms are expected to play the role of institutional brokers, I think they are put in a compromised position. And, by large, their job is to see to their own interests, and to manage their own networks. They are not in the business of managing regional networks.

I think what large firms could do is - some of the more enlightened entrepreneurs, within large firms - they could become part of a regional development forum. In other words, their global intelligence, if you like, could be tacked by a plurality of institutions and agents, policy maker within a region. And that is where the large firm could play quite a critical role.

I think another reason is that for the large firm, the region is only one moment in its global consideration. So, what is the implication of it? The implication is very clear: that you have to create regional institutional capacity, and that regional institutional capacity, and what I was trying to stress, it is not a matter of agency, or one agent. It's a matter of plural agencies. You have to build a lot of agencies; you have to build what some authors would call "institutional redundancy". If one of the agents fails, there are many other agents there, to take their place.

Sobre a questão do Vale do Paranhama, realmente existe... A sub-contratação tem muita resposta, em função da informalidade. Isso é verdade. Você tem clareza sobre isso. Há muitos ateliês onde existe uma forma de trabalho, que é a distribuição das tarefas, em domicílios. E essa distribuição das tarefas é feita exatamente para aproveitar a capacidade das mulheres e, eventualmente, até mesmo das crianças, em trabalhos que podem ser feitos dentro do “metier” doméstico. Mas eu perguntei profundamente para vários empresários se isso de alguma forma estaria trazendo uma redução drástica de custo, em relação à empresa; a utilização que ela teria, se ela estivesse, ela mesma, contratando o serviço. E a resposta foi mais ou menos definitiva, vamos dizer assim. Em grande parte das empresas, eles dizem que essa redução não se eles estivessem contratando dentro da empresa, haveria um custo mais ou menos semelhante. Em algumas outras, não. Mas a maioria respondeu que essa diferença não é tão significativa assim. É mais por uma forma de trabalho diferenciada, do que provavelmente por uma questão de custo. Porque como essas mulheres não têm condição de trabalhar em tempo integral, dentro da fábrica, dentro dos horários que a fábrica fornece, elas preferem trabalhar nas suas casas. Mas não necessariamente elas vão estar recebendo menos do que estariam recebendo dentro da fábrica.

Agora, a questão de arrecadação, e de pagamento de tributos, isso eu acho que seria o mesmo, porque dentro da empresa, muitas vezes eles também não têm carteira assinada. Então, não vai ter muita diferença, nesse caso.

Agora, sobre o papel da grande empresa, eu vou repisar o que o Prof. Ash Amin falou. Eu acho que é um papel importante. num distrito industrial.

E esse papel, dentro do Vale do Paranhama está se mostrando bastante relevante. Grandes empresas - posso citar o nome da Azaléa, que eu não pesquisei diretamente, mas eu sei que é uma empresa que tem tido um papel significativo, positivo, dentro do Vale do Paranhama - sub-contratando muitas empresas, dando assistência, coordenando a forma de trabalho, e é vista como um elemento de melhoria salarial dentro do distrito como um todo. Normalmente, essas grandes empresas estão pagando melhor do que as empresas de menor porte, e puxam o nível salarial para cima. Então, têm um papel relevante e positivo.

Eu queria fazer, muito rapidamente, a manifestação de uma preocupação. Eu tenho a impressão que o senhor pontuou essa questão, quando colocou o processo de descentralização por dois caminhos: um com participação, outro caminho sem participação.

Eu queria dar um exemplo. O governo Tasso Jereissatti, no seu segundo mandato, e em relação ao primeiro, fez uma evolução, que ele declarou publicamente como uma auto-crítica. Disse: "Eu compreendi que por melhor que fosse a minha intenção no primeiro mandato, eu não podia conseguir certas coisas que não consegui, porque eu não estava compreendendo a necessidade da mobilização da sociedade. Hoje, está claro para mim que por mais intencionado que seja o governo em qualquer lugar do nosso país, ele não pode fazer tudo, ele não tem como dar conta dos desafios, se não providenciar a mobilização da sociedade, para fazer junto. Não é só para ouvir, não é só para perguntar o que deseja." E - pasmem os senhores - com essa compreensão, o governo Tasso Jereissatti criou alguns mecanismos para facilitar essa participação: os chamados Conselhos, de três

níveis. Conselhos Gerais do Estado, de Desenvolvimento Sustentável, da Família e da Cidadania, e da Cultura; Conselhos Regionais, por todas as regiões mais importantes, e Conselhos Municipais. Pois bem: esses Conselhos, criados com essa intenção, mas pelo fato de ter sido uma coisa vinda do aparelho do Estado, são até agora olhados com reserva pela comunidade. E a comunidade trata, pega essa idéia do Pacto de Cooperação, cria os Pactos Regionais por conta própria, e aí, vai conversar com o governo.

Eu queria manifestar essa preocupação. Essa nossa experiência tem demonstrado isso, mesmo tratando-se de um governo atento a essa necessidade de participação. Quando os mecanismos não possibilitam uma participação plena, a coisa não resulta.

E aí, a segunda, é descentralizar, para industrializar, para quê? Qual é o rumo estratégico desse processo? Eu vi, na exposição da Beatriz, a questão de futuro de Bio-Bio. Se eu não sei qual o futuro que desejo construir, e esse futuro não foi construído compartilhadamente, que tipo de industrialização eu vou fazer? Se eu não sei para onde estou andando, como eu acerto a minha caminhada? Então, eu queria introduzir, além da questão da participação, essa questão do rumo estratégico. Me preocupa uma política descentralizada, que não tenha esses dois elementos: uma participação através de mecanismos muito ágeis e simples da comunidade, e, o segundo, uma orientação estratégica muito clara, que diga o que se quer construir de fato. Se não, nós corremos o perigo de nos perdermos nos detalhes técnicos, de resolver formas de aglomeração, de iteração, de articulação, que podem ser eficientes até o seu nível, mas sem nenhum pacto, para a transformação social.

Eu acho que foi uma tarde muito produtiva, combinou bem com as apresentações da manhã. Eu acho que amanhã vamos poder concretizar isso, em alguma forma de política específica, orientada aos “clusters”, a política descentralizada, para poder avançar o “workshop”, para a criação de possível rede de políticas descentralizadas.

Muito obrigado.